



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DED

PROJETO DE REFORMULAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PPP - DED

IBC

2019 com previsão de término de 2020

SUPERVISÃO GERAL PARA ELABORAÇÃO DO PPP:

João Ricardo Melo Figueiredo – Diretor Geral do IBC;
Luigi Amato Bragança Amorim – Diretor do DED;
Regina Lúcia Silveira Martins – Supervisora Pedagógica.
Ivan Finamore Araujo – Assistente Pedagógico da Divisão de Ensino;
Jane Pereira dos Santos – Assistente Educacional da Divisões de Orientação e
Assistência ao Educando
Anderson de Oliveira Vallejo - Coordenador de Educação Profissional

Registro de colaboração e participação de todos os que estiveram e estão envolvidos na elaboração do PPP, do DED, que ainda se encontra em processo de finalização.

Comissão para a reformulação e construção do PPP do Departamento de Educação do IBC:

Ana Cristina Zenun Hildebrandt
Ângela Cristina Duarte
Angélica Beta
Antônio Fernandes Santos do Nascimento
Elaine Luiz de Carvalho
Eliana Leite Assis Figueiredo
Elisabeth Ferreira de Jesus
Ester Alves da Silva
Eunício Laina Soares
Fabiana Alvarenga Rangel
Fernando Augusto Prado Guilhon
Flávia Mara Teixeira Miranda
Flávio Antônio de Souza França
Ivan Finamore Araújo
Kátia Mara Neves Mendes de Oliveira
Márcia de Lourdes Carvalho Oliveira
Marcia Noronha de Mello
Maria da Glória de Souza Almeida
Mariana Lopes da Silva
Patricia Ignácio da Rosa
Patrícia Soares de Pinho
Regina Kátia Cerqueira Ribeiro
Regina Lucia Silveira Martins
Rodrigo Agrellos Costa
Tania Maria Moratelli
Vanessa França da Silva
Vera Regina Pereira Ferraz
Victor Luiz da Silveira

APRESENTAÇÃO:

O percurso para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico é desafiador, por ser complexo: Atender as competências dos objetivos pedagógicos do trabalho educacional do Departamento de Educação, exige um olhar sobre todos os espaços, procedimentos, objetivos que fundamentam a construção do aluno que representa o trabalho conjunto da comunidade educativa que busca a inserção do aluno deficiente visual, crítico, reflexivo, autônomo, independente e solidário na sociedade.

Ainda, complexo, por ser também um trabalho coletivo que representa a participação de todos da comunidade educativa na formação de um documento representativo das ações e das ideias que fazem do Departamento de Educação mais um departamento junto ao Instituto Benjamin Constant que busca por sua identidade e trajetória histórica, continuar a ser referência na área da deficiência visual no cenário educacional brasileiro.

O PPP do DED tem como objetivo a construção coletiva de uma identidade, enquanto Escola/ Atendimento, integrando práticas e conhecimento, buscando a interdisciplinaridade do conhecimento, a transdisciplinaridade curricular e o contexto ressignificando práticas compartimentadas e descontextualizadas de atuação inclusiva.

Desta forma o documento deve refletir sobre o que seja o papel da escola e sua função social, política e pedagógica na contemporaneidade.

A educação, direito social, é fundamental para o exercício pleno da cidadania. Nossa escola tem como objetivo cuidar da formação e do desenvolvimento do aluno deficiente visual, prepará-los para uma vida ativa, participativa e transformadora em todas as dimensões sociais.

Correspondendo à exigência de uma sociedade atual do conhecimento, nossa escola pretende atender aos proponentes da Educação Básica, no cumprimento legal, a lei de Diretrizes e Bases e às orientações contidas na Base Nacional Comum Curricular, desta forma a construção de um documento pedagógico comum exige que o diálogo e a interação entre os profissionais de diversas áreas do conhecimento aconteça, a fim de a educação crítica e transformadora se concretize através do movimento da comunidade educativa, em relação à compreensão de nossa realidade social e as mudanças, que ocorrem na dinâmica de nossa sociedade contemporânea, esforçando-nos a ter um olhar sempre renovador sobre nossas práticas educativas.

Esse esforço também nos orienta a buscarmos atender as competências fundamentais do Instituto Benjamin Constant no que cabe ao Departamento de Educação em parceria com os outros departamentos, conforme destaque feito no Capítulo 1 do Artigo 1º de seu Regimento Interno:

- I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, quanto à temática da deficiência visual;
- II - promover a ascensão intelectual, social e humana da pessoa com deficiência visual, mediante sua competência como órgão de pesquisa e educação, visando garantir o atendimento educacional;
- III - ofertar Educação Precoce, Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas articulada e subsequente, às pessoas com deficiência visual;
- IV - promover e realizar cursos de pós graduação lato sensu e stricto sensu, extensão e aperfeiçoamento, na temática da deficiência visual;
- V - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógico, psicossocial, de saúde, e de inclusão das pessoas com deficiência visual;
- VI - promover programas de divulgação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações tecnológicas, na área da deficiência visual;
- VII - desenvolver, produzir e distribuir material especializado;
- VIII - produzir e distribuir impressos em braille e no formato para baixa visão;
- IX - promover o desenvolvimento pedagógico por meio de pesquisas, cursos e publicações na temática da deficiência visual;

- **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IBC:**

O Instituto Benjamin Constant, órgão dotado de autonomia limitada e Centro de Referência Nacional na área de deficiência visual, está subordinado diretamente ao Gabinete do Ministério da Educação - MEC.

Internamente, ele é estruturado da seguinte forma:

GABINETE:

- Direção Geral;
- Chefia de Gabinete;
- Assessorias;
- Secretaria Geral.

DPA - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

DOF - Divisão de Planejamento e execução Orçamentária e Financeira

DSG - Divisão de Serviços Gerais

DP - Divisão de Pessoal

DMP - Divisão de Material e Patrimônio

DED - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DEN - Divisão de Ensino

DAE - Divisão de Assistência ao Educando

DAL - Divisão de Atividades Culturais e de Lazer

DOE - Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonoaudiológica

DTE - DEPARTAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO

DIB - Divisão de Imprensa Braille

DPME - Divisão de Produção de Material Especializado

DPPE - DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

DEA - Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento

DPP - Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa

DMR - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS MÉDICAS E DE REABILITAÇÃO

DPMO - Divisão de Pesquisas Médicas, Oftalmológicas e de Nutrição

DRT - Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional

DOA - Divisão de Orientação e Acompanhamento

I - PARTE: NORMAS DE FUNCIONAMENTO ESCOLAR:

Seguindo as orientações legais das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica¹ no: Art. 43. § 2º Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação – nacional, estadual, municipal –, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.

A escola do IBC é coordenada pelo Diretor de Departamento de Educação e regida pela legislação federal de ensino, de acordo com as competências do Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant², pelas atribuições apresentadas no Projeto Político Pedagógico e, pelas instruções existentes ou que venham a ser baixadas pelas autoridades competentes.

Funciona em regime de externato, e semi-internato em tempo integral ou turnos conforme o nível escolar e oferece as seguintes modalidades de ensino:

I - EDUCAÇÃO PRECOCE

II - EDUCAÇÃO INFANTIL

III - ENSINO FUNDAMENTAL

1º SEGMENTO – 1º ao 5º ano;

2º SEGMENTO – 6º ao 9º ano;

IV - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

CURSOS TÉCNICOS 1º ao 3º ano nas formas articulada e subsequente de:

- Revisão de Textos no Sistema Braille
- Instrumento Musical
- Massoterapia
- Artesanato
- Artesanato integrado à Educação de Jovens e Adultos

V - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA.

VI - AÇÕES EDUCATIVAS FUNDAMENTAIS

PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A VIDA INDEPENDENTE - PEVI;

PSICOMOTRICIDADE;

ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE – OM;

APRENDIZAGEM DO SISTEMA BRAILLE;

APRENDIZAGEM DO SOROBÃ;

ATIVIDADES GRAFOMOTORAS;

INFORMÁTICA EDUCATIVA

VII – AÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES

ATIVIDADES SÓCIO-RECREATIVAS;

¹ Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

² Aprovado pela PORTARIA Nº 310, DE 3 DE ABRIL DE 2018, publicada no D.O.U. em 04/04/2018.

ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS;
ATIVIDADES PROFISSIONALIZANTES;
ATIVIDADES CULTURAIS E DE LAZER;

A estrutura do Departamento de Educação (DED) compreende:

- Funções a serem descritas pela equipe incluindo Assessoria Educacional e Pedagógica -
- Supervisão Pedagógica;
- Coordenação de Educação Profissional;

I - **Divisão de Ensino:** Supervisiona o planejamento da Educação Precoce, Educação Infantil e do Ensino Fundamental, partes integrantes da Educação Básica. Estão subordinadas à DEN às Coordenações de áreas, Coordenação da Educação Precoce, Coordenação da Educação Infantil, Coordenação do 1º segmento e Coordenação do 2º segmento.

II – **Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonoaudiológica:** Colabora com o processo educativo por meio da atuação profissional da Orientação Educacional, da Psicologia, da Fonoaudiologia, da Psicomotricidade, Musicoterapia e do Atendimento Especializado em Deficiência Múltipla. O trabalho dos profissionais da DOE consiste, através de ações específicas, no apoio aos professores, aos alunos matriculados na Educação Precoce, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Médio Profissional, bem como aos seus pais ou responsáveis.

Para auxiliar professores e alunos a alcançarem o sucesso no processo ensino-aprendizagem, a DOE planeja, implementa e estabelece estratégias em conjunto com sua equipe multidisciplinar, fornecendo subsídios para a elaboração de programas e ações compatíveis com as condições e necessidades individuais ou coletivas do corpo docente e discente.

III - **Divisão de Assistência ao Educando:** Promove e mantém a observância das normas disciplinares e de convivência junto aos alunos, trabalhando as relações interpessoais, plantadas no respeito e nos valores ético-morais.

IV – **Divisão de Atividades Culturais e de Lazer:** Planeja e realiza atividades socioculturais, dando suporte ao planejamento pedagógico da escola. É composta pela Biblioteca Louis Braille, Biblioteca Infantil e pelo Museu do IBC.

- texto retirado do site do IBC - precisa ser revisto e discutido amplamente -

ATRIBUIÇÕES DO DED -

- texto a ser construído e discutido amplamente -

ATRIBUIÇÕES DA DEN

- texto a ser construído e discutido amplamente -

ATRIBUIÇÕES DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA - a ser construído

ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DE SEGMENTO:

a) Coordenar as atividades pedagógicas do segmento – planejar e conduzir quando necessário:

- horário das aulas e/ou atendimentos;
- turmas/quantitativos de alunos/matricula;
- reunião de pais;
- conselhos de classe;
- reuniões pedagógicas
- atividades curriculares e extracurriculares;
- avaliações docentes;

b) Participar junto a equipe do departamento do calendário geral anual, integrando as atividades do seu segmento ao calendário comum;

c) Acompanhar o processo de ensino/aprendizagem intervindo quando necessário, procurando oferecer recursos humanos e materiais para o melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico;

d) Acompanhar o plano curricular do segmento procurando suporte pedagógico quando necessário, junto a equipe do DED.

e) Manter a comunicação entre segmento e Departamento com as informações e decisões de cunho comum aos docentes e aos pais e ou responsáveis;

f) Subsidiar as informações referentes ao segmento para relatório anual do Departamento;

g) Subsidiar as informações referentes aos alunos ausentes, de pouca frequência e com documentação irregular após matrícula para a equipe do DED

h) Acompanhar e orientar os professores o registro de relatório semestral ou periódico avaliativo do aluno do segmento que será encaminhado aos pais e quando solicitado pelo DED para fins de documentação da secretaria do IBC;

i) Promover a integração escolar favorecendo a dinâmica de transição do aluno entre os segmentos.

k) Intermediar junto aos setores responsáveis, sempre que necessário, dados relativos ao aluno.

l) Oferecer suporte técnico-pedagógico aos estagiários que chegam ao setor;

m) Elaborar o relatório anual das atividades desenvolvidas a ser entregue à Divisão a qual está vinculada;

n) Coordenar junto a equipe, ações que visem a manutenção, o zelo e o conserto quando necessário do:

- acervo pedagógico;
- material comum;

- baixa de material;
 - bens do patrimônio e limpeza do ambiente de uso comum a pais, professores e alunos;
- o) Encaminhar, sempre que necessário, os pedidos de materiais adaptados, didáticos, mobiliário e de secretaria, materiais de consumo e compra, para o melhor funcionamento pedagógico do segmento;
- p) Manter atualizado junto ao DED, a relação de turmas/alunos do setor;
- q) Encaminhar ao DED para providências a relação dos alunos matriculados para avaliação e ou reavaliação oftalmológica;
- s) Tomar ciência junto ao professor e equipe AE-DMU do planejamento individualizado do aluno com atendimento especializado, quando houver.
- t) Encaminhar solicitação de serviços em geral, de manutenção, de cuidadores e inspetores, quando necessário, ao DED para providências.

ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS DE ÁREA:

- a) Coordenar as atividades pedagógicas relacionadas às respectivas áreas de ensino, tais como:
- Ter o planejamento da disciplina de todos da equipe que atuam nos anos escolares do E. Fundamental;
 - Acompanhar as avaliações discentes da disciplina: quantidade, pontuação, recuperação e modalidade.
 - A organização do horário da equipe, colaborando na organização do mesmo junto ao DED.
- b) Participar efetivamente das reuniões pedagógicas do segmentos e de equipe no DED.
- c) Promover regularmente, reuniões de planejamento e avaliação dos conteúdos e da evolução do desenvolvimento dos alunos na disciplina.
- d) Solicitar a equipe do DED os materiais de apoio, recursos, estratégias para o trabalho da disciplina visando melhor desenvolvimento do trabalho do professor.
- e) Definir com os docentes os livros didáticos a serem adotados na escola durante o ano letivo.
- f) Colaborar na elaboração do calendário escolar;
- g) Solicitar a equipe sempre que necessário a adaptação dos livros didáticos e paradidáticos, a fim de atender às necessidades dos discentes com necessidades especiais;
- h) Apoiar pesquisas dos docentes no campo técnico-pedagógico que permitam a adaptação ou a produção de recursos didáticos visando à melhoria do ensino do IBC;
- i) Propor e planejar eventos didáticos-pedagógicos e interdisciplinares, visando o enriquecimento do conhecimento e o crescimento global pedagógico discente.
- j) Avaliar junto a equipe as solicitações de visitas, passeios, atividades pedagógicas externas a escola oferecidas aos discentes analisando sua adequação à área específica e as normas de acessibilidade ao deficiente visual
- k) Promover a integração dos conteúdos nos diferentes níveis de ensino visando a unidade do trabalho da disciplina na equipe.
- l) Solicitar a participação sempre que necessária de um professor do setor AE-DMU para construção do planejamento específico para alguma turma e ou aluno de atendimento individualizado.

- m) Trabalhar de forma integrada com os demais coordenadores de disciplina/área, promovendo certa unidade de objetivos pedagógicos nos planos de curso, avaliação e competências cognitivas esperadas.
- n) Apoiar as pesquisas externas como internas de professores, encaminhadas para a área/disciplina.
- o) Apoiar o programa de estágio supervisionado dos alunos em graduação na sua área/disciplina cujas universidades mantêm convênio com o IBC.

ATRIBUIÇÕES DO CORPO DOCENTE DO IBC, EM EXERCÍCIO NO DED:

- a) Elaborar o plano individual semestral apresentando ao coordenador de segmento, área e ou supervisão do departamento onde estiver lotado, antes de encaminhá-lo a equipe do DED.
- b) Elaborar o plano de curso do ano em que estiver juntamente com a equipe do ano da disciplina, antes de encaminhá-lo a equipe do DED.
- c) Cumprir seu horário de trabalho realizando as funções estabelecidas para o cargo.
- d) Cumprir as normas de avaliação discente segundo documento normativo nos prazos estabelecidos em calendário.
- e) Manter atualizado o diário de classe com notas e frequências dos alunos deixando-o disponível na Instituição para coordenação e equipe do DED.
- f) Zelar pela disciplina do aluno, no espaço escolar observando o cumprimento das normas de convivência discentes estabelecidas no regimento.
- g) Participar das reuniões pedagógicas marcadas pela coordenação, bem como reunião de pais, quando solicitado, e reuniões de elaboração do PPP.
- h) Procurar diversificar as atividades de ensino, com metodologia e recursos adaptados à realidade do seu aluno
- i) Elaborar junto à mediação e ou equipe do AE-DMU o planejamento individualizado do aluno atendido em sua turma, bem como os relatórios bimestrais ou trimestrais sobre seu desempenho.
- j) Buscar seu desenvolvimento profissional, participando dos cursos oferecidos pela instituição, participação em eventos externos, simpósios e congressos.
- k) Participar obrigatoriamente das reuniões de Conselho de Classe.

ATRIBUIÇÕES DA DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO AO EDUCANDO

A Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonoaudiológica (DOE) do Departamento de Educação é responsável por serviços de apoio técnico e pedagógico destinado aos alunos, familiares e professores. Trata-se de um setor destinado à oferta de serviço multidisciplinar de suporte, assessoria e consultoria relacionados a assuntos do desenvolvimento e do comportamento infantil que podem impactar sobre o aspecto pedagógico.

A DOE é a divisão que gerencia no âmbito escolar/educacional os serviços de Fonoaudiologia, de Musicoterapia, de Orientação Educacional, de Psicologia e de Psicomotricidade do Instituto Benjamin Constant, além de coordenar ações da Equipe Multidisciplinar do Departamento de Educação.

Atuando em colaboração com a Divisão de Ensino (DEN) e com a Divisão de Assistência ao Educando (DAE), a DOE trabalha para que o processo ensino-aprendizagem ocorra de maneira inclusiva, eficiente, tranquila e produtiva.

Sobre os profissionais

A DOE é atualmente composta por oito profissionais com formação mínima de graduado e máxima de doutorado, dos quais seis são servidores públicos e dois são terceirizados. Quanto à área de atuação e formação, compõem a divisão:

- (i) Uma coordenadora
- (ii) Um pedagogo
- (iii) uma fonoaudióloga, servidora, graduada em sua área de exercício e com título de Mestra em Fonoaudiologia;
- (iv) uma fonoaudióloga, servidora, graduada em sua área de exercício e com especialização em Motricidade Orofacial;
- (v) duas musicoterapeutas, graduadas em sua área de exercício, contratadas por empresas terceirizadas
- (vi) uma psicóloga, servidora, bacharela e licenciada em Psicologia, com especialização em Psicopedagogia;
- (vii) um professor EBTT, licenciado em Educação Física, com título de Mestre em Ciência da Motricidade Humana, atuando como psicomotricista;
- (viii) uma professora EBTT, licenciada em Pedagogia, com especialização em Psicomotricidade, atuando como psicomotricista.

Orientação Educacional

A Orientação Educacional, na atualidade, deixa de se ocupar quase que exclusivamente das questões disciplinares e vocacionais para também abraçar as questões concernentes ao projeto político-pedagógico da escola. Nesse sentido, enquanto um dos pilares da gestão escolar, o orientador assume um papel crucial como agente que promove uma gestão democrática e integrada. Atuando nas relações aluno-professor, aluno-aluno e aluno-família, o orientador educacional colabora para que o clima organizacional da escola favoreça a disciplina, o diálogo com as diferenças e o exercício da cidadania. Além disso, o orientador contribui para o trabalho coletivo e integrado, mediando ações ligadas ao projeto político-pedagógico junto à gestão, aos discentes, aos docentes e aos demais membros da comunidade escolar.

Na perspectiva de uma educação transformadora, que forma um sujeito crítico para o exercício da cidadania, o Orientador Educacional deve se desvencilhar da imagem predominantemente disciplinadora e conselheira para, também, assumir o papel de interlocutor de uma relação dialógica que se estabelece com a comunidade escolar e de participante ativo no estabelecimento do projeto político-pedagógico da escola. Nesse sentido, a Orientação Educacional, com base no respeito às diferenças e às individualidades, promoverá um ambiente harmonioso e seguro a todos os indivíduos que integram o espaço escolar

O orientador é o profissional que, na escola, media as relações entre família e escola e contribui para o desenvolvimento do aluno, de modo a torná-lo um cidadão capaz de analisar, refletir e agir conscientemente. Para melhor desempenhar essa função, o orientador estabelece um canal para se esclarecer a divisão de papéis entre a escola e a família. Uma vez que pais, professores e equipe técnica tomem ciência das suas especificidades de atuação no processo educativo do aluno, é possível compor uma parceria entre esses atores e alcançar, assim, resultados positivos na formação discente. Um canal de comunicação com os pais pode propiciar uma relação mais harmoniosa entre eles e os professores, uma vez que o orientador poderá mediar conflitos e achar um ponto de concordância entre pensamentos por vezes tão divergentes que permeiam o eixo família-professor-aluno.

Reconhecem-se as seguintes ações da Orientação Educacional no âmbito da DOE:

- (i) assistir ao educando visando ao seu desenvolvimento educacional pleno;
- (ii) mediar as relações entre família, educando e escola (professores e equipe técnica), tendo em mente a atenção aos aparelhos legais e buscando sempre o sucesso escolar;
- (iii) liderar, investigar e colaborar com as necessidades de diversos grupos, reconhecendo e aceitando as diferenças individuais e criando um ambiente estimulante e confiável para o desenvolvimento das potencialidades de cada sujeito;
- (iv) promover qualidade nas relações inter-pessoais;
- (v) estabelecer-se como agente de formação continuada e em serviço;
- (vi) orientar e (re)orientar vocacionalmente;
- (vii) propiciar aos alunos o autoconhecimento, a autoaceitação e o desenvolvimento de uma visão social global;
- (viii) contribuir para a formação de sujeitos mais críticos, conscientes e socialmente participativos;
- (ix) desenvolver projetos no âmbito da comunidade escolar e participar da construção e da execução do projeto político-pedagógico da escola;
- (x) tornar a inclusão de indivíduos com deficiência múltipla uma realidade dentro do espaço escolar do IBC;
- (xi) trabalhar sempre em conjunto com os diversos setores da escola, promovendo assim um trabalho coletivo e integrado.

Fonoaudiologia

A área de Fonoaudiologia no Instituto Benjamin Constant tem por objetivo avaliar e intervir nos distúrbios da comunicação, oral e escrita apresentados por alunos matriculados no Departamento de Educação, além de promover assistência e consultoria aos professores e familiares, visando a criação de estratégias de atuação nas dificuldades apresentadas.

Tendo em vista o caráter eminentemente escolar que delineia serviço de Fonoaudiologia dentro do Departamento de Educação, são reconhecidas as seguintes ações do psicólogo da DOE:

- (i) participar da equipe escolar oferecendo assessoria e consultoria, visando ao

enriquecimento da prática pedagógica através da colaboração com a formação em serviço dos profissionais da escola;

(ii) participar de ações do Atendimento Educacional Especializado;

(iii) realizar triagem auditiva escolar mínima dos alunos com condições cognitivas adequadas à avaliação subjetiva que forem encaminhados ao setor, composta de meatoscopia, audiometria tonal e vocal e impedanciometria;

(iv) prestar fora do horário das atividades escolares atendimento clínico terapêutico, que contempla transtornos específicos de fala e linguagem (CID F80), transtornos específicos da articulação da fala (CID F80.0), transtorno específico de leitura (CID F81.0), transtornos específicos das habilidades escolares (CID F81), transtorno específico de soletração (CID F81.1), transtorno específico de habilidade aritmética (CID F81.2); e

(v) após triagem inicial, encaminhar para atendimento clínico-fonoaudiológico externo a esta instituição os casos de alunos que não se enquadrem nos CID anteriormente especificados.

Psicologia

A área de Psicologia, no contexto do IBC, busca atuar nas relações institucionais e nos diferentes vínculos existentes no cenário interno, sejam eles família-escola, professor aluno, gestão-professor, equipe técnica e assistentes de alunos, com vistas a potencializar o respeito, a ética e a qualidade nas relações humanas.

Tendo em vista o caráter eminentemente escolar que delinea serviço de Psicologia dentro do Departamento de Educação, são reconhecidas as seguintes ações do psicólogo da DOE:

(i) colaborar com os educadores adaptando conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis na consecução crítica e reflexiva de seus papéis;

(ii) desenvolver trabalhos com educadores e alunos, visando a explicitação e a superação de entraves institucionais ao funcionamento produtivo das equipes e ao crescimento individual de seus integrantes;

(iii) desenvolver, com os participantes do trabalho escolar (pais, alunos, diretores, professores, técnicos, pessoal administrativo), atividades visando a prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais que possam bloquear, na escola, o desenvolvimento de potencialidades, a auto realização e o exercício da cidadania consciente;

(iv) participar do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação naqueles aspectos que digam respeito aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participar da avaliação e do redirecionamento dos planos e de práticas educacionais implementados;

(v) desenvolver programas de orientação profissional, Projeto de Vida, visando um melhor aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano, fundamentados no conhecimento psicológico e numa visão crítica do trabalho e das relações do mercado de trabalho;

(vi) diagnosticar as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminhar aos serviços de atendimento da comunidade aqueles que requeiram tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na escola, buscando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade;

- (vii) apoiar a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, interagindo com equipe pedagógica e participando em processos decisórios;
- (viii) apoiar iniciativas de qualidade de vida no trabalho (professores e funcionários); e
- (ix) participar em equipe multidisciplinar.

Musicoterapia

A Musicoterapia no Instituto Benjamin Constant utiliza a música e seus elementos no tratamento, reabilitação, educação e treinamento de alunos cegos ou com baixa visão, que apresentem ou não distúrbios físicos, mentais e /ou emocionais associados.

A música que vem da pessoa em acompanhamento musicoterápico diz respeito a sua história, por isso é importante valorizá-la. Para alunos que não apresentam condições de fala ou expressão usual, utiliza-se a música ambiental, ou seja, aquela que a pessoa está habituada a ouvir em seu habitat ou a criativa, que surge no ambiente do setting. A música serve como facilitadora para o aprendizado, pois trabalha o cérebro em suas funções auditivas, motoras, cognitivas e emocionais, de modo interligado. Além disso, através dela pode-se trabalhar as mais diversas respostas auditivas, sejam elas emocionais (lembranças, sentimentos), reacionais (choro, raiva, alegria, paralisação, temperatura do corpo, etc.) ou motoras (quando leva a tocar, mexer, levantar, dançar, esticar, bater, espalmar, rodar, trabalhar a lateralidade e equilíbrio). A música também é importante para a plasticidade neural, já que no transcorrer do tempo algumas redes de neurônios (conexões neurais) podem ser reestruturadas e, com isso, ativadas outras áreas do cérebro até então menos utilizadas. Auxilia na memória, pois é bem mais fácil decorar, aprender e apreender uma ideia quando se coloca uma melodia no texto. Também é facilitadora da comunicação e expressão.

Musicoterapia não é para ensino da música em si, mas sim para revelar alguns aspectos psíquicos que a expressão verbal não consegue dar conta, uma vez que funciona como uma ferramenta facilitadora da comunicação e da expressão. Se uma criança tem dificuldade na fala, uma música pode expressar as angústias e pensamentos que espelham o que ela está sentindo no momento. As células rítmicas e de intensidade também podem denunciar o seu estado emocional ou de pedido de atenção e socorro. Na Musicoterapia os sons da natureza e ruídos também fazem parte do processo terapêutico no sentido de despertar lembranças e emoções (saúde, medo, tristeza, alegria...) e a imaginação (criação).

A área de Musicoterapia na DOE contempla os alunos desde a Educação Precoce até o Ensino Fundamental II e tem promovido as seguintes ações junto aos alunos acompanhados:

- (i) permitir que o aluno tenha um lugar para expressar-se (canto, fala, ritmos, ruídos, silêncio, catarse, emoções, brincadeiras);
- (ii) desenvolver positivamente as relações entre aluno\professor\família, atividades de socialização (trabalho com o outro através da música);
- (iii) fazer o aluno perceber, através da música, a si mesmo no contexto da vida escolar e cotidiana;

- (iv) permitir que o aluno tenha um tempo para se acalmar, reestruturar-se emocionalmente, receber atenção individual, ser estimulado e descansar;
- (v) trabalhar com ritmos organizadores internos, percepção de espaço tempo, regras do bem viver musicalizados (bom dia, até logo, muito obrigada, com licença, por favor e etc.), noções corporais, regras de trânsito, internalizar ação e espera; ações éticas, etc.;
- (vi) observar as articulações do aluno\sala de aula\família manifestadas no setting como ações e entendimentos acerca do contexto escolar como um todo;
- (vii) trabalhar conjuntamente com o professor em prol de encontrar caminhos e ações que auxiliem o desenvolvimento global do aluno;

Psicomotricidade

A estimulação psicomotora trabalha numa proposta lúdica com crianças e adolescentes visando a alcançar através do movimento e das noções de esquema e imagem corporal as habilidades necessárias para as diversas aprendizagens. O trabalho da estimulação psicomotora pauta-se, pois, na articulação movimento/corpo/relação.

A psicomotricidade tem um papel importante no desenvolvimento de todas as crianças em idade escolar e é uma necessidade do processo educacional dessa idade. No caso de crianças com deficiência visual ou múltipla com associação visual, é preciso um trabalho de estimulação psicomotora especializado e individualizado dadas as particularidades sensoriais e motoras próprias dessas deficiências.

Dentre os diversos objetivos da psicomotricidade podem-se elencar, especialmente, a potencialização da motricidade corporal pela própria experiência de movimento e o desenvolvimento da noção de espaço e tempo, da coordenação motora, do equilíbrio e do ritmo.

Equipe Multidisciplinar

No ano de 2016 instituiu-se no IBC a Equipe Multidisciplinar (EM) do Departamento de Educação. Esta é composta por educadores, fonoaudióloga, psicóloga e musicoterapeuta.

A EM promove estudos de caso com vistas a orientar práticas pedagógicas específicas a alunos que apresentam outra(s) deficiência(s) além da visual, isto é, a alunos com deficiência múltipla, ou mesmo àqueles que não apresentam um desenvolvimento escolar satisfatório. Os estudos de caso são organizados em função dos encaminhamentos retirados dos Conselhos de Classe e por encaminhamentos diretos de docentes ou outros profissionais que atuem com o aluno indicado.

A EM, além disso, desenvolve um plano de capacitação aos seus componentes visando a potencializar a qualidade da assistência a alunos e docentes ao longo do processo educacional e, também, a multiplicar o conhecimento adquirido pelas ações desse plano a todo o corpo docente do DED.

Todas as orientações da EM se movem no sentido das melhores configurações de trabalho a ser desenvolvido em sala de aula, pensando tanto no avanço global do aluno quanto no

suporte ao trabalho docente. Tendo em vista que a inclusão de crianças e jovens com deficiência múltipla em turmas regulares é uma experiência nova em toda a educação nacional, sua construção no Instituto Benjamin Constant encontra um necessário processo de experimentação nas diversas aplicações dos conhecimentos até então desenvolvidos na área. Desse modo, a EM tem seu papel definido na atenção às tais demandas de atendimento pedagógico que concebem seu paralelismo com a formação docente e de todos os outros profissionais envolvidos.

Perspectivas

Conforme os profissionais que compõem a DOE, urge a necessidade de o Instituto ampliar os recursos humanos para melhor atender à demanda, além de adquirir materiais para o trabalho e promover formação continuada e em serviço.

A DOE também ressalta a necessidade de o IBC formar parceria com outras instituições para que os alunos possam ser inseridos em serviços complementares/clínicos que não são oferecidos no âmbito escolar e de sistematizar o compartilhamento de informações acerca do aluno, como frequência e desempenho acadêmico.

Com vista a potencializar a qualidade dos serviços prestados, além da busca pelo contínuo aperfeiçoamento embasado na capacitação em serviço e na pesquisa científica, são esperados dos profissionais da DOE:

- (i) a criação de espaços de discussão que incluam os professores;
- (ii) o crescimento do número de publicações científicas;
- (iii) a dedicação constante aos alunos atendidos; e
- (iv) a melhoria da comunicação entre os diversos profissionais na própria DOE e entre DOE e demais divisões do DED.

ATRIBUIÇÕES DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

A Divisão de Assistência ao Educando (DAE) promove e mantém a observância das normas disciplinares e de convivência junto aos alunos, trabalhando as relações interpessoais, plantadas no respeito e nos valores ético-morais.

A DAE, carinhosamente conhecida como Disciplina, é composta por uma equipe de vinte e oito profissionais, dos quais, treze são Servidores que exercem a função de Assistentes de Alunos e quinze Cuidadores terceirizados. Dos treze Servidores, oito atuam no plantão noturno atendendo ao alunado do semi-internato e cinco atuam no plantão diurno. As tarefas são distintas, bem como as funções que cada profissional exerce no âmbito do trabalho. Os Servidores realizam a tarefa de “trânsito” e acompanhamento dos alunos às mais diversas atividades e atendimento que os mesmos necessitam ser conduzidos dentro ou fora da escola. Já os Cuidadores realizam tarefas como auxílio na higiene pessoal, nas refeições e no trato em geral em que necessite assistência e/ou supervisão desse profissional.

Dessa forma impõe-se à consciência de que todo o planejamento executado pelos Departamentos e Divisões, como a DAE, tem como objetivo, direto ou indireto, garantir

uma educação de alto nível para as pessoas com deficiência visual.

ATRIBUIÇÕES DA DIVISÃO DE ATIVIDADES E LAZER

- texto a ser revisto e discutido amplamente -

Viver momentos de lazer é essencial para alcançar qualidade de vida. Desfrutar de atividades culturais e de lazer contribui para estimular a sensação de bem-estar e colabora no enriquecimento da expressividade individual e coletiva, pois

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.” (DUMAZEDIER, 1974, p. 34).³

Compreendido o lazer como uma atividade essencial para o desenvolvimento educativo do indivíduo e o acesso à cultura como um momento exemplar de circulação dos bens simbólicos cabe a DAL administrar, planejar e promover atividades sócio-culturais, artísticas e cívicas organizadas tanto por iniciativa da divisão, quanto em ação conjunta com outros departamentos do IBC, como a festa junina e a comemoração de fundação do instituto.

Visando o cumprimento das atribuições que lhe cabem a Divisão de Atividades Culturais e de Lazer (DAL) possui os seguintes campos de atuação: Biblioteca Louis Braille, Acervo Infantojuvenil, logística de eventos e administração de espaços culturais (Teatro, Espaço Cultural, Auditório Maestro Francisco Gurgolino de Souza (sala 251) e Museu).

BIBLIOTECA LOUIS BRAILLE

Em 1905 levando-se em consideração a discrepância entre a quantidade de títulos publicados no sistema comum e a quantidade dos títulos transcritos para o sistema Braille, o então diretor geral do instituto Jesuino da Silva Mello funda uma biblioteca contando com um acervo inicial de trezentos livros em tinta que posteriormente viria a se juntar ao acervo pessoal de José Álvares de Azevedo, idealizador do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, doados por seu pai, Manoel Álvares de Azevedo por ocasião da sua morte em 17 de janeiro de 1850.

Preocupado também em assegurar o acesso à informação pede ao governo a criação do cargo de leitor permanente no quadro funcional do instituto o qual é atendido pelo Decreto nº 1583 de 13 de Dezembro de 1906.

³ Dumazedier, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Cabe uma observação, o idealizador da biblioteca também era escritor e a obra por ele escrita hoje em dia é considerada uma obra rara, cujo título é: A pecuária no Brasil. O fato de um escritor empenhar-se em assegurar ao corpo discente e docente do IBC a leitura de jornais e livros em tinta demonstra a compreensão de que educação integral e de qualidade oferecida pelo instituto abrangia desde a preparação para uma vida independente, quanto uma autonomia no pensamento e o desfrute da cultura.

Muito tempo se passou desde então e atualmente, o IBC conta com a Biblioteca Louis Braille localizada em prédio anexo. A biblioteca é voltada preferencialmente para o usuário deficiente visual, mas atende também ao público externo em geral, além de contar com os serviços normalmente encontrados em bibliotecas, materiais e serviços específicos, visando o acesso à informação.

A Biblioteca está subdividida fisicamente em quatro espaços:

- 1 - acervo em tinta;
- 2 - acervo em Braille;
- 3 - acervo em áudio;
- 4 - acervo infantojuvenil;

A Biblioteca Louis Braille é um organismo em expansão possui um acervo de aproximadamente 20 mil títulos contando com um software de gestão de bibliotecas, o SOPHIA que auxilia na catalogação, consultas, empréstimos de obras e cadastramento dos usuários.

Além das obras nos três acervos (tinta, braille e áudio) possui DVDs, regletes, punções, máquinas de teclas para a escrita braille disponibilizadas para uso local e oferece serviços especializados para usuários cadastrados a fim de assegurar o acesso à informação.

O acervo infantojuvenil possui aproximadamente 7 mil títulos, além de reglete, punção, CCTV e recursos ópticos, régua e lente circular para ampliação, utilizadas durante a permanência dos usuários no local.

Tendo em vista que é a experiência do público como usuário dos serviços prestados que conta como fidelização do uso do espaço, entende-se que o que conta cada vez mais é como ele se sente tratado e para isso, é preciso que os equipamentos estejam em ordem, que haja títulos novos no acervo, que haja wi-fi, que haja links de bibliotecas com acervo gratuito do país e do mundo nos computadores, que os funcionários sejam bem treinados, que a acessibilidade seja de fato garantida no dia a dia pela instituição através da manutenção permanente de seus equipamentos por parte de outros setores, conforme estabelecido pelo Regimento Interno Art. 23. itens III e V.

A experiência do usuário da biblioteca deve ser entendida como uma extensão da missão e finalidade do instituto que se propõe a educar e preparar o indivíduo com deficiência visual para uma vida produtiva, autônoma e independente. Para isso é relevante salientar a

necessidade de mudança da cultura institucional que pensa seus espaços educativos restritos ao espaço das salas de aula e aos espaços de atendimentos, todos os espaços são educativos por excelência e para alcançar isso há que se melhorar o acervo, os equipamentos, os serviços disponibilizados, deve-se abraçar a tecnologia, democratizar o acesso à informação, já que “os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo” (Wittgsteing)⁴.

Para tanto, o usuário deve dispor de um contexto que o estimule a pensar, a pesquisar, a se concentrar tanto quanto possível e o espaço da biblioteca é um espaço por excelência adequado a essas finalidades.

a) Serviços oferecidos pela Biblioteca Louis Braille:

Leitura com leitores voluntários: serviço adicional criado em 1951 destinado à leitura de livros em tinta ainda não transcritos para o sistema Braille. Disponível para usuários cadastrados mediante solicitação e marcação prévia.

Consulta de livros em tinta, em Braille ou em áudio na biblioteca sem limite de obras a serem consultadas;

Empréstimos de livros em tinta, em Braille ou em áudio (duas obras no prazo de 15 dias, podendo ser renovado por igual período).

b) Materiais e equipamentos de tecnologia assistiva oferecidos pela Biblioteca Louis Braille:

Empréstimo de reglete, punção e máquina de escrever em Braille (Perkins), utilização do Poet Compact, CCTV e computadores para uso no individual e local;

Fornecimento de papel e empréstimo de punção para escrita Braille;

Prancha e reglete existe em três tamanhos de bolso, de mesa e de página inteira formato A4, instrumento para a escrita manual do sistema Braille. A biblioteca disponibiliza a reglete de mesa tamanho A4.

Poet Compact - leitor autônomo que permite às pessoas com baixa visão ou cegueira ler todo o tipo de documentos podendo vir a funcionar com a linha Braille. É de fácil manuseio e conta com recursos variados dentre esses: digitalização de textos impressos, leitura imediata do documento, gravação de texto em formato MP3. Oferece maior autonomia para o usuário, é de fácil manuseio e compreensão.

Closed Caption Circuit Television – sigla CCTV aparelho de magnificação desenhado para ser uma ajuda ao usuário de baixa visão através da captura e ampliação da imagem

⁴ Ludwig Wittgenstein in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consult. 2018-08-30 12:52:26]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$ludwig-wittgenstein](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$ludwig-wittgenstein)

proporcionando conforto e autonomia na leitura, mesmo que o resíduo visual seja pequeno. A biblioteca possui dois aparelhos.

Linha Braille – dispositivo de saída tátil para visualização das letras no sistema Braille. Aparelho em formato de prancha que por intermédio de um sistema eletro-mecânico, conjuntos de pontos são levantados e abaixados, conseguindo-se assim uma linha de texto em relevo. Fica acoplado ao computador para que os usuários possam ler em Braille o que aparece na tela.

Transcrição em Braille – produção em Braille de qualquer texto. No caso da biblioteca Louis Braille o serviço passou a ser uma parceria entre a biblioteca, responsável pela triagem e entrega do material e a Divisão de Imprensa Braille (DIB) responsável pela transcrição do material.

Computadores - a biblioteca disponibiliza para estudos e pesquisas quatro computadores com acesso a internet e com os softwares DOSVOX e NVDA instalados. O NVDA é um leitor de telas gratuito, de fácil utilização que através de voz sintética permite ao usuário acessar e interagir com o sistema operacional Windows e vários outros aplicativos. O DOSVOX é um sistema computacional gratuito baseado no uso intenso de voz sintética que permite ao usuário se familiarizar com o computador, com a internet e ter conhecimento de outras ferramentas digitais de acessibilidade. Todos esses serviços que são oferecidos pela biblioteca podem ser utilizados nas salas de leitura, multimídia e gravação.

ACERVO TINTA

Constitui-se de obras impressas contabilizando aproximadamente 13 mil títulos entre obras de referência, didáticas, paradidáticas, raras e de literatura em geral.

Fiel a sua missão de assegurar e democratizar o acesso à informação e contribuir para a construção do conhecimento do usuário deficiente visual, o acervo mantém os serviços de consulta e empréstimo de livros, além de contar com serviços, materiais e equipamentos disponibilizados pela Biblioteca Louis Braille visando seu objetivo maior que é o de ser uma biblioteca pública com recursos especializados.

ACERVO BRAILLE

Constitui-se de obras transcritas para o Sistema Braille contabilizando aproximadamente três mil títulos.

O Acervo Braille, além de se pautar nos princípios que norteiam o acervo em tinta, tem por finalidade oferecer aos seus usuários oportunidades de exercícios de liberdade, de escolha e de cidadania por meio de uma contínua apropriação e uso da informação.

AUDIOTECA

Constitui-se de 1500 títulos em áudio abrangendo desde obras de referência, didática, paradidática a literatura em geral em um contexto em que

Sem a intenção de extinguir o texto impresso, o audiolivro surge como uma opção de entrada no universo da leitura, seja para crianças, seja para jovens ou adultos. Sendo assim, é importante que reajamos positivamente quanto ao surgimento de novas formas de leitura. (Lima e Moura, 2016, pág. 25)⁵

ACERVO INFANTOJUVENIL

Localizado no 1º andar do prédio principal onde também funciona o Ensino fundamental do instituto. A proximidade com as salas de aula com vai e vem de alunos e professores é uma espécie de convite para adentrar no espaço onde a imaginação, a fantasia e o faz de conta tomam conta das prateleiras

Meu primeiro contato com o mundo mágico das histórias aconteceu quando eu era muito pequenina, ouvindo minha mãe contar algo bonito todas as noites, antes de eu adormecer, como se fosse um ritual... (ABRAMOVICH, Fany, 2006, p. 10)⁶

Convite feito e aceito, as obras disponíveis no acervo “nutrem” o leitor com arte, com ficção, com poesia, com a palavra gostosa que entenece, que surpreende, que acaricia o coração. Compreende-se que para alcançar o objetivo do acervo infantojuvenil que é a promoção da leitura focada na formação do hábito de frequentar bibliotecas e de ler livros, o livro não pode ser somente didático, o livro precisa da palavra que instiga, que provoca, que comove o leitor que por sua vez, precisa ser estimulado a ter uma relação afetiva com o livro, precisa sentir suas páginas, precisa tocar suas palavras, precisa ouvir suas histórias, precisa estabelecer uma co-autoria com o texto.

A leitura é concebida como criação, invenção e reinvenção do mundo em um exercício inesgotável de aproximação do leitor com o livro multiplicando as estratégias e as ações para a formação do leitor propostas pelo acervo infanto-juvenil. Para se multiplicar as ações em prol da leitura deve-se ser capaz de escutar muitas e variadas histórias, deve-se ser capaz de ler sozinho e ler muitos livros para ir se adquirindo a competência literária necessária a explorar as palavras, os textos e as histórias. Deve-se também ler com os demais compartilhando tanto histórias quanto desenvolvendo também um senso de que se pertence a um determinado grupo de leitores. Necessita-se expandir a aprendizagem em uma construção de sentidos pessoal e necessita-se também ir além do texto.

No acervo infanto juvenil há o entendimento de que existe uma polifonia de significados

⁵LIMA, I.M. ; MOURA, A.C. PROJETO AUDIOTECA: ENSINO DE LEITURA MEDIADO PELO

USO DO AUDIOLIVRO. Revista Entrelinhas – Vol. 10, n. 1 (jan./jun. 2016)

⁶ ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997. – (Pensamento e ação no magistério)

para as histórias ou seja, há uma multiplicidade de interpretações possíveis, pois os sentidos dos textos são variados e dependem da maneira como se lê e da fase da vida em que se lê.

O eixo das estratégias propostas pelo acervo potencializam a leitura em um caleidoscópio em que se sabe que “O tempo escolar é escasso, mas ali se acha a porta da literatura para as novas gerações, e deve-se pensar muito detidamente sobre a melhor forma de abri-la.” (COLOMER, Teresa. 2008, pág. 24)⁷.

O Acervo Infanto-juvenil deve ser entendido tanto como “um conjunto de documentos preservados para o atendimento das finalidades de uma biblioteca: informação, pesquisa, educação e recreação “(CUNHA E CAVALCANTI. Briquet de Lemos , 2008 in Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia) onde realiza-se a seleção/aquisição, o processamento técnico que se divide em: registro, catalogação e classificação, referência que abarca o atendimento, empréstimo e consulta ao acervo; quanto como uma aliada do fazer pedagógico, formando o leitor e o cidadão do futuro a partir do atendimento das turmas com os variados suportes disponíveis no acervo enriquecendo sua imaginação e seu vocabulário, estimulando o senso crítico e a apreciação e o deleite da literatura.

O atendimento destina-se às turmas do 1º ao 3º ano dos anos iniciais do E. Fundamental, com dias e horários pré-definidos pela coordenação do departamento de educação. A escolha dos anos iniciais de escolaridade para atendimento tem por fundamento a formação do hábito de frequentar bibliotecas e no desenvolvimento do hábito de ouvir/ler histórias. Após este atendimento pretende-se que os leitores venham a frequentar o espaço espontaneamente pois “foi possível consolidar uma boa interação com a comunidade, no sentido de fazer da biblioteca um centro receptor e irradiador de cultura” (PIMENTEL, BERNARDES e SANTANA, 2007).

À tarde funciona das 13h às 16h para fazer leitura de livros/revistas, escutar livros em áudio e pesquisa. O acervo tem como um de seus principais objetivos preparar uma nova geração de leitores, fomentando o interesse das crianças e dos jovens pelos livros por meio de empréstimos de obras (tinta, braille), contação de histórias e leituras dramatizadas.

EVENTOS:

A Biblioteca não pode ser vista apenas como um local que faz empréstimos de livros; uma biblioteca deve ter como um de seus papéis a promoção de eventos que levem cultura e conhecimento ao seu público divulgando e dinamizando o acervo.

Serviços de extensão cultural

Sarau - Como forma de expressão e fruição da arte para e com pessoas com deficiência visual e visando o seu protagonismo, o Sarau no Tempero da Praça é planejado e

⁷ COLOMER, Teresa. Andar entre livros: a leitura literária na escola. In Nos caminhos da literatura / Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – São Paulo: Peiriópolis, 2008.

organizado em parcerias com alunos, ex-alunos, usuários da biblioteca e convidados na área da música, artes plásticas, literatura, teatro e dança. O sarau é realizado duas vezes ao ano na Praça dos Ledores, com a finalidade de propiciar um clima de liberdade e descontração.

Visitas a espaços culturais – em geral, três visitas ao ano são realizadas com grupos de usuários e alguns alunos da reabilitação. Algumas visitas são escolhidas de acordo com as necessidades e interesse do público ou também por convite de instituições que oferecem exposições audiovisuais ou sessões de cinema com acessibilidade (audiodescrição).

“Quarta com...” – estruturado para ser mediador entre neoleitores e o espaço informacional, realizado sempre as quartas-feiras em dias previamente determinados, na Praça dos Ledores. O evento tem como objetivos apresentar diversos autores e obras da literatura, promovendo uma imersão em conhecimentos sobre ambos, além de divulgar o acervo da biblioteca a ampla comunidade do IBC.

A chefia da DAL, em conjunto com servidores de outros departamentos, faz parte da comissão responsável por cuidar da organização das Festa Junina; Festa de comemoração da fundação do IBC.

CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE MATRÍCULAS NOVAS

- texto a ser revisto, o edital de matrícula foi elaborado em 2019 e precisa de ajuste e integração referente aos editais de matrícula do Ens. Médio, que possui um edital para cada curso, delimitar a conceituação de “Mediação” e os impactos na organização do trabalho docente -

A Escola do IBC, sob responsabilidade do Departamento de Educação (DED), oferece atendimento a crianças e jovens cegos e de baixa visão, nos seguintes segmentos da Educação Básica: Educação Precoce (0 a 3 anos), Educação Infantil (4 a 6 anos) Atendimento Especializado em Deficiência Múltipla, Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A entrada dos alunos novos se dá mediante a inscrição e participação no processo seletivo divulgado através de Edital de Matrícula.

DAS VAGAS DISPONIBILIZADAS EM EDITAL

O acesso à Educação Infantil e Ensino Fundamental são ofertadas anualmente de acordo com a disponibilidade de vagas para cada nível escolar.

O preenchimento das vagas ocorrerá mediante sorteio público e validadas após avaliação médica oftalmológica e da equipe multidisciplinar.

O Departamento de Educação reserva-se o direito de aumentar, eventualmente, o número de vagas oferecidas neste Edital, a qualquer tempo, dependendo do resultado final de aprovação, matrículas e transferências de alunos do Instituto.

Crianças para atendimento nos setores da Educação Precoce e Atendimento Especializado em Deficiência Múltipla (AE-DMU) serão encaminhadas diretamente à coordenação do setor para cadastro e tendo a matrícula efetivada no decorrer do ano conforme disponibilidade de vaga.

A entrada para o Ensino Médio Profissional é realizada através de edital de matrícula diferenciado para atender as especificidades do segmento.

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

O responsável legal do candidato inscrito deverá atentar para a formalização da inscrição e das demais etapas posteriores considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos prazos previstos e nos moldes estabelecidos no Edital, será automaticamente considerada não efetivada, não assistindo nenhum direito ao interessado.

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

A inscrição no processo seletivo implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo responsável legal do candidato das condições estabelecidas neste edital, a ser por ele expressamente declarada e sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

Será permitida a realização de apenas uma inscrição em nome de um mesmo candidato. Assim, caso seja verificada mais de uma inscrição em nome de um mesmo candidato, prevalecerá aquela que houver sido realizada por último.

Para efetuar a inscrição é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável legal do candidato e o preenchimento do requerimento específico.

O requisito fundamental para a inscrição no processo seletivo do IBC é o candidato ser cego ou baixa visão a ser comprovado posteriormente através de laudo oftalmológico expedido no departamento médico do próprio Instituto, atestando que o candidato é ELEGÍVEL à matrícula.

A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição e a matrícula do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade em informações fornecidas garantidos o direito ao contraditório e à ampla defesa. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

O responsável legal do candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e aceita que, uma vez sorteado, quando da convocação para a avaliação, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para tal.

Não será deferida a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

O responsável legal do candidato, ao realizar a inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, resultado do sorteio, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Processo Seletivo. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

É de responsabilidade exclusiva do responsável legal do candidato se inteirar das informações relativas ao sorteio, bem como do resultado deste e as etapas e procedimentos posteriores em caso de matrícula.

As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do responsável legal do candidato, dispondo o IBC do direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

DO SORTEIO PÚBLICO

O Sorteio Público das vagas ofertadas no item 1 deste Edital será realizado, sob a presidência do Diretor Geral do IBC junto com Diretor do Departamento de Educação, a comissão de matrícula, para a composição da mesa dos trabalhos.

Serão convidados representantes de outra instituição federal para auditar e acompanhar os procedimentos de conferência do material e dos números sorteados, além de juntamente assinar a Ata.

A realização do Sorteio Público será lavrada em Ata a ser encaminhada à Direção Geral do Instituto Benjamin Constant.

O não comparecimento do responsável legal de candidato ao Sorteio Público NÃO impedirá que o candidato sorteado seja matriculado, uma vez que somente será considerado desistente o candidato que não comparecer as etapas posteriores e não tiver apresentado a documentação necessária e/ou sua matrícula seja efetuada fora do prazo previsto no presente Edital.

Os responsáveis legais de candidatos deverão tomar ciência do resultado do Sorteio no endereço eletrônico (www.ibc.gov.br) site oficial do Instituto Benjamin Constant, ou na secretaria geral do Instituto Benjamin Constant.

Serão excluídos do resultado final ou perderão a matrícula, os candidatos sorteados que descumprirem as normas contidas neste Edital ou utilizarem em qualquer documento, informações falsas ou inexatas, a qualquer época.

DA MATRÍCULA

A matrícula dos candidatos sorteados será realizada na secretaria geral do IBC, após a apresentação de toda documentação exigida e validação da equipe multidisciplinar.

No momento da matrícula, o responsável legal de candidato deverá preencher o Termo de Responsabilidade e apresentar a seguinte documentação:

- a) Original e cópia do documento oficial de identidade com e do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) original e cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da mãe ou do responsável legal;
- c) Original e cópia do comprovante de residência;
- d) Original e 02 cópias da caderneta de vacinação ou comprovante de vacina;
- e) Original e cópia da certidão de nascimento;
- f) declaração original de conclusão emitida pelo estabelecimento de ensino correspondente, informando as providências tomadas para a liberação do Histórico Escolar (quando necessário);
- g) Resultado de exame de Fator RH;
- h) Declaração atual (do ano vigente) de acompanhamento médico especializado ou generalista constando: nome da criança, acompanhamento regular com especialista ou generalista, uso ou não de medicamentos no momento, periodicidade do acompanhamento.
- i) Atestado médico para a realização de atividades físicas. O prazo máximo para entrega do atestado será o primeiro dia letivo.

A não integralização dos procedimentos de inscrição e apresentação da documentação exigida dentro do prazo estipulado neste edital implica a DESISTÊNCIA e a sua consequente ELIMINAÇÃO do processo de matrícula.

A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição e a matrícula do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade em informações fornecidas, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

É vedada a matrícula condicional e/ou extemporânea. (exceto Educação Precoce e AE-DMU)

Em caso de duplicidade a matrícula, no IBC será cancelada. (exceto para alunos do Atendimento Especializado.).

Não será deferida a matrícula que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

Haverá uma lista de espera composta pelo mesmo quantitativo de vagas destinadas ao segmento/ano e serão convocados à matrícula novos candidatos, em casos de desistência, não apresentação de documentação devida ou o não comparecimento dos candidatos anteriormente matriculados às aulas.

O candidato matriculado que não frequentar os primeiros 15 (quinze) dias de aula sem que o responsável legal encaminhe ao Departamento de Educação (DED) justificativa legal para o fato, devidamente acompanhada de documentação comprobatória da impossibilidade do comparecimento do aluno naquele período para julgamento da procedência do pedido, será considerado desistente e sua vaga colocada à disposição da lista de espera.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O sorteio público, objeto deste Edital, terá validade somente para o ano letivo vigente. Sempre que necessário o Instituto Benjamin Constant divulgará normas e avisos complementares.

Os casos omissos serão analisados e resolvidos pelo Diretor do Departamento de Educação (DED) com ciência e aprovação do Diretor Geral do Instituto Benjamin Constant.

ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL

- texto a ser integrado, dúvida se os documentos de editais devem entrar como anexo -

O Edital contendo as normas referentes ao Processo Seletivo para o preenchimento de candidatos à matrícula, aos Cursos Técnicos mediante a realização de Prova Específica (PE).

II - PARTE: NORMAS BÁSICAS DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR

- a II PARTE deve ser apresentada, amplamente discutida e revisada -

CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE REGIME DE SEMI-INTERNATO⁸

Art. 1º. Fundamentando-se nos princípios de justiça e equidade, considerando a necessidade de normatizar a disciplina e caracterizar os casos conforme a natureza, o Instituto Benjamin Constant aprova o Regimento Disciplinar Discente (RDD).

Art. 2º. Os pais ou responsável legal pelo discente deverão ser notificados sobre as punições, devendo comparecer quando convocado, salvo quando se tratar de discente maior de dezoito anos.

Parágrafo único: o não comparecimento dos pais ou responsável legal não impedirá a medida disciplinar.

Art. 3º. A convivência na escola precisa garantir o cuidado e a atenção que se dá a todos

⁸ Portaria nº 321 de 25 de novembro de 2015 Anexo I e Anexo II

os que trabalham no ambiente escolar: professores, assistentes, técnicos, cuidadores e demais funcionários do IBC.

Art. 4º. O espaço escolar se torna então o espaço de convívio onde o diferente, o múltiplo e o diverso se relacionam tendo como objetivo o bem comum social que se caracteriza pelo respeito entre relações.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS DO DISCENTE

Art. 5º. São direitos dos discentes do Instituto Benjamin Constant:

- I - Ter ciência deste Regimento, extensivo aos pais ou responsável legal;
- II – Receber educação e serviços especializados disponíveis de qualidade, promovendo atenção e desenvolvimento integral, além de encaminhamento a serviços externos, conforme cada caso;
- III – Receber tratamento em igualdade de condições pelos pares, servidores, funcionários do Instituto Benjamin Constant ou qualquer pessoa que esteja em suas dependências, respeitada as necessidades especiais, conforme cada caso;
- IV – Ser informado sobre normas, atividades e serviços disponibilizados;
- V – Ter acesso às acusações que lhe for direcionada, garantindo-se a defesa e recurso;
- VI – Participar de atividades coletivas ou agremiações, como forma de contribuir para a construção de uma cidadania consciente, inclusive com direito de votar e ser votado, quando necessário;
- VII – Dispor de espaço físico limpo e higienizado que propicie o desenvolvimento de suas atividades;

CAPÍTULO III DOS DEVERES DO DISCENTE

Art. 6º. São deveres do discente:

- I – Cumprir o Regimento Disciplinar do Instituto Benjamin Constant e demais normas e orientações discentes;
- II – Respeitar os pares, servidores e funcionários do Instituto Benjamin Constant ou qualquer pessoa que esteja em suas dependências;
- III – Zelar pela conservação de qualquer bem e pela limpeza dos espaços do Instituto Benjamin Constant;
- IV – Comparecer às convocações que forem feitas por qualquer que seja o Setor do Instituto Benjamin Constant, justificando devidamente a impossibilidade;
- V – Ficar em silêncio e manter comportamento adequado nas dependências do Instituto Benjamin Constant de forma que não atrapalhe qualquer atividade pedagógica ou administrativa ou gere constrangimento a outrem;
- VI – Zelar pelos materiais escolares de sua responsabilidade, por objetos pessoais, bem como pela guarda dos mesmos;
- VII - Apresentar-se com uniforme completo e em condições de higiene adequadas para as atividades do Instituto Benjamin Constant;

- VIII – Manter frequência e pontualidade escolar satisfatórias, respeitando os limites legais estabelecidos, justificando devidamente, quando necessário, à Orientação Educacional/Pedagogo da Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonoaudiológica (DOE) e à Divisão de Assistência ao Educando (DAE), bem como se informar, junto ao (à) docente, orientações sobre atividades que perdeu e a forma de repô-las, não isentando das responsabilidades junto ao Conselho Tutelar;
- IX – Cumprir com a tolerância de atraso que será de até 15 minutos para o 1º tempo. Se o discente for do 2º segmento ou ensino médio, deverá aguardar o horário do 2º tempo de aula na DAE, caracterizando falta na aula anterior. (verificar se a regra é esta mesma);
- X – Comportar-se de forma adequada quando estiver em atividades externas à Instituição;
- XI – Utilizar as mídias sociais (Internet) de modo que não gere ofensa que tenha relação com o Instituto Benjamin Constant ou praticada nas suas dependências, ainda que seja contra pessoa externa à Instituição;
- XII - Não se ausentar da sala de aula sem a ciência e autorização do (a) docente (a) ou Coordenador (a) de segmento enquanto estiver em atividade;
- XIII – Não utilizar celular ou qualquer outro aparelho eletrônico em sala de aula, salvo com a autorização do (a) docente e, em outros espaços da Instituição, somente será permitido de forma discreta e que não atrapalhe as atividades do IBC;
- XIV – Respeitar o procedimento de saída extraordinária dentro do horário escolar que deverá ser autorizado pelo responsável com as devidas justificativas, de preferência por escrito, entregue a DAE com antecedência.
- XV – Não namorar de maneira indiscreta no ambiente escolar com beijos, carícias ou abraços íntimos ou sentar sobre as pernas. Sendo algum discente menor de idade, deverá ter autorização dos pais ou responsável legal, seguindo as mesmas orientações iniciais;
- XVI – Cumprir as sanções impostas;
- XVII – Entregar qualquer objeto encontrado ao responsável que não lhe pertença;
- XVIII – Não consumir qualquer droga lícita ou ilícita nas dependências da Instituição;
- XIX – Não adulterar qualquer documento ou comunicado da Instituição;
- XX – Não promover e nem incitar atos de vandalismo na Instituição;
- XXI – Não fazer uso de documentos falsificados para qualquer que seja a finalidade;
- XXII – Não portar qualquer objeto que represente risco a si ou a outrem;
- XXIII – Zelar pela sua conduta de forma que não cometa qualquer ato tipificado como crime;

CAPÍTULO IV SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 7º. Os discentes estarão sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

- I – Advertência oral;
- II – Advertência escrita;
- III – Suspensão (até 10 dias);
- IV – Desligamento da Instituição.

Art. 8º. Para a aplicação das sanções descritas serão levados em consideração a natureza da infração disciplinar, a gravidade, a reincidência, o perfil discente e outros elementos

necessários, conforme cada caso.

Art. 9º. Em caso de qualquer conduta de indisciplina, o (a) discente deverá ser encaminhado à DAE para os procedimentos cabíveis;

Art. 10º. A análise de cada caso de indisciplina será de responsabilidade da Orientação Educacional e da Coordenação da DAE que, de forma conjunta, em parecer único, encaminhando à Direção do Departamento de Educação, com a ciência da DOE, para conhecimento e aprovação.

Art. 11º. Para cada caso, a Orientação Educacional e a Coordenação da DAE poderão solicitar a participação de qualquer servidor, Coordenadores, pais ou responsável legal e outros discentes para contribuir na análise e decisão da sanção disciplinar que deverá ser aplicada. Poderão, ainda, solicitar apoio/informação de profissionais ou Instituições externos ao IBC.

Art. 12º. Será garantido ao (à) discente o direito de defesa e a recurso contra à sanção disciplinar em até cinco dias úteis após a emissão.

Art. 13º. A Orientação Educacional e a DOE ficarão responsáveis pela comunicação aos pais ou responsável legal no caso de discente menor de idade.

Art. 14º. No caso de ato indisciplinar ser cometido na moradia estudantil por aluno interno, aplicam-se as mesmas normas e sanções deste Regimento, acrescida da perda do alojamento, adaptando-as e correlacionando-as às peculiaridades da natureza do perfil de morador (a) e da estrutura da moradia, não excluindo o (a) discente de demais normas vigentes relativas a este espaço.

Art. 15º. Os casos omissos serão encaminhados à Direção do Departamento de Educação para serem analisados e deliberados juntamente com a Orientação Educacional e Coordenação da DAE e DOE.

III - PARTE: PRINCÍPIOS NORTEADORES DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS NOS SEGMENTOS:

A escola do IBC funciona em regime de tempo integral, com suas atividades distribuídas de forma, a saber:

EDUCAÇÃO PRECOCE⁹

⁹ Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Nos primeiros anos de vida, toda criança necessita de cuidados e atenção especial que lhe garantam satisfatoriamente seu pleno desenvolvimento físico, psicológico e social.

A criança movimenta-se naturalmente, logo que sua curiosidade é despertada. Já a criança deficiente visual carece de motivação para mover-se. Sem ajuda, ela pode não aprender aquilo que a criança sem deficiência visual aprende brincando. Não recebendo os estímulos necessários, poderá haver atrasos no seu desenvolvimento global, tendendo a desenvolver maneirismo e a isolar-se.

Segundo o artigo 58, inciso 3º da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 (LDB) promulgada em 20 de dezembro de 1996, a Educação Especial é dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil. E, de acordo com as Diretrizes Educacionais sobre a Estimulação Precoce, o conceito de Estimulação Precoce se estabelece como sendo um

Conjunto dinâmico de atividades e de recursos humanos e ambientais incentivadores que são destinados a proporcionar à criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo (MEC/UNESCO, 1995, p.11).

O setor de Educação Precoce do Instituto Benjamin Constant (IBC) foi criado no ano de 1985, o qual pertence ao Departamento de Educação (DED). Caracteriza-se como um Atendimento Pedagógico Especializado, com uma proposta de estimulação precoce, que, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva preconiza:

Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. (2008, p.16)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRUNO, M. A escolarização de pessoas com deficiência visual: algumas reflexões sobre o atendimento educacional especializado e a prática pedagógica. In: KASSAR, M.; MELETTI, S.(Orgs). Escolarização de alunos com deficiências: desafios e possibilidades. São Paulo: Mercado de Letras, 2013.

FIGUEIRA, M.M.A. Assistência fisioterápica à criança com cegueira congênita. In: C.L.L. Paschoal (Org.). Conversando com o autor 2013. Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro, 2013.

PIAGET, J. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994. 302 p

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007.7

Seu público alvo são crianças com deficiência visual (cego / baixa visão) associadas ou não a outras deficiências, com idade compreendida entre zero e três anos e onze meses que recebem atendimentos em grupos e/ou individualizados com o objetivo de promover, conforme Bruno, "[...] o desenvolvimento integral da criança com deficiência visual (aspectos psicoafetivos, físicos, cognitivos, sociais e culturais)" (2005, p. 31), através de estimulação e integração dos sentidos remanescentes acompanhando o seu desenvolvimento global, atendendo as suas necessidades específicas e respeitando suas diferenças. Para alcançar este objetivo faz-se necessário conscientizar a família, dando apoio e suporte, de forma a possibilitar a continuidade em outros ambientes.

Na Educação Precoce do IBC o uso da ludicidade para a estimulação da criança é de suprema importância. Como enfatizado por Figueira (2013, p. 123), estimular "não é bombardear a criança para que faça alguma coisa", estimular é oferecer situações, objetos que tenham um significado para a criança, despertando desta forma seu desejo pra agir sobre esses estímulos.

Ressaltamos que a ludicidade, como proposto por grandes teóricos da área do desenvolvimento, tais como Piaget (1994), Vigotsky (1989), Wallon (2007) se constituiu no eixo central da nossa intervenção. Ao propor uma educação precoce com base em atividades lúdicas, o setor de Educação Precoce do IBC possibilita uma rica contribuição para processo de desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo, de modo a minimizar os efeitos negativos decorrentes da deficiência visual.

O trabalho no setor é realizado por uma equipe efetiva composta por sete professores especializados, sendo dois em função de coordenação, com a colaboração, quando possível e necessário de outros profissionais disponíveis na instituição (Psicólogo, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Musicoterapeuta, Terapeuta Ocupacional e Dentista).

Em função de o atendimento ser pedagógico e diante do aumento quantitativo e qualitativo (mais severos) de alunos com deficiência visual associada a outras deficiências nos últimos anos, necessita-se de parcerias com outras especialidades clínicas, para dar suporte ao atendimento pedagógico (neurologista clínico e outros profissionais que se fizerem necessários).

Enquanto os médicos têm um olhar clínico, os profissionais da educação têm o foco nos potenciais que a criança apresenta, elaborando estratégias para desenvolver suas capacidades e não permitir que outros distúrbios sejam agregados.

Com esse olhar profissional, e, ao mesmo tempo empático e acolhedor à família e à criança, os profissionais desta instituição dão início ao trabalho de cunho pedagógico.

Embora a criança seja vista em seu aspecto global dentro de um enfoque biopsicossocial, distinguem-se as seguintes áreas do desenvolvimento infantil como forma de didática de abordagem e avaliação:

- Motricidade (ampla e fina);

- Cognição e comunicação (linguagem);
- Sócio-adaptativa (integração social e relacionamento no grupo);
- Independência (principalmente quanto aos hábitos de alimentação e higiene);
- Afetivo- emocional;
- Visual.

Em síntese, ao setor de Educação Precoce compete:

1. Prestar atendimento Educacional a criança com deficiência visual com ou sem associação com outras deficiências, com faixa etária compreendida entre zero e três anos e onze meses de idade.
2. Orientar profissionais das instituições regulares que assistem as crianças com deficiência visual, quando necessário, paralelamente ao trabalho realizado no IBC;
3. Orientar as famílias quanto aos procedimentos a serem adotados na educação de seus filhos, assim como a importância da sua participação nos atendimentos.
4. Receber estagiários, por meio de parcerias com universidades, supervisionando-os como forma de multiplicação de conhecimento, conforme necessidade e disponibilidade do setor.
5. Promover, quando necessário, palestras, seminários, cursos, mini-cursos, grupos de estudo e outras atividades afins para troca de conhecimento na área e aprimoramento das práticas pedagógicas.

Ingresso no setor

O ingresso no setor ocorre em 4 etapas:

- 1^a) Pré-cadastro – O responsável entra em contato com o setor no qual é feito um pré-cadastro por telefone ou pessoalmente, compreendendo: nome da criança, data de nascimento, nome do responsável, endereço e telefone para contato. Como pré-requisito para a efetivação do cadastro é exigido o laudo oftalmológico com encaminhamento para o setor.
- 2^a) Avaliação funcional – Será feita a conferência de laudo oftalmológico (externo ou interno ao IBC), ficha cadastral com avaliação diagnóstica (anamnese) e orientação aos responsáveis.
- 3^a) Convocação – Na existência de vaga, convocação para matrícula.
- 4^a) Encaminhamento para matrícula – O responsável é encaminhado para a efetivação da matrícula na secretaria escolar do Instituto, após triagem feita pela equipe do setor de Educação Precoce.



A criança só frequentará o setor quando a matrícula estiver concluída e com atestado do pediatra liberando-a para práticas pedagógicas na escola. Em casos específicos será necessário apresentar laudo do neuropediatra (de 6 em 6 meses) liberando a criança para fazer estimulação precoce.

- é necessário fazer a audiodescrição do esquema:

Esboço inicial de Audiodescrição: Mapa conceitual com o título: Matrícula Educação Precoce, primeiro balão: Família ligou ou compareceu ao setor, seta direcionada para o balão: Tem laudo? duas setas direcionadas, sobre a primeira seta, a palavra sim, em cor verde indicada ao balão, em cor verde, com os dizeres: Anotar os dados da criança na ficha de avaliação funcional e avisar que entraremos em contato para agendar a Avaliação Funcional. Sobre a segunda seta, a palavra Não em cor vermelha indicada ao balão, em cor azul, com os dizeres Orientar procurar o oftalmologista para pegar laudo contendo: a Deficiência visual, o CID e encaminhamento para estimulação precoce; e pedir para entrar em contato novamente. seta indicada ao balão com o texto conseguiu o Laudo? duas setas de saídas: primeira seta sob a palavra não em vermelho retornar ao balão anterior, segunda seta, palavra Sim, em verde, indicada ao balão verde, seta com saída com texto Ligar para a família e avisar o dia e horário da Avaliação Funcional. Texto: A criança só frequentará o setor quando a matrícula estiver concluída e com atestado do pediatra liberando-a para práticas pedagógicas na escola. Em casos específicos será necessário apresentar laudo do neuropediatra (de 6 em 6 meses) liberando a criança para fazer estimulação precoce.

Estrutura do setor

O setor é composto por cinco espaços, sendo eles: sala de professores; sala de aula com recursos pedagógicos específicos para o atendimento ao alunado; sala multifuncional (avaliação, reuniões e sala de espera); fraldário e refeitório. O parque infantil, na área externa, e o banheiro de professores são compartilhados com o setor de Educação Infantil.

Funcionamento do setor

O setor funciona em dois turnos (manhã e tarde), os alunos frequentam as aulas uma vez por semana. As turmas são divididas por faixa etária, com duração de 80 minutos (aula de estimulação global – 50 minutos e PEVI – Práticas Educativas para Vida Independente – 30 minutos), realizadas nas dependências do setor, de acordo com as especificidades das aulas. As turmas são organizadas em pequenos grupos, nos quais os pais poderão participar da aula junto com seus filhos, a critério docente, visando uma melhor qualidade no ensino e atendimento. São oferecidos apoio, suporte aos alunos e orientações aos familiares nesses primeiros momentos na escola.

O quantitativo de alunos por turma está relacionado diretamente à quantidade de professores e à necessidade educacional de cada criança.

Em casos específicos, nos quais a criança apresente problemas de saúde que possam comprometer sua integridade física e mental, a aula será oferecida através de agendamentos (podendo ser individual) mediante a apresentação de atestado médico com liberação para as atividades no setor (estimulação visual, sensorial, motora, auditiva, entre outras), documento este, que deverá ser renovado a cada 6 meses.

Ressaltamos que durante o período letivo, se houver intercorrências (neurológicas; cirúrgicas, ortopédicas; infecto-contagiosas, etc.) que impossibilitem os atendimentos, será solicitado à família apresentação de atestado médico para a liberação e retorno as atividades.

Avaliação

A avaliação das crianças atendidas no Programa de Educação Precoce (E.P) é realizada pela equipe de professores do setor. Durante o ano letivo, a criança será avaliada de forma contínua, no curso de seu atendimento regular, seguindo critérios universalmente aceitos para a Educação Infantil, conforme prescrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

As instituições de Educação Infantil, sob a ótica da garantia de direitos, são responsáveis por criar procedimentos para avaliação do trabalho pedagógico e das conquistas das crianças. A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram o material oferecido e o espaço e o

tempo garantidos para a realização das atividades (BRASIL, 2013, p. 95).

Para tal, adota-se uma ficha composta por:

- 1) avaliação inicial,
- 2) avaliação parcial,
- 3) avaliação final.

Com base na ficha de avaliação dos alunos será feito um relatório anual.

As famílias serão orientadas a dar continuidade no processo escolar na Educação Infantil. Essa progressão tem como respaldo legal a LDB 9394/96 que rege a Educação Nacional, e define em seu artigo 4 inciso 1, a obrigatoriedade desta modalidade de ensino a partir dos 4 anos de idade.

EDUCAÇÃO INFANTIL

- Ajustes em destaques do texto devem ser feitos -

Educação Infantil é a fase que envolve crianças de 0 a 6 anos de idade, considerada a primeira etapa da Educação Básica. Esta fase está dividida em dois segmentos: creche (crianças de 0 a 3 anos e 11 meses) e pré-escola (crianças de 4 a 5 anos e 11 meses)¹. Seu objetivo é o desenvolvimento integral das crianças, ou seja, não apenas o cognitivo, mas também o físico e o socioemocional, conforme diz a LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 9394/1996):

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.(BRASIL, 1996, p.9)

A primeira infância é um período crucial na vida das crianças, pois é nesta fase que elas adquirem capacidades fundamentais para o desenvolvimento de habilidades que irão impactar na sua vida adulta.

O Instituto Benjamin Constant oferece apenas o segundo segmento da Educação Infantil - a Pré-Escola de alunos oriundos tanto do setor de atendimento da Educação Precoce quanto dos alunos da comunidade externa. Nesse segmento são admitidas crianças cegas e de baixa visão, com idade entre 4 (quatro) anos e 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses.

Os alunos matriculados são divididos em turmas, e em prol de zelar pela qualidade do ensino, o quantitativo de matrículas disponibilizadas e o número de alunos por turma deve ser condicionado as suas especificidades e ao número de docentes e de profissionais de apoio (cuidadores, mediadores e assistentes de alunos).

Os profissionais que devem compor a equipe da Educação Infantil são: coordenador, professores (especialistas, educação física, música, expressão corporal) cuidadores, mediadores, assistentes de alunos e serviços gerais, além do suporte de atendimentos de: psicomotricidade, psicologia, fonoaudiologia, musicoterapia, fisioterapia, terapia ocupacional, PEVI (Prática de Vida Diária e Independente), dentistas, médicos oftalmologistas e nutricionistas.

Os documentos legais do Ministério da Educação norteiam todo o trabalho proposto pela Educação Infantil, no entanto considera-se a importância dos teóricos, conforme trabalho desenvolvido pelo professor no cotidiano de sua prática pedagógica.

CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A concepção curricular na educação infantil do IBC contempla o reconhecimento e valorização da diversidade humana de acordo com a proposta da BNCC (Base Nacional Curricular Comum). Para tal, desenvolvemos uma proposta de trabalho por meio de projetos que permitam a organização de práticas pedagógicas exploratórias que se entrelaçam entre os campos de experiência do Currículo.

As crianças com deficiência visual (cegas e com baixa visão) estão inseridas em um contexto eminentemente visual de aprendizagem. Para terem êxito, em sua caminhada escolar, é necessário que a escola observe as suas necessidades, dando-lhes a oportunidade de crescer e desenvolver o seu imaginário através de experiências concretas, que passam a ser absorvidas pelos sentidos remanescentes, os quais necessitam de desenvolvimento. E para que suas necessidades sejam contempladas, é fundamental a parceria com o serviço médico do IBC, como o setor de baixa visão, proporcionando ao educador o conhecimento das especificidades visuais dos alunos, pois conforme aborda Almeida (2014, p.40) “Esse conhecimento propiciará a formulação de planos educacionais ligados ao atendimento das peculiaridades e necessidades dos alunos.”

Assim entendemos que na Educação Infantil do IBC, além das experiências apontadas na BNCC, o ensino abrange técnicas e desenvolvimento de atividades para orientação e mobilidade e psicomotricidade, proporcionando o conhecimento do próprio corpo, desenvolvimento dos sentidos, equilíbrio, postura, desenvolvimento de técnicas específicas de mobilidade nos diferentes espaços e ambientes, a fim de promover o ir e vir com segurança e autonomia. Tais atividades devem considerar as condições físicas, intelectuais e sensoriais de cada estudante.

A BNCC se fundamenta em princípios éticos, políticos e estéticos para estabelecer os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento que deve ser o mote de toda a escolarização básica.

A educação Infantil apresenta direitos de aprendizagem e desenvolvimento para a etapa referida às cinco principais ações que orientam os processos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.

Com base nesses direitos, são definidos os eixos dos currículos para a Educação Infantil em seus cinco campos de experiências:

O Eu, o Outro e o Nós;

CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS;

TRAÇOS, SONS, CORES E IMAGENS,

ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO;

ESPAÇO, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES.

Os Campos de Experiência organizam o currículo da Educação Infantil colocando no centro de seu processo, as interações e brincadeiras como acolhedoras para as oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, valorizando assim as vivências concretas. São as brincadeiras, as ações, as interações e a participação nas práticas sociais que levam as crianças a ter curiosidades sobre temas, práticas, ideias a serem pesquisadas e a constituir seus saberes sobre o mundo.

AValiação

A educação Infantil SE UTILIZA DE PROCESSOS AVALIATIVOS SEM A FINALIDADE DE promoção OU retenção das crianças. Tendo a experiência um sentido singular para cada criança, ao planejar um contexto educativo, o professor cria mecanismos de registro e sistematização dos percursos das crianças, que geram pistas para a continuidade do trabalho pedagógico. Desse modo, fica evidente que há muitas formas de se pensar e propor um contexto que atenda aos objetivos propostos, o que leva a dissipar a ideia de que há um único percurso de desenvolvimento humano. É importante enfatizar que os objetivos propostos devem ser considerados como uma referência flexível, e que não alcançá-los não implica problemas de aprendizagem, e, portanto, retenção da criança na etapa. Desta forma corrobora com a LDB, art. 31 e inciso 1º, que aborda que a avaliação deverá ser “mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996).

A avaliação feita pelo professor torna-se um modo de acompanhar as crianças em uma perspectiva processual. A avaliação não tem o objetivo de aferir o desempenho das crianças, mas, sim de se constituir como um instrumento de reflexão sobre suas aprendizagens e também de busca dos melhores caminhos para orientar a continuidade da prática pedagógica.

Para acompanhar e avaliar as crianças, é importante a observação sistemática, crítica e criativa do comportamento de cada uma, dos grupos, das brincadeiras e interações entre elas no cotidiano. Além disso, é fundamental a utilização de múltiplos registros, realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns e etc.), em diversificados momentos.

A Avaliação na Educação Infantil RETIRAR SUBTÍTULO E FAZER GANCHO COM O PARÁGRAFO ANTERIOR.

1. Conselhos de Classe – Semestralmente (TEXTO FUNDAMENTANDO O PORQUÊ DE SER SEMESTRAL) são realizados com a presença dos diversos profissionais e especialistas envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, visando a troca de

experiências e a reflexão sobre a aprendizagem e o processo evolutivo dos alunos, bem como a prática e os resultados das estratégias de ensino.

2. Relatórios – Registros sobre o conjunto das práticas cotidianas que se realizaram na escola e o modo de expressar e elaborar os saberes de cada criança.

3. Portfólio – Registro em álbum ou outro meio, dos trabalhos produzidos pelo aluno ao longo de cada semestre. Pode conter também fotos e/ ou vídeos.

RELAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA

A parceria com a família é relevante durante todo o processo pedagógico APROFUNDAR SOBRE A RELEVÂNCIA. No início do ano é realizada entrevista com a família, com intuito de conhecer as especificidades dos alunos, suas necessidades e restrições, corroborando com a orientação de Almeida (2014, p.41), que sinaliza de que “O histórico da criança, suas características, reações, desempenhos fornecem informações que devem ser colhidas e analisadas”. E de forma frequente, a interação com os responsáveis é fundamental para acompanhar as mudanças e necessidades surgidas no cotidiano, além de apoio na continuidade do trabalho pedagógico.

Semestralmente são realizadas “Reuniões de Pais” com o objetivo de informar acerca do desenvolvimento do aluno, envolver as famílias e de orientá-las, visando a continuidade das ações educativas propostas.

Além disso, é realizado bimestralmente o projeto “Escola de Pais” com o objetivo de aproximar as famílias da escola. Nesse projeto são trabalhados temas de interesse dos mesmos, criando um espaço de acolhida, diálogo e discussão.

Dessa forma, estimulando a família a acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, dotando-a de conhecimentos teórico-práticos capazes de auxiliar o desenvolvimento escolar deste e incentivando os pais a participarem da vida escolar dos filhos, propiciando que aprendam mais e melhor.

ENSINO FUNDAMENTAL

Ensino Fundamental – Ciclo de Alfabetização (1º e 2º anos)

Ensino Fundamental – 3º ao 5º ano

Ensino Fundamental – Anos Finais 6º ao 9º

Ensino Fundamental – Ciclo de Alfabetização (1º e 2º anos)¹⁰

¹⁰ ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. A importância da Literatura como elemento de construção do imaginário da criança com deficiência visual. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2014. 204 p

ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. Apostila de alfabetização através do sistema braille. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, [2017?]. 183 p

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

A alfabetização desenvolvida no Instituto Benjamin Constant se dará conforme os pressupostos político, filosóficos e pedagógicos presentes nas novas especificações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) que será efetivada no período de dois anos, conforme ciclo de alfabetização, primeiro e segundo anos a partir de 2019.

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, a BNCC (2017) deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas em todo o Brasil.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013). A BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Câmara dos Deputados. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192. Acesso em 30 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-013-pdf/file>. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Consulta Pública. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, versão final, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 6 jun. 2018. DELORS, Jacques (org.). Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a

UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. UNESCO: Publicação MEC, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em 30 mai. 2018.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 1989. 49 p. Disponível em: http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 06 jun. 2018.

MEC, Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem deficiência múltipla. 4. ed. Brasília: MEC, 2006. 62 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciamultipla.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2018.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

para “uma formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (2018, p.27)”.

Quanto aos alunos com múltipla deficiência, entende-se como conceito:

o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. No entanto, não é o somatório dessas alterações que caracteriza a múltipla deficiência, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas (MEC, 2006, p.11).

Desta forma, os alunos com deficiência múltipla terão planejamento educacional individualizado a ser elaborado pela equipe do Atendimento Especializado em Deficiência Múltipla (AE-DMU) juntamente com o professor regente e o mediador, com base no currículo estabelecido pela escola.

Seus atendimentos individualizados ocorrerão no período da manhã, visto que a concentração desse alunado é muito limitada. O professor regente junto com a equipe do AE-DMU avaliará a possibilidade de redução de carga horária, os encaminhamentos para atendimentos individualizados, assim como proceder à avaliação funcional nos casos em que não houver laudo.

O conteúdo programático dos alunos com deficiência múltipla estará voltado para as atividades que desenvolvam a cognição, a cultura, o desempenho cultural e a afetividade. Conforme as conquistas desse aluno o professor deverá incluir novos objetivos a serem atingidos até que se possa efetuar a alfabetização do mesmo. Quando o aluno for promovido, o professor deverá receber da coordenação cópia do relatório final do ano anterior, para que o mesmo possa seguir com os avanços conquistados.

Apontando sempre os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, e aprender a ser (DELORS, 2010), a alfabetização do aluno deficiente visual será baseada nesses pilares, visando o conteúdo escolar, disponibilizado pela instituição, e de acordo com a BNCC, DCNEB e o Plano Nacional de Educação (PNE 2011 a 2020) como também a Constituição da República Federativa do Brasil (Constituição Federal 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/LEI Nº 8.069/1990).

Para que a alfabetização ocorra de fato é necessário que os alunos já tenham adquirido certos aspectos do desenvolvimento global que deverão ser explorados e atingidos na Educação Infantil, tais como: lateralidade, discriminação tátil e auditiva, coordenação motora fina e grossa, orientação espacial, esquema corporal, socialização, entre outras. No início do ano letivo os alunos passarão por uma avaliação diagnóstica, da qual constarão as competências, a ser realizada pelo professor regente. Esse documento deverá ser anexado

ao primeiro relatório de avaliação do aluno. Mediante o resultado será encaminhado para que a AE-DMU faça uma avaliação em conjunto com o professor regente.

A BNCC do Ensino Fundamental (2017) aponta a importância das situações lúdicas de aprendizagem para o desenvolvimento em conjunto das experiências vivenciadas. Desta maneira, o trabalho na alfabetização precisa ser contextualizado e fomentador de diferentes experiências, a fim de que o aluno conheça e interaja com o seu entorno para uma nova forma de relação com o mundo.

Na fase de alfabetização as crianças estão vivendo transformações importantes no processo de desenvolvimento integral. Aprender a ler e escrever vai além de uma decifração de códigos, “as habilidades e conhecimentos de leitura e escrita não podem ser dissociados de seus usos, não podem ser desligados das formas empíricas que efetivamente assumem na vida social (SOARES, 2005, p.33)”. Ou seja, envolve o aluno na sua relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo.

Como destacam as DCNs, é preciso promover na alfabetização a autonomia, a interação com o ambiente, a relação com diferentes linguagens, submergir a leitura e a escrita em usos sociais e permite a participação da criança no mundo do qual ela é um sujeito que constrói história. Neste contexto, ressalta-se a importância de empoderar a criança deficiente visual para a aquisição da emancipação individual e da consciência coletiva necessária para a superação da exclusão social. Ou seja, construir novas aprendizagens na escola e para além dela.

A afirmação da identidade deve ser inserida na alfabetização dos alunos como forma ativa de se relacionarem com o coletivo, reconhecendo suas potencialidades, direitos e deveres e igualdade de oportunidades.

A aprendizagem do aluno deficiente visual tem características muito específicas, necessitando de adaptações. No caso da linguagem matemática há a necessidade do uso do sorobã, instrumento indispensável para o seu aprendizado. Em muitos casos a criança deficiente visual não possui experiências em seu contexto familiar, social e cultural. Seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas, no caso do aluno cego muitas vezes isso não ocorre, havendo assim necessidade do professor estimular e introduzir esses conceitos ao aluno e a família.

O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza, por isso a necessidade de aulas práticas, para possibilitar essa vivência.

Nessa faixa etária o trabalho no ambiente escolar deve ser organizado em torno dos interesses manifestados pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL, 2018, p.59).

Conforme citado por Almeida,

A criança só aprende aquilo que vive concretamente (...). É importante que ela faça suas próprias descobertas através da manipulação, exploração do ambiente físico e social. Ao nascer a criança depende de outras pessoas para satisfazer as suas necessidades (...). À medida que vai crescendo, a criança adquire de modo gradual uma maior independência de acordo com o seu desenvolvimento(...). Ao atingir a idade pré-escolar espera-se que a criança seja capaz de alimentar-se sozinha, despir-se e vestir-se, ir ao banheiro, lavar-se e escovar os dentes, sem necessidade de ajuda ou apenas de ajuda mínima. (Windholz, 1988, apud Almeida, 2006, p.53)

Segundo Almeida (2014) a interação social, com pessoas e todo tipo de objetos é fundamental para a criança cega. É através do contato, da exploração tátil, que ela descobrirá o mundo e estabelecerá conquistas.

Diante da necessidade da criança com deficiência visual e de uma escola que oferece o turno integral a seus alunos, faz-se necessário como parte das atividades extracurriculares, ações educativas complementares que têm por objetivo principal, oportunizar experiências aos alunos para que conheçam o mundo, se tornem mais autônomos, criativos, sociais, e obtenham vivências. Desta forma, é importante incorporar ao currículo do alunado em fase de alfabetização as atividades necessárias a uma vida autônoma, como práticas educacionais para uma vida independente (PEVI), psicomotricidade e orientação e mobilidade (OM).

Tendo em vista a individualização do trabalho de alfabetização, a inclusão de alunos com múltiplas deficiências, e a especificidade do aluno e do trabalho pedagógico, propõe-se o

máximo de seis alunos por turma para o desenvolvimento de competências e habilidades individuais necessárias ao aluno com necessidades especiais.

Pela observação dos aspectos analisados, alfabetizar uma criança com deficiência visual não significa condicioná-la, ou dar-lhe a habilidade de decodificar o texto escrito, mas prepará-la para a vida, construindo conhecimento e impulsionando conquistas. Como diz Paulo Freire (1989, p.9) “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”

Ensino Fundamental – 3º ao 5º ano

Componentes curriculares

- Detalhes e discussões sobre os componentes curriculares devem entrar em anexo -

Área das Linguagens

Língua Portuguesa

Arte

Ed. Física

Língua Inglesa

Área da Matemática

Matemática

Área das Ciências da Natureza

Ciências

Área das Ciências Humanas

História

Geografia

Áreas da Deficiência Visual

Sorobã

Braile

Orientação e Mobilidade

Práticas de Vida Independente

Ensino Fundamental – Anos Finais 6º ao 9º

Área das Linguagens

Língua Portuguesa

Arte

Ed. Física

Língua Inglesa

Área da Matemática

Matemática

Área das Ciências da Natureza

Ciências

Área das Ciências Humanas

História

Geografia
Áreas da Deficiência Visual
Sorobã
Braille
Orientação e Mobilidade
Práticas de Vida Independente
Assinatura

ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL

O mundo de hoje vivencia um momento de grande desenvolvimento tecnológico. Tendo em vista, as questões da inovação e tecnologia, não podemos fugir da responsabilidade de ser parte integrante deste contexto e a educação profissional tem um papel fundamental a exercer, principalmente na sua articulação com o mercado do trabalho.

Sendo assim, o Instituto Benjamin Constant busca educar e reeducar com qualidade a pessoa com deficiência visual, colocando-a frente ao momento histórico vivido, ajustando-a à ordem social, educacional e profissional vigentes, com responsabilidade social, marca de sua trajetória desde 1854, por meio de sua inclusão no processo educativo e cultural, bem como no mundo do trabalho, tendo como finalidade máxima a melhoria da qualidade de vida, o respeito da sociedade, o crédito, enfim, a conquista da cidadania.

Cursos Técnicos

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, na forma de cursos integrados, ou no modo concomitante/subsequente ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade do IBC. Legitimando o compromisso com segmentos apartados da do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio.

Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração de 3 anos e o ingresso é por meio de Processo Seletivo público.

1) Curso de Artesanato

O Curso Técnico em Artesanato Integrado ao Ensino Médio com habilitações em Artesão Ceramista, Artesão Escultor e Artesão em Serigrafia embasa-se no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), instituído pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, com atualização dada pela Resolução nº 1, de 05 de dezembro de 2014, integrando, segundo o documento, o Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design.

Por direcionar-se à formação profissional da pessoa com deficiência visual, o curso ainda se fundamenta na Lei Brasileira de Inclusão 13.146, de 06 de julho de 2015.

Objetivo Geral

Habilitar e contribuir para a formação politécnica da pessoa com deficiência visual, na modalidade integrada ao Ensino Médio, com competência técnica e artística, bem como com ética e responsabilidade social, considerando as seguintes habilitações: Artesão Ceramista, Artesão Escultor e Artesão em Serigrafia.

Perfil do Egresso

O perfil do egresso do Curso Técnico em Artesanato Integrado ao Ensino Médio com habilitações em Artesão Ceramista, Artesão Escultor e Artesão em Serigrafia deverá atuar com soluções criativas a partir dos princípios do design de experiências a fim de promover vivências significativas em seu exercício profissional.

AÇÕES EDUCATIVAS FUNDAMENTAIS ESPECIALIZADAS NA DEFICIÊNCIA VISUAL

AÇÕES EDUCATIVAS FUNDAMENTAIS ESPECIALIZADAS AE-DMU¹¹

¹¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988. Em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui% C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%20C3%A7ao.htm)>. Em: 10 de junho de 2017.

_____. Saberes e práticas da inclusão. Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2017.

_____. Saberes e Práticas da Inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciamultipla.pdf>. Em: 18 de junho de 2017.

_____. Portaria 555/2007 de janeiro de 2008. Política nacional de educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2017.

_____. Lei nº 13146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Em: 18 de junho de 2017.

_____. Educar na diversidade : material de formação docente. 3. ed. Brasília: 2006. p.266.

_____. Educação especial: Tendências atuais. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002692.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2017.

_____. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF, 1999c.

- Revisar as terminologias ao longo do documento para manter a coerência com o todo (Deficiência Múltipla ou Múltipla Deficiência?) -

O atendimento educacional aos alunos com deficiência múltipla matriculados no Ensino Fundamental e na Educação Infantil do Instituto Benjamin Constant está fundamentado nas normas estabelecida pela Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, a qual Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, de modo a aproximar-se de uma perspectiva inclusiva no atendimento especializado disponibilizado ao aluno com deficiência múltipla, que, para nossa Instituição, será aquele que, além da deficiência visual, possui outra deficiência associada que interfira no seu aprendizado.

A deficiência múltipla é oficialmente definida como conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. Tais características apontam para a necessidade de propostas de trabalho educacional diferenciadas na realização do currículo escolar. Em consonância com as diretrizes da Educação Especial, entendemos que

Alunos, com níveis funcionais básicos e possibilidades de adaptação ao meio podem e devem ser educados em classe comum, mediante a necessária adaptação e suplementação curricular. Outros, entretanto, com mais dificuldades, poderão necessitar de processos especiais de ensino, apoios intensos, contínuos e currículo alternativo que correspondam às suas necessidades na classe comum (GODOI, 2006, p. 11).

_____. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2017.

_____. Nota Técnica nº 62 / 2011 / MEC / SECADI /DPEE de 08 de dezembro de 2011. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/nota_tecnica_62.pdf. Em: 19 de junho de 2017.

_____. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Em: 19 de junho de 2017.

GODOI, Ana Maria de. Educação Infantil. Saberes e Práticas da Inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla. 4.ed. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

JESUS, Elisabeth F. Deficiência Múltipla e o Modelo Ecológico Funcional. Revista Benjamin Constant, 10ª. Ed., set. 1998.

Apoiamo-nos, também, nas prerrogativas legais que afirmam o direito dos alunos de serem atendidos em suas necessidades singulares. A Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, determina:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

[...]

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino [...].

Neste contexto, deve-se dialogar com as diretrizes legais que orientam a oferta do ensino especializado, destacando o atendimento individualizado e acompanhamento aos alunos com deficiência múltipla como um trabalho complementar ao ensino desenvolvido nas salas de aula. Nessas diretrizes, estabelecem-se as mais aprimoradas formas de oferta da educação especial.

No âmbito do Instituto Benjamin Constant que, desde de 1854 tem se dedicado à educação de pessoas com deficiência visual, faz-se necessário estruturar a participação dos alunos com deficiência múltipla nas salas comuns, primando pela realização de um trabalho colaborativo desenvolvido junto ao professor regente de turma e outros profissionais envolvidos.

O atendimento ao aluno com deficiência múltipla no Departamento de Educação do IBC era estruturado a partir do Programa Educacional Alternativo – PREA, fundamentando sua prática no modelo ecológico funcional. Este Programa, iniciado na década de 90, estruturava-se por meio da oferta de currículo funcional, investindo no aprendizado de atividades para a promoção da autonomia do aluno, tais como cuidados pessoais, comportamentos socialmente adequados etc. (JESUS, 1998).

Com as novas diretrizes da educação especial, dispostas sobre a matrícula do aluno em etapas da Educação Básica, e ainda assentadas em adaptações do currículo regular, fez-se necessária a reestruturação da oferta de ensino para o aluno com deficiência múltipla no IBC, uma vez que, no referido Programa, as turmas eram formadas a partir de critérios próprios ao Programa, não identificadas com os anos escolares previstos nas etapas da escolarização básica. A orientação curricular, por sua vez, não contava com a adaptação do currículo regular, mas de uma adequação funcional ao desenvolvimento do aluno, descentralizado dos objetivos das áreas específicas do currículo comum, bem como dos propósitos de apreensão da leitura e da escrita.

Acrescenta-se a essas questões estruturais da oferta o aumento anual e gradativo de matrículas de alunos com deficiência múltipla, extrapolando as condições de atendimento do PREA, ocasionando a participação desses alunos em turmas regulares, em sua maioria

sem qualquer tipo de apoio especializado em deficiência intelectual e dificuldades acentuadas de aprendizado. Excetuam-se os atendimentos da sala de recursos oferecido a turmas de 1º ano do Ensino Fundamental, próximo aos moldes estabelecidos por lei, e os atendimentos terapêuticos e clínicos encaminhados pela Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonoaudiológica - DOE.

Paralelamente a esses serviços, operava o Programa de Ensino Diferenciado - PED, indicando a criação de classes especiais para alunos que, de acordo com o PPP 2008-2010, apresentavam maiores dificuldades de aprendizagem. No entanto, boa parte dos alunos com deficiência múltipla estava concentrada nessas classes e os resultados do trabalho eram criticados pelos docentes, expressando insatisfação por parte do grupo docente, como se pode obter em diferentes atas de Conselho de Classe.

Assim, em que pesem os esforços da equipe do PREA, da DOE, da Sala de Recursos operante nas turmas de 1º ano e do PED, não se alcançava a demanda das matrículas de alunos com deficiência múltipla e não havia uma organização educacional condizente com as diretrizes nacionais da educação especial, então com três modelos vigentes de trabalho: o atendimento em turmas exclusivamente formadas por alunos com deficiência múltipla, a partir do modelo ecológico funcional; classes de Programa de Ensino Diferenciado concentrando alunos com dificuldades acentuadas de aprendizado e, muitas vezes, de alunos com deficiência múltipla; e o atendimento em turmas regulares, compartilhando as aulas com pares mais avançados e em aproximação ao currículo regular, porém sem as bases de trabalho que possibilitassem a adequação do ensino ao contexto regular.

Assim, a partir do ano de 2016 a proposta de atendimento vem sendo reestruturada, buscando-se melhores formas de adequação ao trabalho educacional junto ao aluno com deficiência múltipla. Diante do nosso panorama educacional que debate, há mais de duas décadas, uma proposta de Educação que contemple a todos sem distinção e que valorize a diversidade, cabe discutir, dentro da instituição, formas de atender, adequadamente, a essa nova demanda. Para tanto, é preciso fortalecer o trabalho pedagógico das atividades aplicadas, expandir a noção de conhecimento especializado, aprimorar e favorecer a preparação de técnicas apropriadas e metodologias adequadas, sempre visando ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência múltipla.

Neste contexto, o atendimento especializado em deficiência múltipla é organizado, institucionalmente, para apoiar e complementar o currículo comum praticado na escola.

Cabe salientar que a oferta de atendimento voltada para as necessidades singulares do aluno constitui prática orientada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008). Podemos afirmar que, de acordo com Decreto Nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011), este atendimento deve atuar no sentido de propiciar o acesso e a permanência desses alunos, visando ao sucesso acadêmico dos mesmos, contando-se com todo arsenal didático e pedagógico disponível na Educação.

Fica estabelecido que o atendimento educacional especializado deve identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. Também é preciso ressaltar que as atividades desenvolvidas nesse atendimento não são substitutivas à escolarização, ou seja, é necessário que o aluno esteja matriculado regularmente em turmas da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental.

É preciso atentar para as disposições da nota técnica nº 13 de 22 de dezembro de 2009, expedida pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, no que se refere às interpretações equivocadas quanto ao trabalho do atendimento educacional especializado:

O equívoco da interpretação de atendimento educacional especializado como uma oferta de escolarização adaptada, realizada em classes e escolas especiais, geralmente sem fluxo escolar, avaliação, promoção, progressão e certificação, que traz como consequência a permanência de alunos em ambientes similares a asilos, bem como mantém os sistemas de ensino passivos diante da necessidade de transformação da escola regular.

Do mesmo modo, o atendimento aqui disposto não poderá ser confundido com reforço escolar ou repetição dos conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos por este alunado. Para que isso ocorra, é imprescindível que o atendimento educacional especializado, em qualquer tipo de deficiência, deve ser articulado com a proposta pedagógica do ensino comum e enfatizar a ideia de que complementa as atividades de escolarização.

Organização do trabalho

Perfil do alunado

Para efeitos do atendimento especializado em deficiência múltipla no Departamento de Educação do Instituto Benjamin Constant, constitui alunado elegível os alunos com deficiência visual associada:

I. à deficiência intelectual;

II. a transtornos globais do desenvolvimento, incluindo-se nessa definição alunos com transtornos do Espectro Autista -TEA (DSM V, 2016);

III. a acentuadas dificuldades no processo de aprendizado que não consigam ser sanadas por práticas pedagógicas diversificadas aplicáveis em sala de aula ou reforço escolar.

Encaminhamento do alunado

Há duas modalidades de atendimento ao aluno elegível:

i) alunos com deficiência múltipla matriculados em uma das etapas da educação básica oferecidas no DED, portanto devendo frequentar aulas junto às turmas regulares da escola, e obtendo junto à equipe de AE-DMU o acompanhamento complementar para a realização de seu currículo;

ii) alunos com deficiência múltipla matriculados em outras instituições de ensino, também em etapas da educação básica, devendo frequentar aulas na escola de origem e obtendo no IBC atendimentos específicos para seu desenvolvimento.

Observação: Alunos na segunda modalidade que não apresentem comprometimento cognitivo e/ou transtorno global do desenvolvimento associado à deficiência visual deverão ter seus atendimentos encaminhados pela Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonoaudiológica junto a outras Divisões ou equipes de trabalho. Ressalte-se que a equipe AE-DMU incumbe-se apenas de alunos aqui apresentados como elegíveis. Destaca-se que as matrículas externas só ocorrerão após o atendimento da demanda interna.

Para a primeira modalidade apresentada, prevê-se que:

a) O aluno deverá ser encaminhado pela Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonoaudiológica do DED/IBC ou pelo professor regente e sua coordenação pedagógica apresentando em formulário próprio as questões que justifiquem esse atendimento;

b) Os alunos encaminhados passarão por avaliação preliminar, realizada pelos profissionais da equipe AE-DMU, que definirão as condições para o atendimento e os objetivos do trabalho, sempre tendo por base a elaboração e o cumprimento de um Plano de Ensino Individualizado (PEI);

c) O atendimento constitui um trabalho temporário na vida do aluno, sendo o seu ideal a paulatina organização da vida escolar do aluno de modo que ele possa prescindir do atendimento sem prejuízos a sua escolarização. Alunos somente poderão ser liberados do atendimento mediante avaliação de equipe multidisciplinar, justificando a liberação em função do adequado desenvolvimento do aluno;

d) Excepcionalmente, e, a depender da avaliação dos profissionais, o aluno poderá ser atendido em turno de aula, o que deverá estar justificado nas condições de participação do aluno em turma, sempre com vistas a sua gradual integração ao horário comum da turma;

e) Todas as faltas aos atendimentos individualizados realizados pela equipe ou por Divisões parceiras deverão ser previamente justificadas e, quando não for possível fazê-lo com antecedência, deverão ser justificadas até 07 dias corridos após o atendimento previsto. Alunos com faltas não justificadas poderão ter seus atendimentos temporariamente suspensos até que a equipe se reúna com os responsáveis e pondere os motivos das faltas.

Para a segunda modalidade, prevê-se que:

a) O aluno deverá ser encaminhado pela Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonoaudiológica do DED/IBC, apresentando-se em formulário próprio as questões que justifiquem esse atendimento;

b) Os alunos encaminhados passarão por avaliação preliminar, realizada pelos profissionais da equipe AE-DMU, que definirão as condições para o atendimento e os objetivos do trabalho;

- c) A equipe AE-DMU buscará estabelecer contato com responsáveis e com a instituição de origem do aluno, articulando seus trabalhos.
- d) A equipe AE-DMU emitirá anualmente Avaliação Pedagógica à instituição de origem;
- e) Na Avaliação Pedagógica, a equipe AE-DMU indicará a finalização ou a manutenção do(s) atendimento(s) realizado(s) junto ao aluno, sempre fundamentando a indicação apresentada;
- f) Alunos com três ou mais faltas não justificadas, subsequentes ou não, terão o atendimento suspenso, devendo haver reunião junto aos responsáveis para que se pondere sobre a viabilidade da retomada do atendimento. As faltas devem ser justificadas por meio de documentos comprobatórios (atestado médico; atestado de comparecimento do(s) responsável(is) a serviços médicos ou outros).

Atribuições do professor do atendimento especializado em deficiência múltipla
Constituem atribuições do profissional:

- I. Elaborar, executar e avaliar o Plano de Atendimento Individualizado do aluno, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos; e o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos.
- II. Produzir e adaptar materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que este vivencia no ensino comum, a partir dos objetivos e atividades propostas no currículo.
- III. Estabelecer articulação com os professores regentes que atuam com o aluno em sala de aula, realizando planejamentos conjuntos, também visando a disponibilização dos serviços e recursos e a construção do PEI em consonância com o currículo escolar com objetivo de desenvolver a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares.
- IV. Orientar os professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação.
- V. Desenvolver atividades do atendimento individualizado de acordo com as especificidades de cada aluno.
- VI. Estabelecer parcerias com outros profissionais da instituição que possam promover um atendimento multidisciplinar, como fonoaudiologia, orientação e mobilidade, musicoterapia, psicomotricidade, psicologia, terapia ocupacional, fisioterapia e outros.
- VII. Participar, sempre que possível e/ou necessário, dos processos de avaliação do aluno em sala de aula junto ao professor regente.
- VIII. Elaborar com os professores do aluno a avaliação pedagógica deste, com base nos objetivos traçados no PEI.

Disponibilização de cuidadores/profissionais de apoio

De acordo com inciso XVII do art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão, a escola deve dispor de profissional de apoio para o desenvolvimento das tarefas escolares de alunos cujo

comprometimento intelectual e/ou motor impeça ou dificulte sua autonomia em ações cotidianas comuns. Na mesma lei (art. 3º inciso XIII), define-se, por profissional de apoio pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas

Desse modo, a equipe AE-DMU deve solicitar à Direção do Departamento de Educação os serviços de tal profissional no acompanhamento diário das atividades escolares de alunos com tal perfil, também orientando a atuação deste profissional dentro da escola, não excedendo os limites da atuação disposta na lei.

Organização dos atendimentos individualizados

- I. O aluno deverá ser atendido individualmente, segundo cronograma preestabelecido;
- II. O atendimento poderá acontecer por grupos de até 03 alunos, justificando-se o agrupamento em função de melhor desenvolvimento do grupo formado;
- III. Os atendimentos terão duração de 50 minutos, 1 ou 2 vezes por semana;
- IV. O horário de atendimento deverá acontecer no contraturno, salvo exceções devidamente justificadas no relatório do aluno, em articulação com professor regente e coordenação, bem como em consonância com o responsável;
- V. Havendo agrupamentos, estes deverão ser justificados e registrados no PEI do aluno pelo professor do Atendimento Individual;
- VI. O cronograma de atendimento deverá ser elaborado pelo professor do atendimento individual junto com o professor regente e a equipe pedagógica do IBC, em consonância com a indicação dos procedimentos de intervenção pedagógica que constam no relatório da avaliação pedagógica realizada no contexto escolar.

Avaliação

A avaliação será realizada pela equipe do Atendimento Especializado e pelos professores do aluno, gerando um mesmo documento, o qual deverá ser semestral. Na avaliação, deve-se levar em consideração os objetivos apresentados no Plano de Ensino Individualizado do aluno, constando a avaliação funcional da visão, os aspectos motores, o desenvolvimento da linguagem oral e da escrita, o raciocínio lógico matemático, o funcionamento cognitivo, a afetividade (comportamento e interação) e a relação que o educando estabelece com o saber.

Nesta perspectiva, os profissionais do Atendimento Especializado deverão elaborar um relatório sobre o acompanhamento pedagógico do aluno que deverá ser entregue às coordenações em que o aluno está inserido, registrando-se os avanços acadêmicos e situações que ocorreram nesse período através de relatórios descritivos.

Não é prevista a avaliação quantitativa do aluno com deficiência múltipla. Porém, em casos específicos, a avaliação poderá acompanhar as diretrizes da avaliação das turmas regulares,

obedecendo a provas e testes comuns, gerando notas e/ou conceitos. Tais casos serão avaliados pela equipe e pelo conjunto docente que trabalha junto ao aluno.

Terminalidade Específica

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), em seu art. 59, alunos que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental poderão contar com terminalidade específica, tão somente depois de esgotados os arranjos curriculares e de alocação de turmas, como previsto em seus artigos 24 e 26, e equilibrando-se faixa etária e nível de desenvolvimento.

Na escola do IBC, a terminalidade específica compreende a certificação de conclusão de escolaridade do aluno com deficiência múltipla, que, em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 02 de 11 de setembro de 2001, deve ter em seu histórico escolar uma apresentação descritiva das competências desenvolvidas pelo aluno ao longo de seu processo educacional, assim como possibilidades de encaminhamentos para a educação de jovens e adultos e para a educação profissional. Nesse aspecto, a Instituição deve prever um projeto de parcerias entre seus Departamentos e respectivas Divisões, e convênios junto a outras Instituições ou Sistemas de Ensino, de modo a organizar a adequação das condições para os encaminhamentos então definidos pela referida Resolução.

A terminalidade específica somente poderá ser expedida após relatoria da equipe de AE-DMU, sendo apresentada a interlocução necessária junto ao corpo docente da escola, aos profissionais de diferentes atendimentos individualizados e aos responsáveis do aluno, todos devendo concluir conjuntamente pela terminalidade e pelos encaminhamentos adequados, quando esta for a melhor opção para o desenvolvimento do mesmo.

Reafirmamos as disposições da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, quando da nota técnica nº 13 de 22 de dezembro de 2009, no que se refere à terminalidade específica não equivaler à conclusão do ensino fundamental. Sua função é a de estabelecer a escolaridade desenvolvida pelo aluno naquela etapa da educação básica, propondo-se encaminhamentos a outras modalidades educativas.

Uma vez gerada a relatoria dos trabalhos desenvolvidos com o aluno durante seu tempo de escolarização nesta escola, bem como o nível de desenvolvimento alcançado, compete à Secretaria Geral do IBC organizar documentos e histórico escolar do aluno indicado para a terminalidade específica.

Ações formativas

- texto pertencente ao trabalho da equipe AE-DMU, sugestão de se remanejado para a parte dos Segmentos ou das Ações Educativas -

A equipe AE-DMU deve primar por ações formativas e de integração aos trabalhos da equipe junto ao quadro de profissionais do Departamento de Educação, bem como, dentro

de suas especificidades, junto aos pais e responsáveis e também junto a todos os alunos da escola.

Prevê-se, nessas ações, a integração dos grupos que compõem o Departamento no que diz respeito a conhecimentos básicos e aprimorados da educação de alunos com deficiência múltipla, incluindo-se propostas de sensibilização e fruição de temas pertinentes por meio da arte, de atividades recreativas e de outras propostas que atinjam tal finalidade.

Tecnologias Educacionais e Tecnologia Assistiva¹²

É comum que tecnologia seja confundida com equipamentos, máquinas ou ferramentas, mas seu conceito engloba todas as coisas que o cérebro humano pode criar em todas as épocas, seus usos e aplicações (KENSKI, 2008). Ao considerarmos tecnologia como um conjunto de saberes envolvidos no desenvolvimento e produção de recursos e ferramentas criados pelo homem no curso da história, a fim de satisfazer suas necessidades individuais e coletivas (VERASZTO et al., 2008), percebemos que ela é tão antiga quanto a humanidade, e que se tornou indispensável em muitos aspectos de nossa vida. É por meio do conhecimento tecnológico que somos capazes de criar soluções para problemas, levando em conta o contexto em que tais problemas estão inseridos (VERASZTO et al., 2008).

Considerando as especificidades da instituição e o público atendido, não é possível pensar em nosso trabalho em pleno século XXI sem a utilização de diferentes recursos tecnológicos, pois quando estes são acessíveis podem contribuir para o enriquecimento não só das práticas pedagógicas como também das práticas sociais, oportunizando a discussão de situações cotidianas das pessoas com DV, surdocegueira e deficiência múltipla. Dessa forma, a tecnologia se constitui como um valioso recurso pedagógico e como ferramenta de inclusão social (SANTOS; PEQUENO, 2011).

Dentre as tecnologias disponíveis hoje, são de grande importância para o trabalho a ser desenvolvido nesta instituição a tecnologia assistiva (TA) e as tecnologias educacionais. A TA foi definida pelo Comitê de Ajudas Técnicas da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência como

uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2009).

¹² ROCHA, Sinara Socorro Duarte. O uso do Computador na Educação: a Informática Educativa. Revista espaço acadêmico , v. 85, 2008.

A TA pode ser entendida como auxiliar na ampliação de habilidades funcionais deficitárias ou na realização de uma função que esteja impedida por uma deficiência, pelo envelhecimento ou por uma situação temporária, proporcionando mais autonomia, qualidade de vida e inclusão social (BERSH, 2013). No entanto, os recursos tecnológicos se desenvolvem rapidamente e suas implicações para o processo educacional de pessoas com deficiência estão em constante evolução (OKOULO, BOUCK, ?), o que exige pesquisa e experimentação igualmente constantes.

A tecnologia educacional está relacionada a solução de problemas que se apresentam nos contextos de aprendizagem. Ela não pode se restringir às técnicas e materiais, mas precisa também incluir os processos cognitivos de construção do conhecimento, que ocorrem de forma a adaptar-se às transformações que ocorrem no espaço-tempo, e as influências ambientais, sociais e intelectuais (LUPPICINI, 2005). Numa sociedade não apenas determinada pela tecnologia, mas em que a tecnologia é a própria sociedade (CASTELLS, 2006), e em que conhecimento e informação são peças-chave para a sobrevivência, a tecnologia educacional deve ser utilizada como ferramenta de empoderamento dos estudantes, ao promover situações de aprendizagem em que este estudante está no centro do processo, sendo responsável por ele (HOWLAND; JONASSEN; MARRA, 2012). Isso porque, quando utilizada adequadamente, a tecnologia favorece o desenvolvimento de habilidades e competências que permitem que o sujeito aprenda a aprender: ele busca informações necessárias à resolução de determinado problema; avalia a qualidade daquilo que encontra; escolhe as informações mais adequadas; e utiliza essas informações de acordo com suas necessidades. Essas situações de aprendizagem também favorecem o trabalho em equipe e a valorização da construção coletiva do conhecimento e a criatividade no desenvolvimento de soluções.

Atualmente, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), cujos expoentes são os computadores pessoais, tablets e smartphones com acesso à internet, têm um papel importante, e muitas vezes imprescindível, nas formas de comunicação e interação das pessoas (CASTELLS et al., 2007). Torna-se inevitável, então, que elas estejam presentes também nos contextos educacionais, e cabe aos educadores fazer com que as TIC possam funcionar também como tecnologias educacionais, contribuindo para a formação de um sujeito capaz de interagir adequadamente com as ferramentas de seu tempo.

No caso do nosso público-alvo, pensamos que as TIC, e em especial as tecnologias acessíveis e assistiva baseadas no computador e nos dispositivos móveis (incluindo diferentes periféricos e equipamentos complementares) com acesso à internet, podem não só contribuir para a apropriação das práticas pedagógicas das disciplinas escolares (GASPARETTO et al., 2012), como também favorecer a inserção das pessoas com deficiência visual na sociedade e o exercício pleno de sua cidadania (HOGETOP; SANTAROSA, 2002), considerando que pessoas com deficiência visual dependem em vários momentos da tecnologia, que promove sua autonomia e minimiza a dependência de outras pessoas, fator que os incomoda em grande medida (ALVES et al., 2013).

Embora as TIC estejam presentes em nosso cotidiano e seu uso pareça de tal forma naturalizado em nosso meio que tenhamos a impressão de que o acesso a elas, seja pela posse dos dispositivos ou pela habilidade de usá-los, se dá igualmente por todas as pessoas, isso não acontece em todos os contextos (MARTINIELLO et al., 2012; NUNES; DANDOLINI; SOUZA, 2014; OKOLO; DIEDRICH, 2014; SÖDERSTRÖM; YTTERHUS, 2010). Por isso, a incorporação dessas tecnologias no ambiente escolar não é trivial, sendo necessário um esforço conjunto de docentes, estudantes, instituições e políticas públicas para que o conhecimento tecnológico seja não um fim em si mesmo, mas um meio de se chegar a novos conhecimentos e a novas práticas de cidadania (NASCIMENTO, 2007).

Considerações do grupo de docentes do IBC

Foram sistematizadas as respostas do questionário, referentes às contribuições que o uso de tecnologias podem oferecer no processo de formação de um estudante do IBC, aplicado para os docentes da instituição, que consideram ser: a adaptação de materiais; facilitação e estimulação da aprendizagem; desenvolvimento cognitivo e socioafetivo; fomento à comunicação para pessoas com deficiência múltipla e estudantes sem fala articulada; desenvolvimento de habilidades e competências para o mundo laboral; inclusão social, digital e autonomia; acesso à informação, interação e comunicação com a sociedade e o desenvolvimento global do aluno.

Para a utilização dos recursos tecnológicos na prática pedagógica, de forma autônoma, os professores consideram necessária a formação acerca das tecnologias existentes e suas possibilidades de utilização. Capacitação esta que pode ocorrer como formação continuada, utilizando-se da carga horária destinada à extensão ou não, nas modalidades presencial ou à distância. Utilizaram-se das terminologias formação, capacitação e treinamento.

Atribuições

De modo a não limitar-se ao uso do computador, buscou-se utilizar a terminologia “Tecnologias Educacionais”, compreendendo este e outros recursos que podem ser incluídos no processo educacional dos estudantes da instituição. Contudo, a inserção destas tecnologias deve ocorrer considerando-se que

A Informática Educativa privilegia a utilização do computador como a ferramenta pedagógica que auxilia no processo de construção do conhecimento. Neste momento, o computador é um meio e não um fim, devendo ser usado considerando o desenvolvimento dos componentes curriculares. Nesse sentido, o computador transforma-se em um poderoso recurso de suporte à aprendizagem, com inúmeras possibilidades pedagógicas, desde que haja uma reformulação no currículo, que se crie novos modelos metodológicos e didáticos, e principalmente que se repense qual o verdadeiro significado da aprendizagem, para que o computador não se torne

mais um adereço travestido de modernidade.
(ROCHA, 2008)

Assim, com base nos conceitos aqui apresentados e nas demandas dos docentes da instituição, foram formuladas as atribuições dos profissionais que atuam com Tecnologias Educacionais no Departamento de Educação, apresentadas a seguir:

- 1) Participar de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão conforme
- 2) Manter-se atualizados acerca da existência e do uso de Novas Tecnologias Digitais em Educação;
- 3) Dominar o uso dos recursos de Tecnologias Educacionais e Tecnologia Assistiva disponíveis na instituição;
- 4) Trabalhar em co-regência com os professores regentes de turma e / ou disciplina através de projetos de curta, média ou longa duração;
- 5) Designar parte de sua carga horária de ensino para o planejamento de atividades com os professores regentes de turma;
- 6) Ofertar atividades complementares;
- 7) Oferecer formação interna e externa (presencial e/ou à distância) para docentes e profissionais que atuem na área, sobre o uso das Tecnologias Educacionais e Tecnologia Assistiva para pessoas com deficiência visual. Formação está contemplada na carga horária de ensino do profissional de Tecnologias Educacionais;
- 8) Proporcionar aos estudantes do IBC orientação e formação individualizadas, envolvendo as principais ferramentas de Tecnologias Educacionais e Tecnologia Assistiva na área da deficiência visual, com o uso de recursos próprios ou dos disponíveis na instituição. Tal formação poderá ser por demanda do corpo docente ou própria dos estudantes, em horários pré-determinados dentro da carga horária de ensino do profissional de Tecnologias Educacionais. No que se refere aos demais profissionais que atuam com Tecnologias Educacionais lotados em outros departamentos, fica à critério da gestão determinar suas atribuições.

PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA UMA VIDA INDEPENDENTE (PEVI)

Na Educação do aluno com deficiência visual destacamos as Práticas Educativas para uma Vida Independente como área específica de atendimento por considerá-la como um fator primordial ao ajustamento social.

Se os hábitos à mesa, a postura, a adequação para se vestir e a higiene pessoal são comportamentos adaptativos, há necessidade de um treinamento intensivo porque a criança cega apresenta atitudes inadequadas para sentar, vestir-se ou alimentar-se, pois pela ausência da visão ela não tem possibilidade de imitação, falta-lhe a informação visual sobre o padrão adequado.

As PEVI'S tem como objetivo proporcionar à criança condições para que, dentro de suas potencialidades, possa formar hábitos de autossuficiência que lhe permitam participar ativamente do ambiente em que vive. Para isso devem ser desenvolvidos hábitos e atividades de alimentação, higiene, vestuário, saúde e segurança e atividades domésticas.

A criança só aprende aquilo que vive concretamente. É importante que ela faça suas próprias descobertas através da manipulação e exploração do ambiente físico e social. Conteúdos a serem desenvolvidos no programa de Práticas Educativas para uma Vida Independente (PEVI)

Para alunos da Educação Infantil ao 1º ano

ALIMENTAÇÃO

1. O mastigar
2. Uso da colher: conhecer os diversos tipos de colheres (sopa, sobremesa, chá e café)
3. Uso do guardanapo
4. Discriminar os alimentos pelo calor, sabor, odor e consistência
 5. Transpor alimentos líquidos e sólido
 6. almoço supervisionado no refeitório da escola

HIGIENE

Higiene pessoal

1. Banho – nomear, discriminar e reconhecer as funções das partes do corpo. Ensaboar, enxaguar e enxugar o corpo. Uso do sabonete, toalha, desodorante e perfume.
 2. Mãos – lavar, enxaguar e enxugar / manutenção da higiene e cuidados específicos
3. Dentes – colocar pasta na escova, escovar os dentes, bochechar, ida ao dentista.
 4. Olhos – cuidados específicos e uso de colírios
 5. Ouvidos – cuidados específicos
 6. Nariz – uso do lenço, assoar
 7. Unhas – cortar: uso de cortador de unha e lixa
 8. Cabelos – lavar e pentear
 9. Uso do vaso sanitário, higiene dos órgãos genitais, uso da lixeira e dar descarga.

VESTUÁRIO

1. Diferenciar os diversos tipos de peças do vestuário: calcinhas, cuecas, calças, camisas, camisetas, shorts, saias, bermudas, uniforme da escola, biquínis, maiôs, sungas etc
 2. Diferenciar os diversos tipos de calçados: chinelo, sandálias, tênis, sapatos
 3. Vestir e despir roupas e calçados
 4. Abotoar e desabotoar: botão comum, de pressão, fivelas, ganchos, colchetes, zíper etc
 5. Enfiar cordão no tênis
 6. Dar nó e laço
 7. Dobrar e guardar: roupas pessoais e banho.
 8. Organização de gavetas

Para alunos do 2º ao 4º ano

1. Arrumar a mesa para diversos tipos de refeições: café da manhã, almoço, lanche e jantar

2. Fazer pequenos lanches: salada de frutas, sanduíches, gelatina, sucos diversos etc. Mingau de aveia, chocolate, maisena e outros. Café, chá etc.

3. Lavar louças

4. conhecer e utilizar o fogão

diversos tipos (automático, comum, elétrico etc), uso do acendedor, uso do forno

5. Lavar e passar roupas

6. Limpeza e organização de armários e gavetas

7. Limpeza e conservação dos cômodos da casa

8. Ida à feira do bairro

9. Ida ao supermercado

10. Reparos em geral

- Costurar: utilização de agulhas, pregar botão de 2 e 4 furos, pregar colchete, zipper, fazer bainha

11. Jardinagem

- informações básicas de conservação e regar plantas. Fazer uma horta vertical.

Para alunos do 5º ao 9º ano

1. ADMINISTRAÇÃO DO LAR

a) O lar e a família

b) Responsabilidade de cada membro da família

c) Organização de horários (tarefas simples)

d) Horas de lazer

2. ORÇAMENTO FAMILIAR

a) O que é, como se faz

b) Educação do consumidor

- planejamento de uma lista de compras

- como escolher e comprar

- ida a um supermercado e feira

3. HIGIENE

a) Higiene Individual

b) Higiene do lar

c) Exercícios, esporte e repouso

d) Organização de uma farmácia caseira

4. ETIQUETA SOCIAL

a) A educação em diversos lugares

b) Vestuário adequado à cada ocasião

c) Como receber visitas

5. CULINÁRIA

a) Lavar legumes e verduras

b) Descascar legumes, frutas etc

c) Preparar lanches, almoço e jantar

ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

- Revisão e ajustes das partes em destaques com a equipe de OM -

Já em 1969, Golkman (In Machado, 2003) mostrava a importância do programa de Orientação e Mobilidade (OM) para a conquista da autonomia e, conseqüentemente a independência e inclusão da pessoa com deficiência visual na escola e na sociedade :

(...) eu também acredito que apesar do que podemos crer ou esperar, uma grande maioria de crianças cegas nunca serão capazes de se locomoverem com independência, isto porque não receberam nenhum tipo de instrução de orientação e mobilidade ou porque a receberam de maneira insuficiente (...)

(...) não se pode ignorar as necessidades de programa sistemático que a criança cega tem (...)

(...) Orientação e Mobilidade são necessidades primordiais e não devem ser ignoradas. Só quando estabelecerem programas de Orientação e Mobilidade em todas as escolas, e o professor (...) tomar consciência da necessidade de desenvolver tais programas é que começaremos a ver que a maioria das crianças cegas se tornaram adultos capazes, independentes e livres (p. 82).

Para os autores Wiener, Welsh e Blash (2010) orientação é a noção da distância e da direção relativa dos objetos observados ou memorizados no espaço que o envolve, é capacidade de guardar essas relações espaciais à medida que a posição muda durante a locomoção.

Bischof (2008) afirma que a orientação tem como princípio três questões básicas: compreensão da localização atual, compreensão da localização do próprio objetivo e concessão das ações necessárias para alcançar um objetivo. Para uma boa orientação são necessárias organização e análise de informações sensoriais para o planejamento e execução dos movimentos. Os alunos com deficiência visual necessitam de atendimento específico para uma melhor orientação, ou seja, atividades que proporcionem um melhor reconhecimento para saber onde está, onde se quer ir e como vai chegar.

A mobilidade é a habilidade de locomover-se com segurança, eficiência e conforto no meio ambiente, utilizando os sentidos remanescentes como audição, tato, olfato, cinestesia, memória muscular e sentido vestibular (WEISHALN, 1990).

A NBR 9050 de 2015 em seu texto estabelece as normas que definem aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano, estabelecendo critérios e parâmetros técnicos a serem observados nos projetos, construções, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Para estabelecer esses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção

do ambiente. Essas normas visam proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura desses ambientes à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção. Essas normas estão sempre evoluindo e se adaptando às necessidades das pessoas com deficiência na intenção de minimizar o estresse de ir e vir. Para isso é necessária avaliação constante das condições ambientais para verificar se as adequações estão condizentes com o atendimento das necessidades das pessoas com deficiências.

Os profissionais que atuam com Orientação e Mobilidade devem orientar e instrumentalizar setores responsáveis pela promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, pois estes presenciam as dificuldades vivenciadas por seus alunos.

A OM é uma área ampla e fundamental no atendimento à pessoa com deficiência visual. É composta por técnicas específicas com o objetivo de uma locomoção segura e independente. Devido aos benefícios psicológicos, físico e social e principalmente por dar a pessoa o direito de ir e vir como cidadão comum, propicia a melhoria da auto confiança, auto estima e melhor qualidade de vida.

Movimentos corporais como: correr, saltar, caminhar, girar, rodar, manter o equilíbrio, postura correta do corpo e desenvolvimento dos sentidos remanescentes são necessários para o desenvolvimento da aprendizagem das técnicas de OM (RODRIGUES, 2002).

O programa de OM inicia-se em ambientes internos com técnicas de autoproteção, usando partes do seu corpo para se proteger, depois são introduzidas as técnicas de guia vidente, onde aprende a ser conduzido por uma pessoa que enxerga, além de adquirir informações táteis, audíveis e cinestésicas para um aprendizado seguro e eficiente. Em seguida, são introduzidas as técnicas de bengala longa, que lhe dará uma maior segurança.

Nas áreas externas, o aluno deverá seguir as mesmas regras das áreas internas, com habilidades de planejar e alternar caminhos, bem como experimentar situações como: atravessar ruas, subir e descer escadas rolantes, passar por portas giratórias, utilizar caixas eletrônicos além de aprender a utilizar pistas para percepção de presença de pedestres para conseguir ajuda quando se fizer necessário.

A Orientação e mobilidade (OM) está presente desde que a criança com deficiência visual inicia a sua locomoção: começa em casa com a família e nos atendimentos de Educação Precoce e se estende por todo seu processo educacional e de vida.

É fundamental que as crianças com deficiência visual tenham atividades psicomotoras, pois é a partir do conhecimento de seu corpo que ela descobre o mundo.

Para que o programa de OM se realize com eficiência é necessário que a pessoa com deficiência visual adquira conceitos básicos corporais e ambientais para que possa fazer o reconhecimento, de pistas, de pontos de referência e o mapa mental.

A sequência básica de introdução das técnicas de OM no ambiente escolar é: autoproteção, pré-bengala, guia vidente e bengala longa.

Conceitos básicos da Orientação e Mobilidade

- Sugestão de remanejar essa parte para o ANEXO dos componentes curriculares -

Para que um programa de OM se realize com eficiência é necessário que o aluno tenha os seguintes conceitos básicos:

Conceitos corporais

Conceitos espaciais

Pistas

Ponto de referência

Mapa mental

Esses conceitos são construídos ao longo de sua trajetória escolar e/ou de vida

Conceitos corporais:

Esquema corporal: consciência do corpo como meio de comunicação consigo e com o meio. É um importante elemento para a formação da personalidade da criança.

Conceito corporal: conhecimento intelectual consciente que uma pessoa tem de seu corpo.

Imagem corporal: como nos vemos e como nosso corpo se apresenta para nós (representação mental).

Lateralidade e direcionalidade

Cinestesia: sensibilidade para perceber os movimentos musculares ou das articulações. Esta percepção torna o indivíduo consciente da posição e do movimento do corpo.

Conceitos espaciais:

Espaço corporal: a consciência das posições, direções e distâncias em relação a seu corpo

Espaço de ação: a orientação para execução dos movimentos

Espaço dos objetos: posição dos objetos quanto à direção e distância, a partir do espaço corporal

Espaço geométrico: utilização de conceitos geométricos

Espaço abstrato: uso dos conceitos para elaboração de rotas, mapas, etc

Pistas:

É qualquer estímulo (auditivo, olfativo, tátil, cinestésico ou visual) que possa dar as informações necessárias para que a pessoa com deficiência visual determine sua posição ou uma linha de direção.

Ponto de referência:

Qualquer objeto familiar, som, odor, temperatura ou pista tátil facilmente reconhecida, constante e que ocupa uma localização conhecida e permanente no ambiente.

Orientação e Mobilidade na Educação Precoce, Educação Infantil e do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental

Na Educação precoce inicia-se OM, pois essa fase é fundamental no processo de maturação, no desenvolvimento motor e cognitivo da criança. É um período de grande plasticidade cerebral, necessitando de muitos estímulos para o desenvolvimento dos sentidos remanescentes, das funções motoras, de mobilidade independente, essas atividades são apresentadas pelos professores regentes.

Da Educação Infantil ao 3º ano, as técnicas de OM: autoproteção, guia vidente, pré-bengala (utilização de instrumental lúdico de proteção), orientação espacial, assim como a aprendizagem da utilização dos sentidos remanescentes, da elaboração de pistas ambientais, mapa mental são atividades apresentadas pelos professores regentes, com a colaboração dos professores de educação física, utilizando para isso atividades lúdicas e recreativas. Não havendo necessidade de um professor específico de OM, embora esse profissional deva participar de projetos que contribuam com o trabalho dos professores regentes das turmas.

Alguns conceitos básicos que devem trabalhados nesses segmentos

Esquema corporal: construir a imagem do próprio corpo; identificar as partes do corpo (altura da cintura, cabeça, pé, etc)

Lateralidade

Natureza dos objetos: conceito de forma, textura, tamanho, peso; conceito de maior, menor, reto, curvo, liso, áspero, curto, longo, etc – manuseio de diferentes objetos

Objetos em movimento: relacionar objetos como: carros, bicicleta, caminhão, etc ; como esses objetos passam pelos fixos

Mapa mental: ao longo do treinamento; o aluno deve ser orientado a conhecer os objetos significativos de um percurso

Localização de som: determinar a origem do som

Discriminação de sons

Treinamento tátil: explorar objetos com o corpo.

Técnicas de OM a serem trabalhadas

Auto proteção: superior, inferior, rastreamento, enquadramento e tomada de direção e familiarização de ambientes

Guia vidente: posição básica, troca de lado, passagem estreita, sentar-se corretamente em cadeiras

Orientação e Mobilidade no 4º e 5º ano

Nessas séries a OM deverá compor a grade curricular e serão oferecidas em grupo por turma, por profissional da OM.

Caracterização das Aulas

As aulas terão duração de 50 minutos semanais e devem ser ministradas pela equipe de professores de OM, onde as técnicas mais específicas de OM serão aprofundadas

Técnicas de OM a serem trabalhadas

Autoproteção: superior, inferior, rastreamento, enquadramento e tomada de direção e familiarização de ambientes

Guia vidente: posição básica, troca de lado, passagem estreita, sentar-se corretamente em cadeiras

Elaboração de mapas mentais

Técnicas iniciais do programa de bengala longa

Orientação e Mobilidade do 6º ano e 9º ano do Ensino Fundamental

Nesta etapa o atendimento de Orientação e Mobilidade é oferecido através de programas individualizados ministrados por profissionais de Orientação e Mobilidade, pois o aluno já é capaz de conhecer, sentir, perceber e se relacionar com o seu corpo; perceber e se relacionar eficientemente com o espaço, objetos, sons, odores, através dos sentidos remanescentes. Nessa etapa, o professor de OM poderá iniciar as técnicas de bengala longa

Caracterização do Atendimento

Objetiva-se dar continuidade ao atendimento iniciado na primeira fase, dando condições para que a pessoa com deficiência visual possa desenvolver sua capacidade de se orientar e se movimentar com segurança, independência, utilizando para isso as técnicas adquiridas através da aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento da maturidade do adolescente e a sua inclusão na sociedade. Para isso, utiliza-se um conjunto de técnicas específicas.

Inicia-se em ambientes internos com técnicas de autoproteção, depois são introduzidas as técnicas de guia vidente. Em seguida, é passado ao aluno as técnicas de bengala longa.

Nas áreas externas, assim como nas áreas internas, o aluno deverá planejar e alternar caminhos, bem como experimentar situações diversas, como: atravessar ruas, subir e descer escadas rolantes, passar por portas giratórias, utilizar caixas eletrônicas além de aprender a utilizar pistas para percepção de presença de pedestres para conseguir ajuda quando se fizer necessário.

Alguns conceitos básicos que devem trabalhados, nesses segmentos caso o aluno não tenha adquirido anteriormente

Esquema corporal: construir a imagem do próprio corpo; identificar as partes do corpo (altura da cintura, cabeça, pé, etc)

Lateralidade

Natureza dos objetos: conceito de forma, textura, tamanho, peso; conceito de maior, menor, reto, curvo, liso, áspero, curto, longo, etc – manuseio de diferentes objetos

Objetos fixos e suas características: ruas, meio fio, portões, pontos de ônibus – pontos de referência

Objetos móveis: movem-se e podem mudar sua localização

Objetos em movimento: relacionar objetos como: carros, bicicleta, caminhão, etc ; como esses objetos passam pelos fixos

Natureza do terreno: diferenciar pisos (cimento, asfalto, paralelepípedo, terra, areia, grama)

Mapa mental: ao longo do treinamento; o aluno deve ser orientado a conhecer os objetos significativos de um percurso

Direções: utilização do sol como indicador de direção (pontos cardeais), correntes de ar

Volta: meia volta (180°), ¼ de volta (90°)

Localização de som: determinar a origem do som; tomar decisões

Discriminação de sons: lugar com sons diversos e simultâneos para reconhecer escolher os que possam servir como orientação e pista

Treinamento tátil: explorar objetos com o corpo e depois com a bengala

Técnicas de OM a serem trabalhadas (anexo 1)

Autoproteção: superior, inferior, rastreamento, enquadramento e tomada de direção e familiarização de ambientes

Guia vidente: posição básica, troca de lado, passagem estreita, sentar-se corretamente em cadeiras

Confecção de mapas mentais

Técnicas de bengala longa

Conteúdo

O conteúdo do programa vai depender da condição de saúde, individualidade, mobilidade e necessidade de cada aluno.

AÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES

Teatro

O ensino de teatro visa contribuir para a formação humana dos alunos através do compartilhamento de um saber-fazer sensível, estético, artístico, social, histórico e cultural.

O teatro é uma linguagem da arte complexa que solicita o trabalho de criação expressiva de forma integral aliando corpo, voz, gesto, percepção e cognição.

De acordo com os PCNs (1997, pg. 58), o ato de dramatizar é intrínseco aos seres humanos, e caracteriza-se como uma necessidade de compreender e representar a realidade. Nesse sentido, uma criança em suas primeiras manifestações dramatizadas, o jogo simbólico, procura organizar seu conhecimento do mundo de forma integradora. Assim, a dramatização acompanha o desenvolvimento da criança como uma manifestação espontânea, assumindo feições e funções diversas, sem perder jamais o caráter de interação e de promoção de equilíbrio entre ela e o meio ambiente. Essa atividade evolui do jogo espontâneo para o jogo de regras, do individual para o coletivo. Porém importa salientar que o ato de dramatizar não é somente uma realização de necessidade individual na interação simbólica com a realidade (proporcionando condições para um crescimento pessoal), mas uma atividade coletiva em que as expressões coletiva e individual são acolhidas, criadas e recriadas. Nesse sentido, no plano individual, visa o desenvolvimento das capacidades expressivas e artísticas dos alunos. No plano do coletivo, o teatro oferece,

por ser uma atividade grupal, o exercício das relações de cooperação, diálogo, respeito mútuo, reflexão sobre como agir com os colegas, flexibilidade de aceitação das diferenças e aquisição de sua autonomia como resultado do poder agir e pensar sem coerção. O teatro tem como inspiração e fundamento as diferentes experiências da vida: percepções, entendimentos, idéias, conhecimentos e sentimentos. A sua ação é a ordenação dessas percepções, entendimentos e conteúdos nos campos individuais e coletivos.

Ainda de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), no processo de formação dos alunos, o teatro cumpre não só função integradora, mas dá oportunidade para que se apropriem crítica e construtivamente dos conteúdos sociais e culturais de seus contextos de vida mediante trocas com os seus grupos. No dinamismo da experimentação e da fluência criativa propiciadas em espaços de aula, com liberdade e segurança, os alunos podem transitar livremente por todas as emergências internas e externas integrando imaginação, percepção, emoção, intuição, memória e raciocínio.

As propostas educacionais devem compreender a atividade teatral como uma combinação de atividade para o desenvolvimento global do indivíduo, um processo de socialização consciente e crítico, um exercício de convivência democrática, uma atividade artística com preocupações de organização estética e uma experiência que faz parte das culturas humanas. Saber ver, apreciar, comentar e fazer juízo crítico devem ser igualmente fomentados na experiência escolar.

OBJETIVO GERAL:

Contribuir para a formação humana dos alunos através do compartilhamento de um saber-fazer sensível, estético, artístico, social, histórico e cultural.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver a consciência corporal
- Favorecer a consciência e o reconhecimento do corpo como corpo criador
- Desenvolver a expressão e a comunicação corporal e artística
- Favorecer a produção e a criação artística coletiva
- Desenvolver o trabalho teatral como produto cultural e apreciação estética

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

EDUCAÇÃO INFANTIL

Jogos corporais lúdicos, simbólicos e dramáticos que sensibilizem os alunos para a descoberta de si próprio, do outro e do meio ambiente focando principalmente na utilização de seus sentidos remanescentes.

Jogos lúdicos que desenvolvam a percepção espacial.

Jogos dramáticos que desenvolvam o corpo como forma de expressão em diálogo com a manifestação espontânea do jogo simbólico na criança.

Atividades de relaxamento e consciência corporal, explorando as possibilidades expressivas e criadoras das crianças buscando sempre dar maior evidência aos sentidos remanescentes dos alunos.

Contação de histórias, explorando os diversos gêneros textuais da literatura infanto-juvenil.

ENSINO FUNDAMENTAL

O teatro como comunicação e expressão

- Exploração das competências corporais e de criação dramática.
- Reconhecimento, utilização da expressão e comunicação na criação teatral.
- Desenvolvimento da criatividade na criação de cenas simples e cenas complexas.
- Os elementos da linguagem dramática: espaço cênico, personagem e ação dramática.
- Formas de expressão artística: expressões corporal, plástica e sonora.
- Jogos de improvisação a partir de estímulos diversos (temas, textos dramáticos, poéticos, jornalísticos, etc., objetos, máscaras, situações físicas, imagens e sons).
- Experimentação e improvisação criadoras a partir do estabelecimento de regras para os jogos.
- Pesquisa, elaboração e utilização de cenário, figurino, maquiagem, adereços, objetos de cena, iluminação e som.
- Pesquisa, elaboração e utilização de máscaras, bonecos e de outros modos de apresentação teatral.
- Seleção e organização dos objetos a serem usados no teatro e da participação de cada um na atividade.

O teatro como produção coletiva

- Desenvolvimento de trabalho coletivo de integração e improvisação teatral e de concepção e elaboração coletivas de cenas.
- Criação de textos e encenações teatrais em grupo.
- Reconhecimento e exploração do espaço de encenação com os outros participantes do jogo teatral.
- Observação, apreciação e análise dos trabalhos em teatro realizados por outros grupos.
- Compreensão dos significados expressivos corporais, textuais, visuais, sonoros da criação teatral.

O teatro como produto cultural e apreciação estética

- Observação, apreciação e análise de diferentes manifestações teatrais.
- Observação, apreciação e análise de diferentes produções e concepções estéticas.
- Reconhecimento e compreensão das propriedades comunicativas e expressivas das diferentes formas dramatizadas (teatro em palco e em outros espaços, circo, teatro de bonecos, manifestações populares dramatizadas, etc.).
- Identificação das manifestações de teatro nas diferentes culturas e épocas históricas.
- Pesquisa e leitura de textos dramáticos e de fatos da história do teatro.
- Pesquisa e frequência junto aos grupos de teatro, de manifestação popular e aos espetáculos realizados em sua região.
- Pesquisa e frequência às fontes de informação, documentação e comunicação presentes em sua região (livros, revistas, vídeos, filmes, fotografias ou qualquer outro tipo de registro em teatro).

METODOLOGIA:

As aulas serão desenvolvidas através de atividades corporais práticas envolvendo jogos lúdicos, simbólicos, dramáticos e teatrais.

Inicialmente, os jogos dramáticos têm caráter mais improvisacional e não existe muito cuidado com o acabamento, pois o interesse reside principalmente na relação entre os

participantes e no prazer do jogo. Gradualmente, a criança passa a compreender a atividade teatral como um todo, o seu papel de atuante e observa um maior domínio sobre a linguagem e todos os elementos que a compõem. Nesse momento do desenvolvimento dos alunos torna-se possível trabalhar com os jogos teatrais, cuja as estruturas e regras apresentam a complexidade da linguagem teatral. Aí a elaboração das histórias, cenas, movimentações corporais, cenários, sonoplastia, objetos cênicos, figurinos, etc, é mais acurada. Esse processo precisa ser cuidadosamente estimulado e organizado pelo educador. Importa ainda levar para os alunos textos dramáticos e fatos da evolução do teatro para que adquiram visão histórica e contextualizada em que possa referenciar seus próprios fazeres artísticos.

Escolinha de esportes

IV – PARTE: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A avaliação compreenderá o desenvolvimento global do aluno, tendo como elementos balizadores: aproveitamento no programa curricular; desenvolvimento da autonomia; relações interpessoais; participação nas atividades pedagógicas em sala de aula e nas atividades extraclasse, incluídos os eventos promovidos pela escola.

AVALIAÇÃO NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO/CICLO DA INFÂNCIA

O ciclo de alfabetização compreende os três primeiros anos do Ensino Fundamental, devendo haver a integração e a continuidade dos trabalhos nos anos implicados, o que indica a necessária integração do programa curricular nesses anos e a previsão da integração ao programa praticado nos anos seguintes. Deve-se atentar para que as turmas do Ciclo não sejam organizadas por nível de desenvolvimento dos alunos, privilegiando-se as trocas próprias a grupos heterogêneos. Com relação à faixa etária dos alunos que ingressam no 1º ano, deve ser obedecida a idade indicada no Parecer CNE/CEB nº 04/2008, na qual a idade adequada para o ingresso no 1º ano é a de seis anos de idade; sendo o 2º ano indicado para alunos de 7 anos de idade e o 3º ano para alunos de 8 anos de idade.

Alunos que busquem matrícula nova e que estejam acima da faixa adequada ao ciclo de alfabetização terão, no primeiro mês de sua matrícula, sua situação analisada pelo grupo docente e gestor, que deverão pensar um programa de inclusão do aluno no currículo escolar, minimizando os prejuízos que este venha a apresentar em função da defasagem idade-série. Não há retenção por rendimento escolar nos 1º e 2º anos.

A partir do 3º ano, poderá haver retenção por rendimento escolar, tendo sido lançadas todas as avaliações recomendadas pelas diretrizes nacionais. Durante os anos do Ciclo, poderá haver retenção por número de faltas, atendendo-se às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. As avaliações serão registradas na forma de relatórios qualitativamente descritivos, havendo, ainda, testes (sem quantificação dos resultados) e portfólios para os três anos do Ciclo. Haverá, no mínimo, três relatórios anuais para cada aluno, os quais devem se distribuir da seguinte forma: o

primeiro, apresentar/caracterizar o desenvolvimento do aluno nos dois primeiros meses do ano letivo; o segundo relatório ao final do primeiro semestre, contemplando o desenvolvimento do aluno dentro dos trabalhos desenvolvidos no período; e o último ao final do ano, indicando todos os avanços e aspectos a serem investidos no ano seguinte.

A critério do professor, relatórios suplementares poderão ser apresentados. Os relatórios devem observar aspectos diversos pertinentes ao desenvolvimento global do aluno, de acordo com os objetivos lançados para cada ano do Ciclo e expondo as estratégias de ensino diferenciadas aplicadas no trabalho junto ao aluno.

O aluno terá cada um de seus relatórios elaborados conjuntamente por todos os profissionais que atendem o aluno na instituição, desde os docentes aos profissionais de atendimentos específicos (fonoaudiologia, psicologia, musicoterapia, orientação e mobilidade, mediador especialista).

Eventualmente, relatórios específicos poderão ser solicitados pela gestão do Departamento, em função de demandas não previstas neste Documento.

AValiação DO 4º AO 9º ANO

As avaliações serão expressas por notas e/ou relatórios, havendo a cada período letivo (bimestral/trimestre), no mínimo, duas avaliações formais diversificadas (prova escrita ou oral, trabalho, autoavaliação, pesquisa, teste etc.), escolhidas a critério do docente e devem seguir o plano curricular da disciplina. Para as avaliações por nota, a média bimestral/trimestral é 6, praticando-se sistema de notas de 0 a 10 a cada período letivo e na média anual. As notas e/ou médias bimestrais e finais serão expressas por números inteiros ou decimais com parte fracionária de 0,5 (cinco décimos).

O docente deverá se basear nas seguintes aproximações, quando necessárias: a) Para ponto inteiro imediatamente inferior, os décimos ou centésimos compreendidos entre 0,01 (um centésimo) e 0,24 (vinte e quatro centésimos), inclusive; b) Para 0,5 (cinco décimos) acima, os décimos e centésimos compreendidos entre 0,25 (vinte e cinco centésimos) e 0,49 (quarenta e nove centésimos), inclusive; c) para 0,5 (cinco décimos) abaixo, os décimos e centésimos compreendidos entre 0,51 (cinquenta e um centésimos) e 0,74 (setenta e quatro centésimos), inclusive; d) Para ponto inteiro imediatamente superior, os décimos e centésimos compreendidos entre 0,75 (setenta e cinco centésimos) e 0,99 (noventa e nove centésimos), inclusive. Relatórios deverão ser elaborados para alunos com deficiência intelectual ou quaisquer comprometimentos que afetem o desenvolvimento intelectual, também podendo ser aplicados em outros casos quando favoravelmente observados pelo grupo gestor do Departamento e pelos docentes envolvidos com o aluno.

A critério de ambos, avaliações de cunho quantitativo poderão ser aplicadas.

Recuperação Os estudos de recuperação serão proporcionados ao longo do processo ensino/aprendizagem, ao aluno que obtiver média inferior a 6 ao final de cada bimestre/trimestre, necessitando conseqüentemente de apoio pedagógico. A verificação do aproveitamento na recuperação será efetuada através de avaliação formal (prova escrita ou

oral, trabalho, autoavaliação, pesquisa, teste etc.), escolhida a critério do docente e seguindo o plano curricular da disciplina.

O instrumento de avaliação a ser aplicado deverá ser apresentado por escrito em seus objetivos e resultados após aplicação com o aluno A forma como acontecerá a recuperação (aulas presenciais ou programa de estudos) também será a critério do docente. No caso de programa de estudos, um plano será entregue ao aluno, composto pelas matérias a serem estudadas para a recuperação e, ainda, com proposições de atividades. Uma semana antes das avaliações de recuperação, o aluno terá um dia previamente agendado de “plantão tira dúvidas” com o professor regente.

Com relação à nota da recuperação, será considerada apenas a nota da avaliação de recuperação, não havendo média. Caso a nota obtida na avaliação de recuperação seja menor do que a média do bimestre, prevalecerá a nota da média do bimestre. Avaliação Final A Avaliação Final será aplicada aos alunos que não atingirem o rendimento escolar mínimo estabelecido na Instituição, considerando também a média anual estabelecida. A avaliação será elaborada e aplicada pelo professor regente da disciplina, considerando-se, em sua elaboração, os conteúdos pré-selecionados que sejam pré-requisitos para cursar o ano escolar seguinte. Os conteúdos apontados como pré-requisitos serão construídos pelas equipes de área por segmento.

Com relação à nota da Avaliação Final, será considerada apenas a nota obtida por meio do instrumento aplicado, não havendo média. Caso o aluno não alcance a nota 6 na Avaliação Final, será considerado reprovado/retido, salvo casos em que se defina pela aprovação em Conselho de Classe. Repetência/Retenção Serão reprovados/retidos alunos que obtiverem nota inferior a 6 na Avaliação Final, bem como alunos que não cumprirem 75% de frequência anual. As retenções/reprovações serão registradas em Conselho de Classe, podendo este Conselho definir pela aprovação do aluno que não atender ao estabelecido no parágrafo acima, justificando-se a aprovação e estabelecendo medidas que corrijam o rendimento não alcançado.

O aluno que tiver a segunda reprovação no Ensino Fundamental será encaminhado por Conselho de Classe para Estudo de Caso, de modo que se elabore plano de estudos que promovam a correção da distorção idade-série, com a participação da família e dos docentes que atuam e atuaram diretamente com o aluno. Segunda Chamada O aluno e/ou o responsável deverá justificar à coordenação de segmento e ao docente a falta ocorrida em datas de avaliação, solicitando uma Avaliação

Segunda Chamada, a qual será agendada pelo docente. Casos não justificados devidamente poderão ter a solicitação negada. O docente deverá apresentar, no início de cada período letivo, indicações quanto aos instrumentos de avaliação e datas previstas para aplicação das mesmas, atentando para o prazo de segunda chamada nos casos de faltas justificadas. Não haverá período para segunda chamada na Avaliação Final. Casos de ausência de alunos na Avaliação Final serão analisados pelo grupo docente e gestor do Departamento, em Conselho de Classe

V – PARTE: NORMAS PARA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE CLASSE

1. FUNDAMENTAÇÃO:

O Conselho de Classe, órgão máximo do DED, deve nortear-se por:

- a) entendimento do aluno como uma pessoa única e diferenciada das demais;
- b) percepção e exploração das potencialidades de cada um;
- c) a avaliação deve levar em consideração que cada aluno é um ser integral e resultante de um somatório de habilidades, não só acadêmicas, mas também de outras naturezas;
- d) identificação dos múltiplos aspectos biopsicossociais que podem influenciar, positiva ou negativamente no desempenho escolar do aluno;
- e) manutenção, por parte dos membros dos Conselhos de Classe, de absoluta reserva sobre os assuntos abordados em suas reuniões, que são por sua natureza e por princípios éticos, de caráter sigiloso.

2. OBJETIVOS GERAIS:

- a) despertar no Professor a consciência de que a autoavaliação contínua do seu próprio trabalho constitui valioso instrumento na construção eficiente de suas tarefas e atingimento de seus objetivos;
- b) examinar o aproveitamento em nível global e individualizado, analisando o desempenho da turma como um todo e do aluno que apresenta dificuldade de aprendizagem em qualquer aspecto de seu desenvolvimento;
- c) buscar possíveis soluções para as dificuldades apresentadas, fazendo os encaminhamentos que se fizerem necessárias;
- d) subsidiar o professor no processo de avaliação permanente de cada aluno, de forma que fiquem asseguradas observações concretas e objetivas que minimizem os efeitos dos juízos de valor que o estigmatizam e o rotulem;
- e) aperfeiçoar o trabalho diário dos professores com o aluno, através dos subsídios fornecidos pelos setores Técnico-pedagógicos envolvidos direta ou indiretamente com o aluno;
- f) recomendar o tipo de apoio especial para o aluno considerado pelo Conselho como impossibilitado de frequentar com proveito o período seguinte por não haver alcançado nível satisfatório de rendimento escolar;
- g) definir por atividade, área de estudo e/ou disciplina a metodologia e os recursos a serem empregados nas classes de apoio, de forma que se desenvolvam técnicas compatíveis a cada caso, a fim de tornar o aprendizado mais eficaz.

3. ESTRUTURA:

Os Conselhos de Classe do IBC se constituem no órgão máximo de deliberação do corpo docente da Escola e são definidos a partir de sua abrangência, composição e competências. São constituídos Conselhos de Classe por turma ou ano, por nível de ensino ou por segmento escolar, assim discriminado:

- a) Educação Infantil;
- b) 1º Segmento do Ensino Fundamental, correspondente ao período de 1º ao 5º ano;
- c) 2º Segmento do Ensino Fundamental, correspondente ao período de 6º ao 9º ano;

4. COMPOSIÇÃO:

Integram as reuniões dos Conselhos de Classe:

I – Membros efetivos:

- a) Diretor do DED;
- b) Chefe da DEN;
- c) Supervisor Pedagógico;
- d) Os professores de cada turma e/ou ano;
- e) Coordenador de Área;
- f) Coordenador de Segmento;
- g) Chefe da DOE;
- h) Chefe da DAE;

II – Por sugestão dos membros efetivos dos Conselhos de Classe, poderão integrá-las eventualmente, caso necessário:

- a) Secretário Geral da Instituição;
- b) Chefes das Divisões vinculados ao Departamento Médico Oftalmológico e de Reabilitação, a saber:
Divisão de Pesquisa e Atendimento Médico Oftalmológico e Nutricional;
Divisão de Orientação e Acompanhamento.
- c) Outros profissionais que por ventura se façam necessário.

Obs.: participação de profissionais das áreas de psicologia e fonoaudiologia como membros efetivos

III – Terá também assento às reuniões dos Conselhos de Classe, o Diretor Geral ou seu substituto legal se assim o quiser, ou por motivação que o obrigue;

5. COMPETÊNCIAS:

5.1. Aos conselhos de Classe compete:

- a) Solicitar ao Secretário Geral da Instituição, mediante encaminhamento ao Diretor do Departamento de Educação, os dados conceituais de cada aluno resultantes de suas médias, a fim de estabelecer um quadro que permita uma avaliação global do seu rendimento escolar, tendo como base as informações disponíveis nos Diários de Classe e esclarecimentos quanto a qualquer outro dado integrante da pasta do aluno;
- b) Discutir e aprovar o documento próprio das reuniões dos Conselhos de Classe anteriores (ATAs);
- c) Encaminhar alunos para sessões de estudo de casos com o DED e Direção Geral, quando necessário;
- d) Sugerir à Direção Geral os nomes dos alunos em fase de conclusão do 9º ano do Ensino Fundamental, que poderão ser encaminhados à condição de bolsistas do IBC, a fim de prosseguirem os estudos do Ensino Médio em escolas regulares, sempre de acordo com o estabelecido no Regulamento dos Bolsistas.

5.2. Ao Assistente Pedagógico compete:

- a) Presidir as reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos Conselhos de Classe;
- b) Analisar junto à Supervisão Pedagógica e ao corpo docente as iniciativas realizadas para superação de dificuldades apresentadas em Conselhos anteriores;
- c) Encaminhar as deliberações tomadas nas reuniões dos Conselhos de Classe ao DED;

5.3. Ao diretor do DED compete:

a) Encaminhar as deliberações tomadas nas reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos Conselhos de Classe à Direção Geral se for o caso.

5.4. À coordenação da DOE compete:

a) Acolher os encaminhamentos, feitos pelos professores regentes e, no que se refere ao 2º Segmento do Ensino Fundamental, de alunos que careçam de apoio individual;

b) Acompanhar a evolução individual de alunos das turmas e, diante dos dados levantados sobre cada um em especial, fazer encaminhamentos em seu Segmento nas áreas de Fonoaudiologia, Psicomotricidade e Psicologia quando necessário;

5.5. À coordenação da DAE:

a) Fornecer dados sobre as turmas nos aspectos afetos à sua adequada socialização ou não;

b) Fornecer dados de caráter individual do aluno, passados de forma objetiva, a fim de atender às solicitações de esclarecimento por parte dos membros dos Conselhos de Classe ou das sessões de estudo de caso.

5.6. Aos professores regentes das turmas compete:

a) Preencher devidamente os Diários de Classe com os dados relativos à frequência, ao conceito dos alunos e ao conteúdo programático desenvolvido durante cada trimestre;

b) Contribuir para o exame do rendimento escolar de cada aluno com informações objetivas que possibilitem maior conhecimento das suas condições de maturidade;

c) Fornecer subsídios (anotações diárias sobre cada aluno) através das diversas formas de aferição empregadas como base para seleção de:

I. Classe de apoio ou Oficinas obrigatórias

II. Recuperação paralela;

III. Estudo de caso de aluno com rendimento escolar irregular e/ou com desvio de comportamento;

IV. Casos de reprovação.

OBS: A situação final do aluno que ficar reprovado em até três disciplinas será decidida pelo conselho de classe final

d) Discutir os problemas afetos às suas turmas e/ou ano nos aspectos pedagógico, afetivo, disciplinar e outros;

e) Definir o conceito global das turmas;

f) Discutir e votar as decisões a serem tomadas nas reuniões dos Conselhos de Classe.

5.7. Aos Coordenadores de Segmento compete:

a) Indicar previamente o Secretário das reuniões dos Conselhos de Classe por segmento, obedecendo a um sistema de rodízio entre os professores;

b) Propor roteiro e pauta das reuniões extraordinárias dos Conselhos de Classe conjuntamente com a DEN e em articulação com o DED;

c) Presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias na ausência da chefia da DEN;

d) Analisar gráficos de aproveitamento das turmas e de cada aluno, objetivando a construção do conceito global da turma e o conceito integral do aluno nas diversas atividades, áreas de estudo ou disciplinas, conforme o segmento;

e) Manter entrosamento permanente com os professores das turmas em articulação com a DOE, para discussão e exame das dificuldades específicas das classes.

5.8. Ao secretário do Conselho compete:

- a) Ler o documento referente às reuniões dos Conselhos anteriores;
- b) Registrar em ATA, os assuntos e as deliberações das reuniões;
- c) Assinar, com os demais membros presentes aos Conselhos, ATA da reunião.

6. FUNCIONAMENTO:

As reuniões dos conselhos de Classe funcionarão de acordo com a orientação básica, a saber:

I – Reuniões Ordinárias:

a) Quatro reuniões anuais ordinárias, sendo quatro distribuídas ao término de cada trimestre letivo e a 4ª em caráter de Conselho Final.

II – Reuniões Extraordinárias:

- a) Se convocadas por 1/3 (um terço) de seus membros docentes;
- b) Se convocadas pelo coordenador de Segmento;
- c) Se convocadas por solicitação dos chefes de Divisões para o DED;
- d) Se convocadas pelo Diretor do DED.

7. DURAÇÃO:

As reuniões dos Conselhos de Classe terão seu tempo definido previamente, de acordo com agenda a ser desenvolvida pela Coordenação de Segmento.

8. ETAPAS:

As reuniões dos Conselhos de Classe realizar-se-ão por turma ou por ano, obedecendo às seguintes etapas:

- a) Verificação dos profissionais presentes na reunião de cada turma ou ano, bem como do quórum dos docentes;
- b) Leitura e aprovação da ATA do Conselho anterior;
- c) Ratificar, discutir, submeter ou alterar os conceitos individuais dos alunos das turmas, de acordo com as anotações do professor nos Diários de Classe;
- d) Avaliação dos aspectos globais dos alunos;
- e) Verificação dos alunos em recuperação ou reforço;
- f) Definição do conceito global da turma, por atividade, área de estudo e/ou disciplina;
- g) Assuntos gerais.

Formas de participação dos Membros dos Conselhos:

Os membros efetivos dos Conselhos terão direito a:

- a) Participação nas falas, na etapa Assuntos Gerais, por ordem e em tempo hábil.
- b) Todos os profissionais presentes no COC Final têm direito à fala, contudo, apenas os professores da turma, regentes e/ou mediadores têm direito à voto.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- a) As reuniões dos Conselhos de Classe serão registradas em ATA, devidamente assinadas por todos os presentes, a qual conterá dados objetivos;
- b) As reuniões dos Conselhos, em seus diversos segmentos, serão definidas em calendário escolar de cada ano letivo;
- c) Os casos omissos a este regulamento serão dirimidos pelo Diretor do DED ou, de acordo com a complexidade do problema, conjuntamente com a Direção Geral do IBC.

GRADE CURRICULAR DO
IBC
PPP EM REFORMULAÇÃO

2019 com previsão de término de 2020

***- PARTE:**

Elaborar texto introdutório em consonância com a LDB e as Bases Nacionais de Educação (PNE, PCN's e outros documentos legais)

CRÉDITOS

Creditar as coordenações de áreas e segmento e docentes pela construção do documento

□ MODALIDADES DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL DO IBC:

I - EDUCAÇÃO PRECOCE

II - EDUCAÇÃO INFANTIL

III - ENSINO FUNDAMENTAL

1º SEGMENTO – 1º ao 5º ano;

2º SEGMENTO – 6º ao 9º ano;

IV - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

CURSOS TÉCNICOS 1º ao 3º ano nas formas articulada e subseqüente de:

- Revisão de Textos no Sistema Braille
- Instrumento Musical
- Massoterapia
- Artesanato
- Artesanato integrado à Educação de Jovens e Adultos

V - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA.

VI - AÇÕES EDUCATIVAS FUNDAMENTAIS

PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A VIDA INDEPENDENTE - PEVI;

PSICOMOTRICIDADE;

ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE – OM;

APRENDIZAGEM DO SISTEMA BRAILLE;

APRENDIZAGEM DO SOROBÃ;

ATIVIDADES GRAFOMOTORAS;

INFORMÁTICA EDUCATIVA

VII – AÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES

ATIVIDADES SÓCIO-RECREATIVAS;

ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS;

ATIVIDADES PROFISSIONALIZANTES;

ATIVIDADES CULTURAIS E DE LAZER;

V - TEMAS TRANSVERSAIS

- propor sugestão de elaboração -

SUMÁRIO

Apresentação

Créditos

Modalidades de atendimento

Sumário

Justificativa..

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE ARTES VISUAIS NO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL.

O ensino das artes visuais na educação infantil e no ensino fundamental do Instituto Benjamin Constant enseja proporcionar aos educandos, nas diferentes fases do desenvolvimento, a formação estética de um mundo múltiplo e culturalmente vivenciado.

Segundo Marcuse (2007) a arte como forma estética é resultado da transformação de um dado conteúdo num todo independente e autônomo. Deste modo, compreende-se que a experiência estética está envolvida na emancipação da sensibilidade, da imaginação e da razão em todas as esferas da subjetividade e objetividade.

Neste sentido, o ensino estético da linguagem visual deve construir, na relação dialógica entre professor-aluno, uma dimensão libertária e crítica da experiência. Para isso, deve-se proporcionar o acesso às produções culturais e artísticas, contribuir para a compreensão dos objetos artísticos como fruto de processos subjetivos e históricos, e da criação como possibilidade de transformação e expressão de ideias e sensações.

OBJETIVOS EDUCACIONAIS

Contribuir para o desenvolvimento do pensamento artístico e da formação estética dos educandos, conjugando experiências do saber, do apreciar e do fazer artístico; Propiciar o desenvolvimento integral dos educandos; Proporcionar a experimentação de materiais, suportes e espaços; Desenvolver trabalhos com estimulem a poética individual, considerando vivências, memórias e estudos; Contribuir para o conhecimento artístico e cultural, necessário para compreender as interfaces da arte e suas representações no cotidiano; Propiciar o desenvolvimento da autonomia e da ação criadora, estimulando potencialidades artísticas e poéticas; Ampliar o repertório cultural dos educandos com experiências estéticas; oportunizar vivências múltiplas, integrando as linguagens artísticas, de forma lúdica e multidisciplinar;; Desenvolver a percepção espacial, estético e a expressão corporal; Proporcionar o acesso aos diversos ambientes da arte (Galeria, Museus, Ateliês, Espaços Urbanos, Centro Cultural, Sítios Históricos, Patrimônio Histórico, etc.); Desenvolver ensaios visuais com suporte teórico e materiais acessíveis

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDOS DE ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O ensino de artes visuais na educação infantil deve proporcionar:

- Vivências com a arte em diferentes ambientes.
- Experimentação de diversos materiais e superfícies
- Exploração de objetos utilizando a imaginação
- Conhecer a arte de forma lúdica, imaginativa e multicultural
- Aumentar o repertório imagético através da exploração sensorial
- Conhecer diferentes produções artístico-culturais

CONTEÚDOS DE ARTES VISUAIS NO ENSINO DO 1º AO 9º ANO

O ensino de artes visuais no ensino do 1º ao 9º ano deve proporcionar:

A Leitura de Imagem, Contextualização e Fazer Artístico

Alargar o repertório de vivência por meio da exploração e manipulação sensível dos elementos básicos e compositivos da linguagem visual, dos materiais e das técnicas artísticas.

Elementos básicos da linguagem visual: Elementos formais: ponto, linha, forma, estrutura, superfície, textura, volume, luz, transparência, cor.

Elementos compositivos: orientações e direções espaciais, movimento visual, proporção, contrastes, semelhanças, tensão, ritmo, densidade, intervalo, ordenação, articulação (parte-todo), simetria e assimetria, figura-fundo, equilíbrio, harmonia, dinâmica, escala, unidade-variedade.

Elementos materiais: processos de produção/recepção, técnicas, ferramentas.

Análise crítica da história das produções artísticas da humanidade

METODOLOGIA

A prática docente será desenvolvida a partir do conhecimento da prática social e cultural vivida pelos alunos

A abordagem teórico-metodológica do ensino de artes visuais na educação infantil e fundamental do Instituto Benjamin Constant engloba os pressupostos da Arte-Educação na contemporaneidade preconizada por Ana Mae Barbosa – Abordagem Triangular – favorecem a reflexão crítica dos processos históricos e socioculturais da arte nas sociedades, as formas de percepção e recepção das artes em diversos momentos e contextos, assim como a elaboração artística. (BARBOSA, 2005).

RECURSOS

Os recursos previstos contemplam:

Materiais acessíveis;

Filmes com áudiodescrição;

Aulas expositivas;

Visitas guiadas à ateliês, espaços expositivos, galerias, centros culturais, escolas de arte, museus;

Organização de portfólios;

Organização de memorial descritivo;

Pesquisas de procedimentos técnicos e materialidades;

Práticas de materialização de produtos artísticos com objetivos pedagógicos

AValiação

Os indicadores de aprendizagem envolvem análise e discussão do percurso e situações de aprendizagem, e devem considerar aspectos cognitivos, de percepção e sensibilização estético-artística; formas de organização e integração coletiva; respeito ao espaço público e privado; participação nas atividades individuais e em grupo; responsabilidade e consciência ambiental no manejo de materiais; produção artística levando em consideração os conteúdos curriculares (Exposição, Portfólio, livro do artista, a pesquisa, projetos, resenhas, avaliações escritas e orais, descritivas e críticas, montagem de exposição); e auto avaliações.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M. Arte Educação contemporânea: consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez, 2005.

DONDIS, D. A sintaxe da linguagem visual. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARCUSE, Herbert. A dimensão estética, Lisboa, Edições 70, 2007.

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA:

Segundo Fischer (1979), a arte pode ser concebida como um “substituto da vida” e como maneira de colocar o homem em estado de equilíbrio com o meio circundante. No contexto do Departamento de Educação do Instituto Benjamin Constant, a arte assume um papel de destaque visando às experiências de leituras do mundo e à possibilidade de transformá-lo.

Desta forma, a Arte-Educação trabalha no sentido de mediar a dimensão estética da vida através da experimentação de saberes e fazeres artísticos que envolvem processos de aprendizagem, apropriação e compreensão da expressão artística.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as artes visuais, a dança, a música e o teatro são linguagens que constituem o componente curricular obrigatório do ensino de arte da educação básica. No IBC essas linguagens são trabalhadas em atividades diversas, durante todo o período escolar, por profissionais com formação nas áreas das artes.

As aulas das disciplinas obrigatórias de educação musical, artes cênicas e artes visuais se incluem nesse trabalho.

REFERENCIAIS

BRASIL. Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de 20 dezembro de 1996.

FISCHER, Ernst. A Necessidade da Arte. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

EDUCAÇÃO MUSICAL:

O trabalho de Educação Musical atende tanto ao aspecto musical quanto ao educativo.

De acordo com Elliot (1995), a música consiste em prática humana diversificada, envolvendo o fazer e o ouvir musical. Por sua vez, Swanwick (1979) descreve como parte do fazer musical as ações de composição, apreciação e performance, complementadas pelo estudo da literatura musical e do desenvolvimento de habilidades técnicas. Nesse sentido, consideram-se pontos fundamentais da educação musical do Instituto Benjamin Constant o conhecimento da cultura brasileira, da história da música, dos conceitos relativos ao som, de suas conexões e das tecnologias musicais, no sentido do desenvolvimento das capacidades de cada aluno individualmente e em grupo.

Em relação ao trabalho da coletividade envolvendo alunos e professores, entende-se com base em Vigotsky (1998) que o acolhimento de conhecimentos apresentados pelos alunos também é fundamental para sua formação.

De forma geral, a educação musical no IBC tem como objetivo desenvolver no aluno habilidades para ouvir, perceber, escutar, improvisar, analisar, ordenar, discutir e criar musicalmente.

OBJETIVOS:

Desenvolver a percepção auditiva dentro das etapas: consciência, localização, identificação e discriminação;

Desenvolver um sentido rítmico através do movimento,, conseqüentemente, da coordenação motora;

Adquirir independência através do conhecimento da forma de representação gráfica da linguagem musical, por meio de notações convencionais e não convencionais;

Desenvolver habilidades relativas à performance musical, com utilização de instrumentos musicais, voz e corpo;

Conhecer aspectos técnicos da prática musical – movimento, postura, respiração, emissão sonora, articulação, afinação.

Despertar um senso crítico e autocrítico na prática musical;

Desenvolver a prática vocal e instrumental de grupo;

Compreender as bases formadoras da cultura musical brasileira considerando as influências indígena, africana e europeia;
Conhecer as expressões musicais vinculadas à cultura brasileira;
Desenvolver a capacidade de criação musical.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

CONTEÚDOS DE MÚSICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Exploração do som e suas qualidades;

Ouvir, perceber e discriminar eventos sonoros diversos, fontes sonoras e produções musicais;

Exploração sensório-motora de materiais sonoros diversos e instrumentos musicais

Reprodução de ritmos simples através de percussão corporal (palmas, batidas nas pernas, pés etc.);

Desenvolvimento do movimento corporal na música.

Desenvolvimento da memória através do repertório de canções.

Interpretação de músicas e canções diversas;

Apreciação musical através da escuta de obras musicais de diversos gêneros, estilos, épocas e culturas;

Informações sobre as obras ouvidas e sobre seus compositores;

CONTEÚDOS DE MÚSICA DO 1º AO 9º ANO

Desenvolvimento de práticas musicais (performance vocal e instrumental, interpretação, percepção, apreciação, improvisação e composição musical)

Compreensão de conceitos relativos à: técnica vocal e instrumental, interpretação, percepção, apreciação, improvisação, composição musical, notação musical, aspectos formais da música – melodia, harmonia, métrica, andamento, forma, estilo, gênero – e organologia

Estudo da história da música

Conhecimento sobre as diversas áreas de atuação de profissionais da música e os aspectos de seus trabalhos.

METODOLOGIA:

O processo de ensino/aprendizagem ocorrerá segundo:

Aulas expositivas dos conteúdos através de alguns critérios de forma que sejam observadas e respeitadas as características individuais de cada aluno, para que seu desenvolvimento seja integral;

Pesquisa sonora orientada a partir de atividades envolvendo a audição, reprodução e criação musical;
Utilização de canções com acompanhamento instrumental;
Utilização de canções gravadas;
Dinâmicas vocais e instrumentais individuais e em grupos;
Trabalhos em grupo sobre temas abordados para sistematização do conteúdo;
Ensaios com as turmas separadamente ou em conjunto, referentes aos projetos escolares;
Promoção de atividades de integração entre séries e setores;
Apresentações artísticas;
Reflexão, esclarecimentos de perguntas e promoção de debates;
Passeio extraclasse.

RECURSOS:

Espaço, corpo, voz, instrumentos musicais, aparelho de som, computador, jogos, livros de apoio, gravações e internet.

AVALIAÇÃO:

Ao longo do ano serão realizadas avaliações referentes aos trabalhos desenvolvidos com os alunos, respeitando as diretrizes do Departamento de Educação sobre sua periodicidade. Os aspectos do processo de desenvolvimento dos alunos também devem ser considerados na avaliação.

REFERENCIAIS:

ELLIOTT, David. Music matters: A new philosophy of music education. Oxford: University Press, 1995

SWANWICK, Keith. A basis for music education. London: Routledge, 1979.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PPP - TEATRO

O ensino de teatro visa contribuir para a formação humana dos alunos através do compartilhamento de um saber-fazer sensível, estético, artístico, social, histórico e cultural. O teatro é uma linguagem da arte complexa que solicita o trabalho de criação expressiva de forma integral aliando corpo, voz, gesto, percepção e cognição.

De acordo com os PCNs (1997, pg. 58), o ato de dramatizar é intrínseco aos seres humanos, e caracteriza-se como uma necessidade de compreender e representar a realidade. Nesse sentido, uma criança em suas primeiras manifestações dramatizadas, o jogo simbólico, procura organizar seu conhecimento do mundo de forma integradora. Assim, a dramatização acompanha o desenvolvimento da criança como uma manifestação espontânea, assumindo feições e funções diversas, sem perder jamais o caráter de interação e de promoção de equilíbrio entre ela e o meio ambiente. Essa atividade evolui do jogo espontâneo para o jogo de regras, do individual para o coletivo. Porém importa salientar que o ato de dramatizar não é somente uma realização de necessidade individual na interação simbólica com a realidade (proporcionando condições para um crescimento pessoal), mas uma atividade coletiva em que as expressões coletiva e individual são acolhidas, criadas e recriadas. Nesse sentido, no plano individual, visa o desenvolvimento das capacidades expressivas e artísticas dos alunos. No plano do coletivo, o teatro oferece, por ser uma atividade grupal, o exercício das relações de cooperação, diálogo, respeito mútuo, reflexão sobre como agir com os colegas, flexibilidade de aceitação das diferenças e aquisição de sua autonomia como resultado do poder agir e pensar sem coerção. O teatro tem como inspiração e fundamento as diferentes experiências da vida: percepções, entendimentos, idéias, conhecimentos e sentimentos. A sua ação é a ordenação dessas percepções, entendimentos e conteúdos nos campos individuais e coletivos.

Ainda de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), no processo de formação dos alunos, o teatro cumpre não só função integradora, mas dá oportunidade para

que se apropriem crítica e construtivamente dos conteúdos sociais e culturais de seus contextos de vida mediante trocas com os seus grupos. No dinamismo da experimentação e da fluência criativa propiciadas em espaços de aula, com liberdade e segurança, os alunos podem transitar livremente por todas as emergências internas e externas integrando imaginação, percepção, emoção, intuição, memória e raciocínio.

As propostas educacionais devem compreender a atividade teatral como uma combinação de atividade para o desenvolvimento global do indivíduo, um processo de socialização consciente e crítico, um exercício de convivência democrática, uma atividade artística com preocupações de organização estética e uma experiência que faz parte das culturas humanas. Saber ver, apreciar, comentar e fazer juízo crítico devem ser igualmente fomentados na experiência escolar.

OBJETIVO GERAL:

Contribuir para a formação humana dos alunos através do compartilhamento de um saber-fazer sensível, estético, artístico, social, histórico e cultural.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver a consciência corporal
- Favorecer a consciência e o reconhecimento do corpo como corpo criador
- Desenvolver a expressão e a comunicação corporal e artística
- Favorecer a produção e a criação artística coletiva
- Desenvolver o trabalho teatral como produto cultural e apreciação estética

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

EDUCAÇÃO INFANTIL

- Jogos corporais lúdicos, simbólicos e dramáticos que sensibilizem os alunos para a descoberta de si próprio, do outro e do meio ambiente focando principalmente na utilização de seus sentidos remanescentes.
- Jogos lúdicos que desenvolvam a percepção espacial.
- Jogos dramáticos que desenvolvam o corpo como forma de expressão em diálogo com a manifestação espontânea do jogo simbólico na criança.
- Atividades de relaxamento e consciência corporal, explorando as possibilidades expressivas e criadoras das crianças buscando sempre dar maior evidência aos sentidos reminiscetes dos alunos.
- Contação de histórias, explorando os diversos gêneros textuais da literatura infanto-juvenil.

ENSINO FUNDAMENTAL

O teatro como comunicação e expressão

- Exploração das competências corporais e de criação dramática.

- Reconhecimento, utilização da expressão e comunicação na criação teatral.
- Desenvolvimento da criatividade na criação de cenas simples e cenas complexas.
- Os elementos da linguagem dramática: espaço cênico, personagem e ação dramática.
- Formas de expressão artística: expressões corporal, plástica e sonora.
- Jogos de improvisação a partir de estímulos diversos (temas, textos dramáticos, poéticos, jornalísticos, etc., objetos, máscaras, situações físicas, imagens e sons).
- Experimentação e improvisação criadoras a partir do estabelecimento de regras para os jogos.
- Pesquisa, elaboração e utilização de cenário, figurino, maquiagem, adereços, objetos de cena, iluminação e som.
- Pesquisa, elaboração e utilização de máscaras, bonecos e de outros modos de apresentação teatral.
- Seleção e organização dos objetos a serem usados no teatro e da participação de cada um na atividade.

O teatro como produção coletiva

- Desenvolvimento de trabalho coletivo de integração e improvisação teatral e de concepção e elaboração coletivas de cenas.
- Criação de textos e encenações teatrais em grupo.
- Reconhecimento e exploração do espaço de encenação com os outros participantes do jogo teatral.

- Observação, apreciação e análise dos trabalhos em teatro realizados por outros grupos.
- Compreensão dos significados expressivos corporais, textuais, visuais, sonoros da criação teatral.

O teatro como produto cultural e apreciação estética

- Observação, apreciação e análise de diferentes manifestações teatrais.
- Observação, apreciação e análise de diferentes produções e concepções estéticas.
- Reconhecimento e compreensão das propriedades comunicativas e expressivas das diferentes formas dramatizadas (teatro em palco e em outros espaços, circo, teatro de bonecos, manifestações populares dramatizadas, etc.).
- Identificação das manifestações de teatro nas diferentes culturas e épocas históricas.
- Pesquisa e leitura de textos dramáticos e de fatos da história do teatro.
- Pesquisa e frequência junto aos grupos de teatro, de manifestação popular e aos espetáculos realizados em sua região.
- Pesquisa e frequência às fontes de informação, documentação e comunicação presentes em sua região (livros, revistas, vídeos, filmes, fotografias ou qualquer outro tipo de registro em teatro).

METODOLOGIA:

As aulas serão desenvolvidas através de atividades corporais práticas envolvendo jogos lúdicos, simbólicos, dramáticos e teatrais.

Inicialmente, os jogos dramáticos têm caráter mais improvisacional e não existe muito cuidado com o acabamento, pois o interesse reside principalmente na relação entre os participantes e no prazer do jogo. Gradualmente, a criança passa a compreender a atividade teatral como um todo, o seu papel de atuante e observa um maior domínio sobre a linguagem e todos os elementos que a compõem. Nesse momento do desenvolvimento dos alunos torna-se possível trabalhar com os jogos teatrais, cuja as estruturas e regras apresentam a complexidade da linguagem teatral. Aí a elaboração das histórias, cenas, movimentações corporais, cenários, sonoplastia, objetos cênicos, figurinos, etc, é mais acurada. Esse processo precisa ser cuidadosamente estimulado e organizado pelo educador. Importa ainda levar para os alunos textos dramáticos e fatos da evolução do teatro para que adquiram visão histórica e contextualizada em que possa referenciar seus próprios fazeres artísticos.

AVALIAÇÃO

Compreender e estar habilitado para se expressar na linguagem dramática

Com este critério pretende-se avaliar se o aluno desenvolve capacidades de atenção, concentração, observação e se enfrenta as situações que emergem nos jogos dramatizados. Se compreende e estabelece diálogo com as regras dos diferentes jogos apresentados, se tem empenho para expressar-se com adequação e de forma pessoal ao contexto dramático\teatral estabelecido.

Compreender o teatro como ação coletiva

Com este critério pretende-se avaliar se o aluno sabe organizar-se em grupo, ampliando as capacidades de ver e ouvir na interação com seus colegas, colaborando com respeito e solidariedade, permitindo a execução de uma obra conjunta. Se tem empenho na construção grupal do espaço cênico em todos os seus aspectos (cenário, figurino, maquiagem, iluminação), assim como na ação dramática. Se sabe expressar-se com adequação, tendo o teatro como um processo de comunicação entre os participantes e na relação com os observadores. Se apresenta um processo de evolução da aquisição e do domínio dramático.

Compreender e apreciar as diversas formas de teatro produzidas nas culturas

Com este critério pretende-se avaliar se o aluno é capaz de observar e apreciar as diversas formas de teatro em espaços cênicos distintos (bonecos, sombras, circo, manifestação regional dramatizada, etc.). Se identifica as informações recebidas, assimilando-as como fonte de conhecimento e cultura; se compreende e aprecia as diversas formas de teatro presentes em sua região e em outras culturas e épocas, ampliando as capacidades de ver, relacionar, analisar e argumentar.

O professor estará avaliando durante todo o processo cada aluno individualmente e em grupo, sempre observando, respeitando e ajudando a superar os limites e as necessidades de cada aluno. A ênfase será dada ao processo que o aluno e o grupo constroem durante as aulas. Qualquer tipo de apresentação surgirá naturalmente e decorrerá do processo existente em sala de aula.

Na Educação do aluno com deficiência visual destacamos as Práticas Educativas para uma Vida Independente como área específica de atendimento por considerá-la como um fator primordial ao ajustamento social.

Se os hábitos à mesa, a postura, a adequação para se vestir e a higiene pessoal são comportamentos adaptativos, há necessidade de um treinamento intensivo porque a criança cega apresenta atitudes inadequadas para sentar, vestir-se ou alimentar-se, pois pela ausência da visão ela não tem possibilidade de imitação, falta-lhe a informação visual sobre o padrão adequado.

As PEVI'S tem como objetivo proporcionar à criança condições para que, dentro de suas potencialidades, possa formar hábitos de autossuficiência que lhe permitam participar ativamente do ambiente em que vive. Para isso devem ser desenvolvidos hábitos e atividades de alimentação, higiene, vestuário, saúde e segurança e atividades domésticas.

A criança só aprende aquilo que vive concretamente. É importante que ela faça suas próprias descobertas através da manipulação e exploração do ambiente físico e social.

Conteúdos a serem desenvolvidos no programa de Práticas Educativas para uma Vida Independente (PEVI)

Para alunos da Educação Infantil ao 1º ano

ALIMENTAÇÃO

1. O mastigar
2. Uso da colher: conhecer os diversos tipos de colheres (sopa, sobremesa, chá e café)
3. Uso do guardanapo
4. Discriminar os alimentos pelo calor, sabor, odor e consistência
5. Transpor alimentos líquidos e sólido
6. almoço supervisionado no refeitório da escola

HIGIENE

Higiene pessoal

1. Banho – nomear, discriminar e reconhecer as funções das partes do corpo. Ensaboar, enxaguar e enxugar o corpo. Uso do sabonete, toalha, desodorante e perfume.
2. Mãos – lavar, enxaguar e enxugar / manutenção da higiene e cuidados específicos
3. Dentes – colocar pasta na escova, escovar os dentes, bochechar, ida ao dentista.
4. Olhos – cuidados específicos e uso de colírios
5. Ouvidos – cuidados específicos
6. Nariz – uso do lenço, assoar
7. Unhas – cortar: uso de cortador de unha e lixa

8. Cabelos – lavar e pentear

9. Uso do vaso sanitário, higiene dos órgãos genitais, uso da lixeira e dar descarga.

VESTUÁRIO

1. Diferenciar os diversos tipos de peças do vestuário: calcinhas, cuecas, calças,

camisas, camisetas, shorts, saias, bermudas, uniforme da escola, biquinis, maiôs,

sungas etc

2. Diferenciar os diversos tipos de calçados: chinelo, sandálias, tênis, sapatos

3. Vestir e despir roupas e calçados

4. Abotoar e desabotoar: botão comum, de pressão, fivelas, ganchos, colchetes,

ziper etc

5. Enfiar cordão no tênis

6. Dar nó e laço

7. Dobrar e guardar: roupas pessoais e banho.

8. Organização de gavetas

Para alunos do 2º ao 4º ano

1. Arrumar a mesa para diversos tipos de refeições: café da manhã, almoço, lanche e jantar

2. Fazer pequenos lanches: salada de frutas, sanduíches, gelatina, sucos diversos etc. Mingau de aveia, chocolate, maisena e outros. Café, chá etc.

3. Lavar louças

4. conhecer e utilizar o fogão

diversos tipos (automático, comum, elétrico etc), uso do acendedor, uso do forno

5. Lavar e passar roupas

6. Limpeza e organização de armários e gavetas

7. Limpeza e conservação dos cômodos da casa

8. Ida à feira do bairro

9. Ida ao supermercado

10. Reparos em geral

- Costurar: utilização de agulhas, pregar botão de 2 e 4 furos, pregar colchete,
ziper, fazer bainha

11. Jardinagem

- informações básicas de conservação e regar plantas. Fazer uma horta vertical.

Para alunos da 5ª a 9ª série

1. ADMINISTRAÇÃO DO LAR

- a) O lar e a família
- b) Responsabilidade de cada membro da família
- c) Organização de horários (tarefas simples)
- d) Horas de lazer

2. ORÇAMENTO FAMILIAR

- a) O que é, como se faz
- b) Educação do consumidor
 - planejamento de uma lista de compras
 - como escolher e comprar
 - ida a um supermercado e feira

3. HIGIENE

- a) Higiene Individual
- b) Higiene do lar
- c) Exercícios, esporte e repouso
- d) Organização de uma farmácia caseira

4. ETIQUETA SOCIAL

- a) A educação em diversos lugares
- b) Vestuário adequado à cada ocasião
- c) Como receber visitas

5. CULINÁRIA

- a) Lavar legumes e verduras
- b) Descascar legumes, frutas etc
- c) Preparar lanches, almoço e jantar

Conceitos básicos da Orientação e Mobilidade¹³

Para que um programa de OM se realize com eficiência é necessário que o aluno tenha os seguintes conceitos básicos:

Conceitos corporais

Conceitos espaciais

Pistas

Ponto de referência

Mapa mental

Esses conceitos são construídos ao longo de sua trajetória escolar e/ou de vida

Conceitos corporais:

Esquema corporal: consciência do corpo como meio de comunicação consigo e com o meio. É um importante elemento para a formação da personalidade da criança.

Conceito corporal: conhecimento intelectual consciente que uma pessoa tem de seu corpo.

Imagem corporal: como nos vemos e como nosso corpo se apresenta para nós (representação mental).

Lateralidade e direcionalidade

¹³ BRASIL, Orientação e Mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual/Elaboração Edileine Vieira Machado...[et al.] - Brasília: MEC, SEESP, 2003

Bischof, Eileen. Practices for determining the provision of orientation and mobility instructor for students with low vision. Dissertação (Doutorado) – Florida State University, 2008. Disponível em: <<http://diginole.lib.fsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2328&context=etd>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

FELIPPE, J. A. M e FELLIPPE, V. L. L. R. Orientação e Mobilidade. São Paulo: Gráfica e Editora Laramara. 1999.

MACHADO, Edileine Vieira [et. al.]. Orientação e Mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual. Brasília: MEC, SEESP, 2003

MELLO, H. F. R. Deficiência Visual – Lições Práticas de Orientação e Mobilidade. Campinas: Editora UNICAMP, 1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Apostila de Orientação e Mobilidade – Projeto Ir e Vir. Brasília, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Orientação e Mobilidade – Conhecimentos Básicos para a Inclusão da Pessoa com Deficiência Visual. Brasília, 2003.

Rodrigues, Natércia. Goalball: estudo sobre o estado de conhecimento da modalidade e avaliação desportivo-motora dos atletas. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desporto, especialização em Atividade Física Adaptada) – Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física, Universidade do Porto, Porto, 2002.

WEISHALN, R. Orientation and mobility in the blind children. New York: Englewood Cliffs, 1990.

Wiener, William; Welsh, Richard; Blasch, Bruce (Ed.). Foundations of orientation and mobility: history and theory. 3. ed. Nova York: AFB Press, 2010. v. 1.

Cinestesia: sensibilidade para perceber os movimentos musculares ou das articulações. Esta percepção torna o indivíduo consciente da posição e do movimento do corpo.

Conceitos espaciais:

Espaço corporal: a consciência das posições, direções e distâncias em relação a seu corpo

Espaço de ação: a orientação para execução dos movimentos

Espaço dos objetos: posição dos objetos quanto à direção e distância, a partir do espaço corporal

Espaço geométrico: utilização de conceitos geométricos

Espaço abstrato: uso dos conceitos para elaboração de rotas, mapas, etc

Pistas:

É qualquer estímulo (auditivo, olfativo, tátil, cinestésico ou visual) que possa dar as informações necessárias para que a pessoa com deficiência visual determine sua posição ou uma linha de direção.

Ponto de referência:

Qualquer objeto familiar, som, odor, temperatura ou pista tátil facilmente reconhecida, constante e que ocupa uma localização conhecida e permanente no ambiente.

Orientação e Mobilidade na Educação Precoce, Educação Infantil e do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental

Na Educação precoce inicia-se OM, pois essa fase é fundamental no processo de maturação, no desenvolvimento motor e cognitivo da criança. É um período de grande plasticidade cerebral, necessitando de muitos estímulos para o desenvolvimento dos sentidos remanescentes, das funções motoras, de mobilidade independente, essas atividades são apresentadas pelos professores regentes.

Da Educação Infantil ao 3º ano, as técnicas de OM: autoproteção, guia vidente, pré-bengala (utilização de instrumental lúdico de proteção), orientação espacial, assim como a aprendizagem da utilização dos sentidos remanescentes, da elaboração de pistas ambientais, mapa mental são atividades apresentadas pelos professores regentes, com a colaboração dos professores de educação física, utilizando para isso atividades lúdicas e recreativas. Não havendo necessidade de um professor específico de OM, embora esse profissional deva participar de projetos que contribuam com o trabalho dos professores regentes das turmas.

Alguns conceitos básicos que devem trabalhados nesses segmentos

Esquema corporal: construir a imagem do próprio corpo; identificar as partes do corpo (altura da cintura, cabeça, pé, etc)

Lateralidade

Natureza dos objetos: conceito de forma, textura, tamanho, peso; conceito de maior, menor, reto, curvo, liso, áspero, curto, longo, etc – manuseio de diferentes objetos

Objetos em movimento: relacionar objetos como: carros, bicicleta, caminhão, etc ; como esses objetos passam pelos fixos

Mapa mental: ao longo do treinamento; o aluno deve ser orientado a conhecer os objetos significativos de um percurso

Localização de som: determinar a origem do som

Discriminação de sons

Treinamento tátil: explorar objetos com o corpo.

Técnicas de OM a serem trabalhadas

Auto proteção: superior, inferior, rastreamento, enquadramento e tomada de direção e familiarização de ambientes

Guia vidente: posição básica, troca de lado, passagem estreita, sentar-se corretamente em cadeiras

Orientação e Mobilidade no 4º e 5º ano

Nessas séries a OM deverá compor a grade curricular e serão oferecidas em grupo por turma, por profissional da OM.

Caracterização das Aulas

As aulas terão duração de 50 minutos semanais e devem ser ministradas pela equipe de professores de OM, onde as técnicas mais específicas de OM serão aprofundadas

Avaliação

A avaliação será realizada através de relatórios sobre o desenvolvimento do aluno e assiduidade dos mesmos nas aulas, porém essas avaliações não incorreram em aprovação ou reprovação. Ao final do ano letivo essas avaliações ficarão arquivadas, servindo de subsídio para os profissionais que trabalharão com o aluno no 6º e no 9º ano.

Técnicas de OM a serem trabalhadas

Autoproteção: superior, inferior, rastreamento, enquadramento e tomada de direção e familiarização de ambientes

Guia vidente: posição básica, troca de lado, passagem estreita, sentar-se corretamente em cadeiras

Elaboração de mapas mentais

Técnicas iniciais do programa de bengala longa

Orientação e Mobilidade do 6º ano e 9º ano do Ensino Fundamental

Nesta etapa o atendimento de Orientação e Mobilidade é oferecido através de programas individualizados ministrados por profissionais de Orientação e Mobilidade, pois o aluno já é capaz de conhecer, sentir, perceber e se relacionar com o seu corpo; perceber e se relacionar eficientemente com o espaço, objetos, sons, odores, através dos sentidos remanescentes. Nessa etapa, o professor de OM poderá iniciar as técnicas de bengala longa

Caracterização do Atendimento

Objetiva-se dar continuidade ao atendimento iniciado na primeira fase, dando condições para que a pessoa com deficiência visual possa desenvolver sua capacidade de se orientar e se movimentar com segurança, independência, utilizando para isso as técnicas adquiridas através da aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento da maturidade do adolescente e a sua inclusão na sociedade. Para isso, utiliza-se um conjunto de técnicas específicas.

Inicia-se em ambientes internos com técnicas de autoproteção, depois são introduzidas as técnicas de guia vidente. Em seguida, é passado ao aluno as técnicas de bengala longa.

Nas áreas externas, assim como nas áreas internas, o aluno deverá planejar e alternar caminhos, bem como experimentar situações diversas, como: atravessar ruas, subir e descer escadas rolantes, passar por portas giratórias, utilizar caixas eletrônicas além de aprender a utilizar pistas para percepção de presença de pedestres para conseguir ajuda quando se fizer necessário.

Os atendimentos são individualizados, realizados duas vezes por semana, no contra-turno, e tem duração de, no mínimo, cinquenta minutos.

Alguns conceitos básicos que devem trabalhados, nesses segmentos caso o aluno não tenha adquirido anteriormente

Esquema corporal: construir a imagem do próprio corpo; identificar as partes do corpo (altura da cintura, cabeça, pé, etc)

Lateralidade

Natureza dos objetos: conceito de forma, textura, tamanho, peso; conceito de maior, menor, reto, curvo, liso, áspero, curto, longo, etc – manuseio de diferentes objetos

Objetos fixos e suas características: ruas, meio fio, portões, pontos de ônibus – pontos de referência

Objetos móveis: movem-se e podem mudar sua localização

Objetos em movimento: relacionar objetos como: carros, bicicleta, caminhão, etc ; como esses objetos passam pelos fixos

Natureza do terreno: diferenciar pisos (cimento, asfalto, paralelepípedo, terra, areia, grama)

Mapa mental: ao longo do treinamento; o aluno deve ser orientado a conhecer os objetos significativos de um percurso

Direções: utilização do sol como indicador de direção (pontos cardeais), correntes de ar

Volta: meia volta (180°), ¼ de volta (90°)

Localização de som: determinar a origem do som; tomar decisões

Discriminação de sons: lugar com sons diversos e simultâneos para reconhecer escolher os que possam servir como orientação e pista

Treinamento tátil: explorar objetos com o corpo e depois com a bengala

Técnicas de OM a serem trabalhadas (anexo 1)

Autoproteção: superior, inferior, rastreamento, enquadramento e tomada de direção e familiarização de ambientes

Guia vidente: posição básica, troca de lado, passagem estreita, sentar-se corretamente em cadeiras

Confecção de mapas mentais

Técnicas de bengala longa

Conteúdo

O conteúdo do programa vai depender da condição de saúde, individualidade, mobilidade e necessidade de cada aluno.

Avaliação

Durante o programa são realizados relatórios sobre o desenvolvimento do aluno. Ao término do programa é apresentado um relatório final contendo a evolução do mesmo.

Essa avaliação final ficará arquivada, servindo de subsídio para outros profissionais que possam vir a trabalhar com o mesmo aluno.

Serão considerados concluintes os alunos que alcançarem os objetivos gerais do programa objetivado para ele. Porém não haverá efeito de aprovação ou reprovação.

Anexo I

Técnicas de Orientação e Mobilidade

Técnicas de Mobilidade Dependente

Técnicas de guia vidente

São técnicas utilizadas para que a pessoa com deficiência visual possa andar com máxima segurança quando estiver acompanhada. Observa-se desde a postura correta de segurar a pessoa que está guiando-a, o posicionamento para contato, as posturas indicadoras de direção, o posicionamento para sentar-se, o posicionamento para locomoção, passagens por portas, passagens estreitas, mudança de lado, locomoção em escadas, recusa de ajuda indesejável (Hine's break).

Técnicas de Mobilidade Independente

Técnicas de autoproteção

São técnicas utilizadas pelo aluno, onde o mesmo usa apenas seu corpo como recurso de proteção e segurança. São elas: proteção superior, proteção inferior, rastreamento com a mão, enquadramento, tomada de direção.

Desenvolvimento da orientação

Para a pessoa com deficiência visual ter uma mobilidade segura é importante e necessário uma boa orientação, no programa de OM são passadas informações para descoberta de pontos de referência, pistas, sistema de numeração externa e interna, pontos cardeais e familiarização com o ambiente que facilitam a orientação da pessoa com deficiência visual.

Técnicas de bengala longa

Dentre os recursos utilizados pelas pessoas com deficiência visual para locomoção, a bengala longa apresenta-se como um dos mais seguros, isto é, quando manipulado corretamente. Para o manuseio correto da bengala é necessário destreza motora, boa percepção tátil-cinestésico e vivências de pré-bengala. As técnicas de bengala longa passadas no programa de OM são: Varredura, técnica diagonal, detecção de objetos, passagem por portas, rastreamento com técnica diagonal, subir e descer escadas, técnicas de toque, técnica de toque e deslize, técnica de deslize, rastreamento com técnica de toque.

ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL

O mundo de hoje vivencia um momento de grande desenvolvimento tecnológico. Tendo em vista, as questões da inovação e tecnologia, não podemos fugir da responsabilidade de ser parte integrante deste contexto e a educação profissional tem um papel fundamental a exercer, principalmente na sua articulação com o mercado do trabalho. Sendo assim, o Instituto Benjamin Constant busca educar e reeducar com qualidade a pessoa com deficiência visual, colocando-a frente ao momento histórico vivido, ajustando-a à ordem social, educacional e profissional vigentes, com responsabilidade social, marca de sua trajetória desde 1854, por meio de sua inclusão no processo educativo e cultural, bem como no mundo do trabalho, tendo como finalidade máxima a melhoria da qualidade de vida, o respeito da sociedade, o crédito, enfim, a conquista da cidadania.

Cursos Técnicos

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, na forma de cursos integrados, ou no modo concomitante/subsequente ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade do IBC. Legitimando o compromisso com segmentos apartados da do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio.

Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração de 3 anos e o ingresso é por meio de Processo Seletivo público.

1) Curso de Artesanato

O Curso Técnico em Artesanato Integrado ao Ensino Médio com habilitações em Artesão Ceramista, Artesão Escultor e Artesão em Serigrafia embasa-se no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), instituído pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, com atualização dada pela Resolução nº 1, de 05 de dezembro de 2014, integrando, segundo o documento, o Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design.

Por direcionar-se à formação profissional da pessoa com deficiência visual, o curso ainda se fundamenta na Lei Brasileira de Inclusão 13.146, de 06 de julho de 2015.

Objetivo Geral

Habilitar e contribuir para a formação politécnica da pessoa com deficiência visual, na modalidade integrada ao Ensino Médio, com competência técnica e artística, bem como com ética e responsabilidade social, considerando as seguintes habilitações: Artesão Ceramista, Artesão Escultor e Artesão em Serigrafia.

Perfil do Egresso

O perfil do egresso do Curso Técnico em Artesanato Integrado ao Ensino Médio com habilitações em Artesão Ceramista, Artesão Escultor e Artesão em Serigrafia deverá atuar com soluções criativas a partir dos princípios do design de experiências a fim de promover vivências significativas em seu exercício profissional.

Componente Curricular:

Componentes Curriculares Obrigatórias

Língua Portuguesa e Literaturas: Morfossintaxe e semântica; leitura e produção textual; texto e textualidade; gêneros textuais; Literatura Portuguesa; Literatura Brasileira; Literatura Africana de Língua Portuguesa; Literatura Popular.

Inglês: Leitura e interpretação de textos de gêneros diversos com aplicação de diferentes estratégias de leitura; Estudo da estrutura básica da Língua Inglesa baseado na prática oral, escrita, auditiva e de leitura com ênfase na praticidade da língua no cotidiano; Estudo gramatical e morfossintático e compreensão de aspectos linguísticos e desenvolvimento de vocabulário incluindo o específico da área de artes e artesanato; Produção de textos (orais) em Língua Inglesa relevantes para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento da competência comunicativa de modo geral. Temas transversais

Artes: Apresentação da arte e suas linguagens; arte e seus diferentes significados e funções, em culturas e épocas diversas; reflexões sobre a arte no cotidiano; reflexão sobre a cultura nacional como fruto da diversidade cultural, baseada na relação e trocas entre culturas ancestrais; problematização de questões de domínio cultural, estereótipos e manutenção de identidades; apresentação de diferentes padrões de representação do corpo na história da arte e suas relações com os valores sociais e culturais de cada sociedade em seu tempo; análise e contextualização sobre as relações do corpo com a arte, como veículo de comunicação, expressão e contestação; contextualização da arte e sua relação com os conflitos humanos de naturezas diversas; manifestações artísticas que representam e interpretam conflitos.

Educação Física: Introdução à Educação Física, história, importância e contextualização. Introdução à Educação Física Adaptada e Atividades Físicas Adaptadas. Conhecimentos sobre atividades lúdicas, rítmicas e de lazer, expressões corporais, jogos e esportes; padrões de marcha e passada, corridas. Conhecimentos básicos sobre anatomia e fisiologia humana e fisiologia do exercício. Fundamentos de atividades aquáticas voltadas ao lazer e à promoção da saúde. Vivências de orientação e mobilidade voltada às práticas físicas e melhoria da autonomia. Temas transversais.

Matemática: Classificação dos conjuntos numéricos; Adição, subtração, multiplicação e divisão de números inteiros, fracionários e decimais; Resolução de equações do primeiro grau; Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Plano cartesiano e o sistema de coordenadas; Resolução de equações do segundo grau; Introdução ao conceito de função; Funções polinomiais de 1º e 2º grau; Potenciação e radiciação de números reais; Funções exponenciais; conceito e propriedade dos logaritmos; Funções logarítmicas; Instrumentos para desenho (Régua, lápis, compasso, transferidor e esquadro) e o manuseio destes; Conceitos geométricos (ponto, reta e plano); Semirreta e segmento de reta; Posições relativas de duas retas (concorrentes: perpendiculares ou inclinadas, paralelas, colineares); Ângulos: conceituação, tipos de ângulos, construção de ângulos com transferidor; Bissetriz de um ângulo; Construção de ângulos com compasso (30º, 45º, 60º, 90º); Mediatriz de um segmento; Ponto médio de um segmento; Simetria axial e central; Sequências numéricas; Progressão Aritmética; Progressão Geométrica; Matemática financeira – porcentagem, acréscimos e descontos, juros simples e compostos; Princípios de análise combinatória – Princípio fundamental da contagem, fatorial de um número, arranjos, permutações e combinações; Probabilidade simples; Noções de estatística; Polígonos, polígonos regulares; Número de diagonais; Triângulos, classificação, condição de existência; Cevianas; Circunferências, posições relativas entre (ponto e circunferência, reta e circunferência, duas circunferências); Ângulos inscritos em uma circunferência; Tangência. Estudo e classificação dos triângulos quanto ao número de lados e ângulos; Condições de existência de triângulos; soma dos ângulos internos de um triângulo; Estudo e classificação dos quadriláteros; Polígonos regulares; Congruência de triângulos; Feixe de retas paralelas cortadas por uma transversal; Teorema de Tales; Semelhança de figuras planas; Semelhança de triângulos; Relações métricas no triângulo retângulo; Teorema de Pitágoras; Trigonometria no triângulo retângulo; Geometria analítica: distância entre dois pontos, ponto médio de um segmento de reta; Circunferência e círculo; Áreas de figuras planas; Prismas e Pirâmides – Relações entre seus elementos: Vértices, Faces e Arestas, Volumes; Corpos redondos.

Biologia: O que é Biologia. Características dos seres vivos. Organização celular, funções dos componentes celulares e tipos de divisão celular. Diversidade biológica (classificação e grupos de seres vivos). Diversidade de vegetais e animais. Noções gerais de Anatomia e Fisiologia Humana. Fundamentos básicos de Genética e Evolução. Ecologia (fundamentos, ecossistemas, impactos ambientais). Temas transversais: Biotecnologia, ética na ciência, alimentação e saúde, compreensão da diferença de gênero e respeito à diferença. Biologia integrada/aplicada a pesquisa e formação profissional.

Física: Estudo dos movimentos e das suas interações. Grandezas vetoriais. As Leis de Newton. Quantidade de movimento. Impulso. Trabalho e energia mecânica. Centro de massa e condições de equilíbrio estático. Movimento circular. Gravitação universal. Calor, temperatura, trocas de calor e aparelhos térmicos. Luz e cor. O som e suas características. Ondas eletromagnéticas. Eletricidade e magnetismo. Conceitos básicos de geradores e motores elétricos. Elementos básicos de circuitos elétricos.

Química: Estrutura atômica. Classificação periódica. Materiais e suas propriedades. Interações atômicas e moleculares. Funções inorgânicas. Reações químicas inorgânicas. Conceitos básicos de Química Orgânica. Cálculos químicos. Introdução ao estudo de Soluções, Termoquímica e Eletroquímica. A importância da composição de produtos do cotidiano e os impactos ambientais, econômicos e sociais observados no descarte de diversos materiais.

História: O Imperialismo; A Primeira Guerra Mundial. O fim da Primeira Guerra e a reabilitação da pessoa com deficiência. A Revolução Russa e a formação da URSS. A Primeira República e o Modernismo no Brasil. O Nazi-Fascismo e a Segunda Guerra Mundial. A Era Vargas. A Guerra Fria. Os movimentos de libertação na Ásia e na África. Experiências socialistas no mundo: China, Vietnã e Chile. A República Democrática (1945-64). Do Pós-64 à Abertura. A Nova Ordem Mundial.

Geografia: Introdução a Geografia. Histórico da Geografia como ciência: paisagem, território, escala geográfica, representações cartográficas, espaço geográfico, configuração espacial; Análise espacial: histórica, econômica, cultural das diferentes sociedades nas diferentes escalas geográficas: local, regional, nacional e mundial. Geografia integrada/aplicada a formação profissional. Temas transversais. Pesquisa, ensino e extensão.

Filosofia: Introdução à Filosofia: o que é Filosofia? Origem da Filosofia. A passagem do pensamento mítico para o filosófico. Principais períodos da História da Filosofia. Leitura, análise e interpretação de textos filosóficos. A Filosofia como instrumento de reflexão e ação: regimes e sistemas políticos. Democracia e cidadania. A consciência moral: O que é moral? Valores morais. Responsabilidade moral. Liberdade e determinismo. Moral e ética. Moral e história. O conhecimento filosófico e científico: o que é o conhecimento? Conhecimento filosófico x conhecimento científico. Ciência e tecnologia. Arte como conhecimento. Filosofia: interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Filosofia integrada/aplicada à formação profissional. Temas transversais.

Sociologia: Introdução à Sociologia: O que é Sociologia. Conceitos de Sociedade; o indivíduo, sua história; o processo de socialização; as relações entre os indivíduos e a sociedade; o trabalho nas diferentes sociedades; Da manufatura à industrialização; o trabalho na sociedade moderna; a questão do trabalho no Brasil; a estrutura e estratificação social; a sociedade capitalista e as classes sociais; as desigualdades sociais no Brasil. Sociologia integrada/aplicada a formação profissional. Temas transversais.

História e Teorias Estéticas da Arte: Análises e reflexões dos movimentos artísticos desde a arte ancestral até a modernidade. Estudos sobre a estética: sua natureza e seus objetos; conceitos estéticos ao longo do tempo; concepções sobre poética e significados da arte; definições sobre a obra de arte, sua produção e recepção

Pintura e Teoria da Cor: Técnicas básicas de pinturas e texturas; preparação de superfícies e suportes; tipos de tintas; combinação e harmonia cromáticas; aspectos históricos e

fisiológicos das cores; produção prática criativa utilizando texturas associadas às cores; noções de teoria da cor e sua aplicabilidade em objetos de design, decoração e na estampa; composição plástica utilizando cores com texturas perceptíveis aos sentidos remanescentes da pessoa com deficiência visual; pesquisa e experimentação de materiais e estudo das possibilidades de aplicação de texturas associadas às cores em diferentes tipos de suportes.

Artesanato, Materiais e Tecnologia: Noções sobre acessibilidade estética; conceitos sobre as interseções entre arte, técnica e tecnologias; diferentes plataformas de narrativas digitais; mecanismos de recepção e interação da arte na Internet.

Desenho Artístico: Estudo introdutório dos métodos e técnicas empregadas na linguagem do desenho, como método construtivo para concretizar ideias; estudos de composição com linhas, releituras e interpretação de formas; técnicas e procedimentos da criação com a linguagem do desenho; desenho com observação háptica e representação expressiva.

Artesanato e Territorialidade: Interseções entre o local e o global; diálogos entre o artesanato e o design; diferenças entre produtos manufaturados e produtos industriais.

Noções de Segurança do trabalho: Noções sobre regras de segurança do trabalho.

Criação da Forma Estudos sobre teoria da percepção da forma; leis de composição e proporções harmônicas; Gestalt.

Identidade, Cultura e memória: Pós-Colonialismo; cultura erudita, popular e de massas; artista etnográfico; memória e patrimônio; memória e etnicidade; memória e narrativas.

Laboratório de Criação I: Projetos experimentais a partir das técnicas apreendidas; estudos de pesquisa autônoma; pesquisa de procedimentos alternativos; pesquisas e processos de artesãos consagrados e ou anônimos; pesquisas de materiais e possibilidades plásticas.

Laboratório de Criação II: Projetos experimentais com orientação do docente; desenvolvimento de pesquisa estilística.

Artesanato e Sustentabilidade: Economia criativa e sustentável; estudos sobre o contexto cultural e econômico dos produtos artesanais e de design; formação de público consumidor consciente da questão da sustentabilidade e da economia solidária; práticas operacionais na comercialização de produtos artesanais.

Pós-Produção: Estudos sobre as leis de: propriedade intelectual, produção de projetos, editais, políticas culturais e instituições de fomento; projetos e montagens de exposições; espaços de exposição; apresentação de trabalhos; tratamento para apresentação; mediação em espaços de recepção; técnicas de apresentação de projeto e portfólio.

Modelagem e Design Estudos e procedimentos para confecção de moldes em diversos materiais; estudos de ornatos; processos de confecção de cama; modelagem com formas realistas, estilizadas, simplificadas e abstratas; desenvolvimento de projetos de elementos escultóricos para composições de interiores e fachadas contemporâneas, com design.

Cerâmica I: Introdução às técnicas e aos processos de execução e queima de peças em cerâmica; estudos sobre a plasticidade da matéria, sua história e técnicas; estudos sobre a decoração e usos de engobes e esmaltes em cerâmica; intersecções entre as técnicas artesanais em cerâmica e o universo da arte; ferramentas de uso e procedimentos de segurança.

Cerâmica II/ Noções de Conservação e Restauração de Peças Cerâmicas I: Criação da forma em cerâmica e sua relação com o espaço; relevos e relações espaciais; estudos de acuidade tátil e a percepção das qualidades de espaço; diversas espessuras e qualidades de material; ferramentas de uso; procedimentos de segurança; noções sobre problemas no armazenamento e conservação; danos causados por fatores naturais e ou artificiais; componentes físicos e químicos dos materiais para manutenção; diferentes tipos de degradação e sujidades; cuidados com a luminosidade; estudos sobre restauração e linhas de trabalho.

Cerâmica III/ Trabalho de Conclusão de Curso: Estudos expressivos da queima; processos de aprendizagem com torno elétrico; desenvolver projeto de pesquisa criativo para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); produção e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); referencial teórico de todo o curso.

Modelagem e Design Escultura: Estudos e procedimentos para confecção de moldes em diversos materiais; estudos de ornatos; processos de confecção de cama; modelagem com formas realistas, estilizadas, simplificadas e abstratas; desenvolvimento de projetos de elementos escultóricos para composições de interiores e fachadas contemporâneas, com design.

Escultura I: Introdução à linguagem da escultura; formas volumétricas; construção através da articulação de planos, superfícies côncavas e convexas, tratamentos de superfícies com texturas; conceitos dos elementos plásticos (argila, plastilina, cerâmica fria, clay); uso de armação, cruzetas e estilização.

Escultura II/ Noções de Conservação e Restauração de Peças Escultóricas: Composição aplicada à

forma tridimensional; técnicas de vazar a gesso: forma perdida, restauração; objetos tridimensionais em papel, papelão, cimento; criação da forma em vultos: sólidos geométricos, objetos de design; estudos sobre a plasticidade da matéria, sua história e técnica; ferramentas de uso; procedimentos de segurança; noções sobre problemas no

armazenamento e conservação; danos causados por fatores naturais e ou artificiais; componentes físicos e químicos dos materiais para manutenção; diferentes tipos de degradação e sujidades; cuidados com a luminosidade; estudos sobre restauração e linhas de trabalho.

Escultura III/ Trabalho de Conclusão de Curso: Desenvolver projeto de pesquisa criativo para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); produção e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); referencial teórico de todo o curso.

Artesanato e Design Serigrafia: Introdução sobre a história do artesanato; apresentação do Movimento Arts and Crafts; estudos sobre a Escola de Bauhaus; convergências e divergências entre artesanato e design; percepção estética de objetos produzidos manualmente e industrializados a partir do contato com essas produções em lojas e mostras de decoração e design e feiras de artesanato.

Serigrafia I: Introdução às técnicas da impressão manual no contexto da história da arte; teoria e prática sobre processos de impressão manual (xilogravura, tipografia manual, stêncil e carimbo); matriz com material alternativo.

Serigrafia II: Noções da história da estamperia em tecido; introdução aos materiais têxteis; construção e criação autoral de estampas; criação de matrizes para estamperia com matriz pronta e de criação própria; teorias da composição plástica aplicada à estamperia; técnicas de estamperia e tingimento artesanal; estudos das técnicas do batik, tie-dye e a serigrafia artística; pesquisa de processos manuais e do material corante específico para cada material têxtil; desenvolvimento de ideias para estamparias exclusivas.

Serigrafia III / Trabalho de Conclusão de Curso: Apresentação da técnica de serigrafia e seus aspectos conceituais, históricos e expressivos; processos de gravação de matriz; a serigrafia na Pop Art e os principais artistas; projeto de pesquisa criativo para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); produção e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); referencial teórico de todo o curso.

Componentes Curriculares Optativas

Braille I: Leitura e escrita dos principais conteúdos de Braille básico: alfabeto, acentuação, numerais e pontuação. Símbolos auxiliares da escrita: travessão, parênteses, colchetes, aspas, grifo, negrito, sublinhado, apóstrofo, asterisco, barras, & (e comercial), parágrafos, reticências, grau e arroba (revisão). Sinais matemáticos: valor monetário, ordinais, números romanos, representação de decimais, fração. Leitura e escrita de textos em Braille. Escrita de recados, cartas e cartazes.

Braille II: Leitura e escrita dos principais conteúdos de Braille intermediário. Sinais matemáticos: valor monetário, ordinais, números romanos, representação de decimais,

fração (revisão). Citação direta e Citação indireta. Leitura e escrita de diversos gêneros textuais com fluência.

Informática aplicada à deficiência visual: Introdução a recursos informáticos do sistema operacional

Windows voltados à pessoa com deficiência visual: recursos de acessibilidade do sistema Windows (Central de Facilidade de Acesso: narrador, lupa e contraste); visão geral do sistema computacional Dosvox; leitor de telas NVDA; edição de textos e navegação na internet utilizando o Dosvox e o NVDA; magnificadores de tela; conversão de texto em voz; netiqueta (conjunto de recomendações para uso da internet).

Aplicativos para Sistema Android: Introdução a recursos de dispositivos móveis com sistema Android voltados à pessoa com deficiência visual: Introdução ao Talkback (Suite de Acessibilidade da Android); configuração do smartphone; aplicativos com uso da câmera; aplicativos de conversão de voz em texto e de texto em voz.

2) Curso Técnico em Artesanato integrado à educação de jovens e adultos – Proeja

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), instituído pela Portaria MEC nº 870, de 16 de junho de 2008, o eixo tecnológico de Produção Cultural e Design abrange desde as tecnologias relacionadas a representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, articuladas às diferentes propostas comunicativas aplicadas, até a criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento aplicadas em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e projetos de produtos industriais.

A organização curricular dos cursos contempla ainda os conhecimentos relacionados à:

2. Leitura e produção de textos técnicos;
3. Raciocínio lógico e estético; ciência e tecnologia; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing;
4. Tecnologias de comunicação e informação;
5. Desenvolvimento interpessoal;
6. Legislação e políticas públicas;
7. Normas técnicas; saúde e segurança no trabalho;

8. Gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental;

9. Qualidade de vida;

10. Ética profissional.

Para tanto, o Curso Técnico de Artesanato Integrado à Educação de Jovens e Adultos com habilitações em Artesão Ceramista, Artesão Escultor e Artesão em Serigrafia abará as conexões inacabadas com o outro e consigo mesmo, seja no campo do respeito e do reconhecimento, tanto quanto no campo das diferenças. Passando, pois, por um processo de produção artística relacionada sobremaneira à percepção corpórea para que as criações – no fazer, no contextualizar ou no fruir – sejam significativas. Afinal, estamos corporalmente inseridos no mundo, ou seja, nossas relações com o outro, com a cultura, com a arte e com a natureza são mediadas primordialmente pelo corpo (MERLEAU-PONTY, 2006).

Uma vez que os educandos deste curso trazem consigo singularidades específicas, para além das questões da deficiência visual, tais como a etnia, a história de vida, a ética, a percepção estética, a visão de cultura e arte, entre outros. Assim, a experiência estética no decorrer de sua formação politécnica envolverá uma relação orgânica simultânea entre o fazer artístico, a reflexão e a fruição. Elementos que abrangem sobremaneira à percepção corpórea relacionada às subjetividades, às vivências cotidianas e aos conhecimentos profissionais.

OBJETIVO

Habilitar e contribuir para a formação politécnica da pessoa com deficiência visual, na modalidade Curso Técnico de Artesanato Integrado à Educação de Jovens e Adultos, com competência técnica e artística, bem como com ética e responsabilidade social, considerando as seguintes habilitações: Artesão Ceramista, Artesão Escultor e Artesão em Serigrafia.

Perfil do Egresso

O perfil do egresso do Curso Técnico de Artesanato Integrado à Educação de Jovens e Adultos com habilitações em Artesão Ceramista, Artesão Escultor e Artesão em Serigrafia deverá atuar com soluções criativas a partir dos princípios do design de experiências a fim de promover vivências significativas em seu exercício profissional.

COMPONENTE CURRICULAR

Língua Portuguesa e Literaturas: Morfossintaxe e semântica; leitura e produção textual; texto e textualidade; gêneros textuais; Literatura Portuguesa; Literatura Brasileira; Literatura Africana de Língua Portuguesa; Literatura Popular.

Inglês: Leitura e interpretação de textos de gêneros diversos com aplicação de diferentes estratégias de leitura; Estudo da estrutura básica da Língua Inglesa baseado na prática oral, escrita, auditiva e de leitura com ênfase na praticidade da língua no cotidiano; Estudo gramatical e morfossintático e compreensão de aspectos linguísticos e desenvolvimento de vocabulário incluindo o específico da área de artes e artesanato; Produção de textos (orais) em Língua Inglesa relevantes para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento da competência comunicativa de modo geral. Temas transversais

Artes: Apresentação da arte e suas linguagens; arte e seus diferentes significados e funções, em culturas e épocas diversas; reflexões sobre a arte no cotidiano; reflexão sobre a cultura nacional como fruto da diversidade cultural, baseada na relação e trocas entre culturas ancestrais; problematização de questões de domínio cultural, estereótipos e manutenção de identidades; apresentação de diferentes padrões de representação do corpo na história da arte e suas relações com os valores sociais e culturais de cada sociedade em seu tempo; análise e contextualização sobre as relações do corpo com a arte, como veículo de comunicação, expressão e contestação; contextualização da arte e sua relação com os conflitos humanos de naturezas diversas; manifestações artísticas que representam e interpretam conflitos.

Educação Física: Introdução à Educação Física, história, importância e contextualização. Introdução à Educação Física Adaptada e Atividades Físicas Adaptadas. Conhecimentos sobre atividades lúdicas, rítmicas e de lazer, expressões corporais, jogos e esportes; padrões de marcha e passada, corridas. Conhecimentos básicos sobre anatomia e fisiologia humana e fisiologia do exercício. Fundamentos de atividades aquáticas voltadas ao lazer e à promoção da saúde. Vivências de orientação e mobilidade voltada às práticas físicas e melhoria da autonomia. Temas transversais.

Matemática: Classificação dos conjuntos numéricos; Adição, subtração, multiplicação e divisão de números inteiros, fracionários e decimais; Resolução de equações do primeiro grau; Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Plano cartesiano e o sistema de coordenadas; Resolução de equações do segundo grau; Introdução ao conceito de função; Funções polinomiais de 1º e 2º grau; Potenciação e radiciação de números reais; Funções exponenciais; conceito e propriedade dos logaritmos; Funções logarítmicas; Instrumentos para desenho (Régua, lápis, compasso, transferidor e esquadro) e o manuseio destes; Conceitos geométricos (ponto, reta e plano); Semirreta e segmento de reta; Posições relativas de duas retas (concorrentes: perpendiculares ou inclinadas, paralelas, colineares); Ângulos: conceituação, tipos de ângulos, construção de ângulos com transferidor; Bissetriz de um ângulo; Construção de ângulos com compasso (30º, 45º, 60º, 90º); Mediatriz de um segmento; Ponto médio de um segmento; Simetria axial e central; Sequências numéricas; Progressão Aritmética; Progressão Geométrica; Matemática financeira – porcentagem, acréscimos e descontos, juros simples e compostos; Princípios de análise combinatória – Princípio fundamental da contagem, fatorial de um número, arranjos, permutações e combinações; Probabilidade simples; Noções de estatística; Polígonos, polígonos regulares; Número de diagonais; Triângulos, classificação, condição de existência; Cevianas; Circunferências, posições relativas entre (ponto e circunferência, reta e circunferência, duas circunferências); Ângulos inscritos em uma circunferência; Tangência. Estudo e classificação dos triângulos quanto ao número de lados e ângulos; Condições de existência de triângulos; soma dos ângulos internos de um triângulo; Estudo e classificação dos quadriláteros; Polígonos regulares; Congruência de triângulos; Feixe de retas paralelas cortadas por uma transversal; Teorema de Tales; Semelhança de figuras planas; Semelhança de triângulos; Relações métricas no triângulo retângulo; Teorema de Pitágoras; Trigonometria no triângulo retângulo; Geometria analítica: distância entre dois pontos, ponto médio de um segmento

de reta; Circunferência e círculo; Áreas de figuras planas; Prismas e Pirâmides – Relações entre seus elementos: Vértices, Faces e Arestas, Volumes; Corpos redondos.

Biologia: O que é Biologia. Características dos seres vivos. Organização celular, funções dos componentes celulares e tipos de divisão celular. Diversidade biológica (classificação e grupos de seres vivos). Diversidade de vegetais e animais. Noções gerais de Anatomia e Fisiologia Humana. Fundamentos básicos de Genética e Evolução. Ecologia (fundamentos, ecossistemas, impactos ambientais). Temas transversais: Biotecnologia, ética na ciência, alimentação e saúde, compreensão da diferença de gênero e respeito à diferença. Biologia integrada/aplicada a pesquisa e formação profissional.

Física: Estudo dos movimentos e das suas interações. Grandezas vetoriais. As Leis de Newton. Quantidade de movimento. Impulso. Trabalho e energia mecânica. Centro de massa e condições de equilíbrio estático. Movimento circular. Gravitação universal. Calor, temperatura, trocas de calor e aparelhos térmicos. Luz e cor. O som e suas características. Ondas eletromagnéticas. Eletricidade e magnetismo. Conceitos básicos de geradores e motores elétricos. Elementos básicos de circuitos elétricos.

Química: Estrutura atômica. Classificação periódica. Materiais e suas propriedades. Interações atômicas e moleculares. Funções inorgânicas. Reações químicas inorgânicas. Conceitos básicos de Química Orgânica. Cálculos químicos. Introdução ao estudo de Soluções, Termoquímica e Eletroquímica. A importância da composição de produtos do cotidiano e os impactos ambientais, econômicos e sociais observados no descarte de diversos materiais.

História: O Imperialismo; A Primeira Guerra Mundial. O fim da Primeira Guerra e a reabilitação da pessoa com deficiência. A Revolução Russa e a formação da URSS. A Primeira República e o Modernismo no Brasil. O Nazi-Fascismo e a Segunda Guerra Mundial. A Era Vargas. A Guerra Fria. Os movimentos de libertação na Ásia e na África. Experiências socialistas no mundo: China, Vietnã e Chile. A República Democrática (1945-64). Do Pós-64 à Abertura. A Nova Ordem Mundial.

Geografia: Introdução a Geografia. Histórico da Geografia como ciência: paisagem, território, escala geográfica, representações cartográficas, espaço geográfico, configuração espacial; Análise espacial: histórica, econômica, cultural das diferentes sociedades nas diferentes escalas geográficas: local, regional, nacional e mundial. Geografia integrada/aplicada a formação profissional. Temas transversais. Pesquisa, ensino e extensão.

Filosofia: Introdução à Filosofia: o que é Filosofia? Origem da Filosofia. A passagem do pensamento mítico para o filosófico. Principais períodos da História da Filosofia. Leitura, análise e interpretação de textos filosóficos. A Filosofia como instrumento de reflexão e ação: regimes e sistemas políticos. Democracia e cidadania. A consciência moral: O que é moral? Valores morais. Responsabilidade moral. Liberdade e determinismo. Moral e ética. Moral e história. O conhecimento filosófico e científico: o que é o conhecimento?

Conhecimento filosófico x conhecimento científico. Ciência e tecnologia. Arte como conhecimento. Filosofia: interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Filosofia integrada/aplicada à formação profissional. Temas transversais.

Sociologia: Introdução à Sociologia: O que é Sociologia. Conceitos de Sociedade; o indivíduo, sua história; o processo de socialização; as relações entre os indivíduos e a sociedade; o trabalho nas diferentes sociedades; Da manufatura à industrialização; o trabalho na sociedade moderna; a questão do trabalho no Brasil; a

estrutura e estratificação social; a sociedade capitalista e as classes sociais; as desigualdades sociais no Brasil.

Sociologia integrada/aplicada a formação profissional. Temas transversais.

História e Teorias Estéticas da Arte: Análises e reflexões dos movimentos artísticos desde a arte ancestral até a modernidade. Estudos sobre a estética: sua natureza e seus objetos; conceitos estéticos ao longo do tempo; concepções sobre poética e significados da arte; definições sobre a obra de arte, sua produção e recepção

Pintura e Teoria da Cor: Técnicas básicas de pinturas e texturas; preparação de superfícies e suportes; tipos de tintas; combinação e harmonia cromáticas; aspectos históricos e fisiológicos das cores; produção prática criativa utilizando texturas associadas às cores; noções de teoria da cor e sua aplicabilidade em objetos de design, decoração e na estamperia; composição plástica utilizando cores com texturas perceptíveis aos sentidos remanescentes da pessoa com deficiência visual; pesquisa e experimentação de materiais e estudo das possibilidades de aplicação de texturas associadas às cores em diferentes tipos de suportes.

Artesanato, Materiais e Tecnologia: Noções sobre acessibilidade estética; conceitos sobre as interseções entre arte, técnica e tecnologias; diferentes plataformas de narrativas digitais; mecanismos de recepção e interação da arte na Internet.

Desenho Artístico: Estudo introdutório dos métodos e técnicas empregadas na linguagem do desenho, como método construtivo para concretizar ideias; estudos de composição com linhas, releituras e interpretação de formas; técnicas e procedimentos da criação com a linguagem do desenho; desenho com observação háptica e representação expressiva.

Artesanato e Territorialidade: Intersecções entre o local e o global; diálogos entre o artesanato e o design; diferenças entre produtos manufaturados e produtos industriais.

Noções de Segurança do trabalho: Noções sobre regras de segurança do trabalho.

Criação da Forma Estudos sobre teoria da percepção da forma; leis de composição e proporções harmônicas; Gestalt.

Identidade, Cultura e memória: Pós-Colonialismo; cultura erudita, popular e de massas; artista etnográfico; memória e patrimônio; memória e etnicidade; memória e narrativas.

Laboratório de Criação I: Projetos experimentais a partir das técnicas apreendidas; estudos de pesquisa autônoma; pesquisa de procedimentos alternativos; pesquisas e processos de artesãos consagrados e ou anônimos; pesquisas de materiais e possibilidades plásticas.

Laboratório de Criação II: Projetos experimentais com orientação do docente; desenvolvimento de pesquisa estilística.

Artesanato e Sustentabilidade: Economia criativa e sustentável; estudos sobre o contexto cultural e econômico dos produtos artesanais e de design; formação de público consumidor consciente da questão da sustentabilidade e da economia solidária; práticas operacionais na comercialização de produtos artesanais.

Pós-Produção: Estudos sobre as leis de: propriedade intelectual, produção de projetos, editais, políticas culturais e instituições de fomento; projetos e montagens de exposições; espaços de exposição; apresentação de trabalhos; tratamento para apresentação; mediação em espaços de recepção; técnicas de apresentação de projeto e portfólio.

Modelagem e Design Estudos e procedimentos para confecção de moldes em diversos materiais; estudos de ornatos; processos de confecção de cama; modelagem com formas realistas, estilizadas, simplificadas e abstratas; desenvolvimento de projetos de elementos escultóricos para composições de interiores e fachadas contemporâneas, com design.

Cerâmica I: Introdução às técnicas e aos processos de execução e queima de peças em cerâmica; estudos sobre a plasticidade da matéria, sua história e técnicas; estudos sobre a decoração e usos de engobes e esmaltes em cerâmica; intersecções entre as técnicas artesanais em cerâmica e o universo da arte; ferramentas de uso e procedimentos de segurança.

Cerâmica II/ Noções de Conservação e Restauração de Peças Cerâmicas I: Criação da forma em cerâmica e sua relação com o espaço; relevos e relações espaciais; estudos de acuidade tátil e a percepção das qualidades de espaço; diversas espessuras e qualidades de material; ferramentas de uso; procedimentos de segurança; noções sobre problemas no armazenamento e conservação; danos causados por fatores naturais e ou artificiais; componentes físicos e químicos dos materiais para manutenção; diferentes tipos de degradação e sujidades; cuidados com a luminosidade; estudos sobre restauração e linhas de trabalho.

Cerâmica III/ Trabalho de Conclusão de Curso: Estudos expressivos da queima; processos de aprendizagem com torno elétrico; desenvolver projeto de pesquisa criativo para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); produção e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); referencial teórico de todo o curso.

Modelagem e Design Escultura: Estudos e procedimentos para confecção de moldes em diversos materiais; estudos de ornatos; processos de confecção de cama; modelagem com formas realistas, estilizadas, simplificadas e abstratas; desenvolvimento de projetos de elementos escultóricos para composições de interiores e fachadas contemporâneas, com design.

Escultura I: Introdução à linguagem da escultura; formas volumétricas; construção através da articulação de planos, superfícies côncavas e convexas, tratamentos de superfícies com texturas; conceitos dos elementos plásticos (argila, plastilina, cerâmica fria, clay); uso de armação, cruzetas e estilização.

Escultura II/ Noções de Conservação e Restauração de Peças Escultóricas: Composição aplicada à forma

tridimensional; técnicas de vazar a gesso: forma perdida, restauração; objetos tridimensionais em papel, papelão, cimento; criação da forma em vultos: sólidos geométricos, objetos de design; estudos sobre a plasticidade da matéria, sua história e técnica; ferramentas de uso; procedimentos de segurança; noções sobre problemas no armazenamento e conservação; danos causados por fatores naturais e ou artificiais; componentes físicos e químicos dos materiais para manutenção; diferentes tipos de degradação e sujidades; cuidados com a luminosidade; estudos sobre restauração e linhas de trabalho.

Escultura III/ Trabalho de Conclusão de Curso: Desenvolver projeto de pesquisa criativo para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); produção e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); referencial teórico de todo o curso.

Artesanato e Design Serigrafia: Introdução sobre a história do artesanato; apresentação do Movimento Arts and Crafts; estudos sobre a Escola de Bauhaus; convergências e divergências entre artesanato e design; percepção estética de objetos produzidos manualmente e industrializados a partir do contato com essas produções em lojas e mostras de decoração e design e feiras de artesanato.

Serigrafia I: Introdução às técnicas da impressão manual no contexto da história da arte; teoria e prática sobre processos de impressão manual (xilografia, tipografia manual, stêncil e carimbo); matriz com material alternativo.

Serigrafia II: Noções da história da estamperia em tecido; introdução aos materiais têxteis; construção e criação autoral de estampas; criação de matrizes para estamperia com matriz pronta e de criação própria; teorias da composição plástica aplicada à estamperia; técnicas

de estamparia e tingimento artesanal; estudos das técnicas do batik, tie-dye e a serigrafia artística; pesquisa de processos manuais e do material corante específico para cada material têxtil; desenvolvimento de ideias para estamparias exclusivas.

Serigrafia III / Trabalho de Conclusão de Curso: Apresentação da técnica de serigrafia e seus aspectos conceituais, históricos e expressivos; processos de gravação de matriz; a serigrafia na Pop Art e os principais artistas; projeto de pesquisa criativo para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); produção e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); referencial teórico de todo o curso.

18.2. Componentes Curriculares Optativas

Braille I: Leitura e escrita dos principais conteúdos de Braille básico: alfabeto, acentuação, numerais e pontuação. Símbolos auxiliares da escrita: travessão, parênteses, colchetes, aspas, grifo, negrito, sublinhado, apóstrofo, asterisco, barras, & (e comercial), parágrafos, reticências, grau e arroba (revisão). Sinais matemáticos: valor monetário, ordinais, números romanos, representação de decimais, fração. Leitura e escrita de textos em Braille. Escrita de recados, cartas e cartazes.

Braille II: Leitura e escrita dos principais conteúdos de Braille intermediário. Sinais matemáticos: valor monetário, ordinais, números romanos, representação de decimais, fração (revisão). Citação direta e Citação indireta. Leitura e escrita de diversos gêneros textuais com fluência.

Informática aplicada à deficiência visual: Introdução a recursos informáticos do sistema operacional

Windows voltados à pessoa com deficiência visual: recursos de acessibilidade do sistema Windows (Central de Facilidade de Acesso: narrador, lupa e contraste); visão geral do sistema computacional Dosvox; leitor de telas NVDA; edição de textos e navegação na internet utilizando o Dosvox e o NVDA; magnificadores de tela; conversão de texto em voz; netiqueta (conjunto de recomendações para uso da internet).

Aplicativos para Sistema Android: Introdução a recursos de dispositivos móveis com sistema Android voltados à pessoa com deficiência visual: Introdução ao Talkback (Suite de Acessibilidade da Android); configuração do smartphone; aplicativos com uso da câmera; aplicativos de conversão de voz em texto e de texto em voz.

3) Curso de Instrumento Musical

A partir do pressuposto da indissociabilidade entre Educação e Trabalho, a Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio procura articular os conteúdos da educação básica, ou seja, o aprofundamento dos conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, com o conhecimento técnico, de modo que os alunos desenvolvam as competências e as habilidades que os levem compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do próprio mundo do trabalho, para nele inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável. Para tanto, o trabalho está sendo entendido como princípio educativo, com um percurso formativo em que a dimensão intelectual é incorporada à produção.

Nesse sentido, o Curso Técnico de Instrumento Musical integrado ao Ensino Médio do Instituto Benjamin Constant tem como princípio norteador superar a dicotomia conhecimento acadêmico versus conhecimento técnico, em prol da formação integral dos sujeitos com deficiência visual, capacitando-os para atuarem de forma ética e competente, técnica e politicamente na transformação da sociedade, em função dos interesses sociais e coletivos. Para tanto, valer-se-á de modo mais contundente da articulação entre os aspectos práticos e os teóricos que constituem a base curricular, de modo a otimizar o aprendizado dos alunos.

Além disso, o Curso segue ainda os princípios educacionais enunciados na Base Nacional Comum Curricular (Lei nº 13.415/17): igualdade, diversidade e equidade, de modo a oferecer as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver, considerando suas necessidades diversas e atendendo possíveis singularidades com práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei nº 13.146/15.

Considerando o panorama cultural nacional e, principalmente, as práticas regionais e a tradicional vocação cultural e artística da Cidade do Rio de Janeiro, o Curso Técnico de Instrumento Musical – em todas as suas habilitações – foi concebido buscando valorizar primordialmente a música brasileira, sem desconsiderar, no entanto, as influências da música estrangeira.

Além disso, o curso atualiza a memória do ensino de música no Instituto Benjamin Constant, que sempre se destacou em colocar profissionais deste ramo em atuação na sociedade.

Objetivo:

Habilitar e contribuir na formação de profissionais técnicos de nível médio, na modalidade integrada ao Ensino Médio, com competência técnica e artística, bem como com ética e responsabilidade social, considerando as seguintes habilitações: violão, guitarra e piano.

Perfil do Egresso

Na perspectiva de uma educação integral articulada que contemple a dimensão omnilateral do educando há de se considerar as competências específicas para a formação geral expressas na Matriz de Referência para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a saber:

I - Dominar linguagens: dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.

II - Compreender fenômenos: construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

III - Enfrentar situações-problema: selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representadas de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

IV - Construir argumentação: relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

V - Elaborar propostas: recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Assim sendo, o egresso do Curso Técnico em Instrumento Musical integrado ao Ensino Médio deverá ser profissional com sólida formação musical, humanística e tecnológica, capaz de analisar criticamente o contexto social em que vive e reconhecer-se como agente de transformação de seu processo histórico, pautando-se em princípios éticos e valores artístico-culturais para o

36

exercício pleno da cidadania. Ao término do curso, o aluno obterá a habilitação instrumental de acordo com a linha de formação escolhida, violão, guitarra elétrica ou piano, e terá competência para:

Desenvolver atividades de performance instrumental;

Selecionar e utilizar esteticamente diferentes fontes e materiais em composições musicais;

Ler e escrever música, utilizando recursos de acessibilidade para a deficiência visual;

Executar trechos e peças musicais lançando mão de recursos de memória;

Utilizar a improvisação como técnica de interpretação e de composição;

Compreender os fundamentos dos processos de criação, produção e difusão da música;

Integrar os saberes da formação geral com as habilidades e conhecimentos específicos da área de música, de modo indissociável em suas possibilidades criativas;

Utilizar a música como ferramenta de trabalho em nível de performance, em diferentes contextos culturais, como bandas, conjuntos de música, estúdios de gravação, espaços diversos de lazer e de interação social.

COMPONENTES CURRICULARES

O Ensino Médio é a base de sustentação da Educação Profissional, indispensável em termos de formação integral do cidadão trabalhador para a vida. Sendo assim, as componentes da Matriz Curricular do Curso Técnico em Instrumento Musical articulam-se de modo a atender as finalidades do próprio Ensino Médio, estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei nº 9.394/96), em seu Art. 35:

I – A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O Curso Técnico de Instrumento Musical integrado ao Ensino Médio possui as seguintes componentes de Formação Técnica e Profissional:

Componentes Curriculares Obrigatórias

Português: Morfossintaxe e semântica; leitura e produção textual; texto e textualidade; gêneros textuais; Literatura Portuguesa; Literatura Brasileira; Literatura Africana de Língua Portuguesa; Literatura Popular.

Inglês: Leitura e interpretação de textos de gêneros diversos com aplicação de diferentes estratégias de leitura; Estudo da estrutura básica da Língua Inglesa baseado na prática oral, escrita, auditiva e de leitura com ênfase na praticidade da língua no cotidiano; Estudo gramatical e morfossintático e compreensão de aspectos linguísticos e desenvolvimento de vocabulário incluindo o específico da área; Produção de textos (orais) em Língua Inglesa relevantes para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento da competência comunicativa de modo geral. Temas transversais.

Artes: Apresentação da arte e suas linguagens; arte e seus diferentes significados e funções, em culturas e épocas diversas; reflexões sobre a arte no cotidiano; reflexão sobre a cultura

nacional como fruto da diversidade cultural, baseada na relação e trocas entre culturas ancestrais; problematização de questões de domínio cultural, estereótipos e manutenção de identidades; apresentação de diferentes padrões de representação do corpo na história da arte e suas relações com os valores sociais e culturais de cada sociedade em seu tempo; análise e contextualização sobre as relações do corpo com a arte, como veículo de comunicação, expressão e contestação; contextualização da arte e sua relação com os conflitos humanos de naturezas diversas; manifestações artísticas que representam e interpretam conflitos.

Educação Física: Ampliação do repertório motor nos Esportes Adaptados, Esportes e atividades físicas adaptadas. Introdução ao desenvolvimento de programas de atividades físicas. Conhecimentos de atividades físicas e lazer em espaço público e aberto, academias nas praças, natação no mar e práticas de caminhada em trilhas e pisos irregulares, voltados a Orientação e Mobilidade, lazer seguro e à qualidade de vida. Conhecimentos sobre linguagens corporais e desenvolvimento de programa de atividades físicas para a melhoria da postura e atividades físicas compensatórias aos padrões corporais laborais. Conhecimentos sobre lesões por esforço repetitivo, primeiros socorros e nutrição. Vivências de orientação e mobilidade voltada às práticas físicas e melhoria da autonomia. Temas transversais. Desenvolvimento do Programa de Atividades Físicas Adaptadas. Fundamentos de Higiene e Saúde. Iniciação Científica.

Matemática: Classificação dos conjuntos numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais; Adição, subtração, multiplicação e divisão de números inteiros, fracionários e decimais; Resolução de equações do primeiro grau; Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta; Plano cartesiano e o sistema de coordenadas; Transformações isométricas (reflexão, translação e rotação) e homotéticas; Resolução de equações do segundo grau; Introdução ao conceito de função; Funções polinomiais de 1º e 2º grau; Figuras planas e espaciais; Ângulos; Bissetriz de um ângulo; Estudo e classificação dos triângulos quanto ao número de lados e ângulos; ângulos em um triângulo; Mediatrix de um segmento; Estudo e classificação dos quadriláteros; Polígonos regulares, áreas e perímetros de quadriláteros. Potenciação e radiciação de números reais; Funções exponenciais; Conceito e propriedade dos logaritmos; Funções logarítmicas; matemática financeira – porcentagem, acréscimos e descontos, juros simples e compostos; Sequências numéricas; Progressão Aritmética; Progressão Geométrica; Congruência de triângulos; Feixe de retas paralelas cortadas por uma transversal; Teorema de Tales; Semelhança de figuras planas; Semelhança de triângulos. Princípios de análise combinatória

– Princípio fundamental da contagem, fatorial de um número, arranjos, permutações e combinações; Probabilidade simples; Noções de estatística; Relações métricas no triângulo retângulo; Teorema de Pitágoras; Trigonometria no triângulo retângulo; Geometria analítica: distância entre dois pontos, ponto médio de um segmento de reta, Medidas de comprimento, área, volume, massa e capacidade; Circunferência e círculo; Áreas de figuras planas; Prismas e Pirâmides – Relações entre seus elementos: Vértices, Faces e Arestas, Volumes; Corpos redondos.

Biologia: O que é Biologia. Características dos seres vivos. Constituintes da matéria viva: água e biomoléculas. Organização celular (Membrana, citoplasma, organelas, núcleo). Tipos de divisão celular. Metabolismo energético. Principais grupos de tecidos celulares. Temas transversais: Prevenção de doenças de acordo com os meios de transmissão, ética na ciência, compreensão da diferença de gênero e respeito à diferença. Classificação dos seres vivos. Diversidade biológica: Características gerais de vírus, seres procarióticos, protoctistas, fungos, animais e vegetais. Anatomia e Fisiologia Humana: alimentação e saúde, sistema digestório, sistema circulatório, sistema respiratório com ênfase na fisiologia da voz, sistema urinário, sistema reprodutor, sistema locomotor, sistema nervoso com ênfase na formação dos sentidos e a importância da audição na música, sistema endócrino. O que são genes. Genótipo e Fenótipo. Mecanismos de transmissão genética. Biotecnologia. Teorias da Evolução. Ecologia: fundamentos, cadeias e teias alimentares, fluxo de energia, ecossistemas, sucessão ecológica, biomas, impactos ambientais e práticas ecologicamente corretas (energias alternativas, reciclagem, compostagem, coleta seletiva). Biologia integrada/aplicada a pesquisa e formação profissional.

Física: Estudo dos movimentos e das suas interações. Grandezas vetoriais. As Leis de Newton. Quantidade de movimento. Impulso. Trabalho e energia mecânica. Centro de massa e condições de equilíbrio estático. Movimento circular. Gravitação universal. Calor, temperatura, trocas de calor e aparelhos térmicos. Luz e cor. O som e suas características. Ondas eletromagnéticas. Eletricidade e magnetismo. Conceitos básicos de geradores e motores elétricos. Elementos básicos de circuitos elétricos.

Química: Transformação química na natureza e no sistema produtivo. Propriedades das substâncias. Modelos sobre a constituição da matéria. Análise de gráficos. Classificação periódica. Materiais e suas propriedades. Interações atômicas e moleculares. Ligas metálicas. Funções inorgânicas e pH. Reações químicas inorgânicas. Cálculos químicos. Conceitos básicos de Química Orgânica. Introdução ao estudo da termoquímica, cinética química e eletroquímica. A importância da composição de produtos do cotidiano e os impactos ambientais, econômicos e sociais observados no descarte de diversos materiais. Química integrada/aplicada a pesquisa e formação profissional.

História: Quais os sentidos da História; O tempo em suas diferentes possibilidades; As fontes da História. Do mundo medieval para a Idade Moderna: os fatores que contribuíram para a transição da Idade Média para a Idade Moderna (A crise do século XIV); A formação dos Estados Nacionais Modernos. O Absolutismo. O Renascimento. A Revolução Científica. O humanismo. O mercantilismo. A Reforma e a Contrarreforma. As Grandes Navegações. Os astecas, os maias e os incas. Os povos indígenas brasileiros. Os povos nativos da América. A África antes dos europeus: O Império do Mali e o Reino do Congo. A colonização espanhola na América. A colonização portuguesa no Brasil. O deficiente visual no Brasil Colonial. Economia e sociedade colonial açucareira. A Revolução Industrial. O Iluminismo. A formação dos Estados Unidos. O processo de Independência das Treze Colônias. A criação da Institution des Enfants Aveugles na França (1786). A Revolução Francesa. O Romantismo e a ascensão burguesa na Europa. A Era Napoleônica. A invenção do Sistema Braille. A reconstrução da Europa Pós-Napoleônica. A crise do

sistema colonial: o Haiti e a América Espanhola. A Conjuração Mineira. A Conjuração Baiana. A Família Real no Brasil. As lutas pela independência. O Primeiro Reinado. O Período Regencial. O Segundo Reinado. A abolição da escravatura e imigração europeia para o Brasil. O deficiente visual no Império e a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Os Estados Unidos da América no século XIX: a expansão para o Oeste e a guerra civil. As revoluções na Europa no século XIX. O Imperialismo; A Primeira Guerra Mundial. O fim da Primeira Guerra e a reabilitação da pessoa com deficiência. A Revolução Russa e a formação da URSS. A Primeira República e o Modernismo no Brasil. O Nazi-Fascismo e a Segunda Guerra Mundial. A Era Vargas. A Guerra Fria. O Jovem e a História Social do Rock. Os movimentos de libertação na Ásia e na África. Experiências socialistas no mundo: China, Vietnã e Chile. A República Democrática (1945-64). Do Pós-64 à Abertura. A Nova Ordem Mundial.

Geografia: Introdução a Geografia. Histórico da Geografia como ciência: paisagem, território, escala geográfica, representações cartográficas, espaço geográfico, configuração espacial; Análise espacial: histórica, econômica, cultural das diferentes sociedades nas diferentes escalas geográficas: local, regional, nacional e mundial. Geografia integrada/aplicada a formação profissional. Temas transversais. Pesquisa, ensino e extensão.

Filosofia: Introdução à Filosofia: o que é Filosofia? Origem da Filosofia. A passagem do pensamento mítico para o filosófico. Principais períodos da História da Filosofia. Leitura, análise e interpretação de textos filosóficos. A Filosofia como instrumento de reflexão e ação: regimes e sistemas políticos. Democracia e cidadania. A consciência moral: O que é moral? Valores morais. Responsabilidade moral. Liberdade e determinismo. Moral e ética. Moral e história. O conhecimento filosófico e científico: o que é o conhecimento? Conhecimento filosófico x conhecimento científico. Ciência e tecnologia. Arte como conhecimento. Filosofia: interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Filosofia integrada/aplicada à formação profissional. Temas transversais.

Sociologia: Introdução à Sociologia: O que é Sociologia. Conceitos de Sociedade; o indivíduo, sua história; o processo de socialização; as relações entre os indivíduos e a sociedade; o trabalho nas diferentes sociedades; Da manufatura à industrialização; o trabalho na sociedade moderna; a questão do trabalho no Brasil; a estrutura e estratificação social; a sociedade capitalista e as classes sociais; as desigualdades sociais no Brasil. Sociologia integrada/aplicada a formação profissional. Temas transversais.

História da Música: Música na antiguidade, evolução da história da música nos períodos: idade média, renascença, barroco, classicismo, romantismo, modernismo e música contemporânea, a história da música no Brasil, gêneros populares de música brasileira.

Harmonia Funcional I: Escalas diatônicas: maior e menor, escalas menores: harmônica e melódica, formação de acordes: maior, menor, maior com sétima, menor com sétima, maior com sétima maior, menor com sétima menor, diminuto, meio diminuto e aumentado, cifragem, campo harmônico, relativos e homônimo e funções harmônicas.

Harmonia Funcional II: Dominantes secundários, complementos dos acordes, reharmonização, ritmo harmônico.

Percepção I: Parâmetros do som; regras básicas de Musicografia Braille e da tradicional com material ampliado para a baixa visão; leitura e escrita musical nas claves de sol e de fá; fórmula de compasso simples e composto; divisão e subdivisão do tempo; quiálicas; ditado rítmico.

Percepção II: Intervalos (harmônicos e melódicos, simples e compostos); armaduras de clave; tonalidades maiores, menores, homônimas, relativas e enarmônicas, ditado melódico com até 4 alturas diferentes.

Percepção III: Escalas maiores e menores natural, harmônica e melódica; acordes maiores, menores, diminutos, aumentados e suas inversões; cifras; funções harmônicas sobre I, IV e V graus; revisão do conteúdo trabalhado nas disciplinas de Percepção I e II.

Prática de conjunto I: Execução de repertório nacional e estrangeiro de música popular, folclórica ou erudita; acompanhamento de cantores; postura no palco; utilização de equipamento de sonorização.

Prática de Conjunto II: Criação de arranjos; execução de repertório nacional e estrangeiro de música popular, folclórica ou erudita; acompanhamento de cantores; postura no palco; utilização de equipamento de sonorização.

Prática de Conjunto III: Criação de arranjos; criação de composições; execução de repertório nacional e estrangeiro de música popular, folclórica ou erudita; improvisação instrumental; acompanhamento de cantores; postura no palco; utilização de equipamento de sonorização.

Canto Coral I: Conhecimentos básicos sobre conservação da voz, postura corporal para a prática do canto postura e técnicas de produção sonora, reconhecimento de tessituras (graves, agudos e vozes intermediárias) com suas respectivas extensões, exercícios respiratórios.

Canto Coral II: Técnicas de produção sonora, reconhecimento de tessituras (graves, agudos e vozes intermediárias), com suas respectivas extensões, repertório com divisão de vozes, exercícios respiratórios.

Música e Tecnologia: Estudo de tecnologias para: gravação, edição, mixagem e processamento de sons; edição de partituras; divulgação digital de trabalhos relacionados à área da música.

Gestão de Carreira: Arte e negócios; conceitos corporativos; artistas de referência, posicionamento, estrutura de empresa, canvas business model, Fontes de renda: shows, direitos autorais e gravadoras; patrocínio; finanças; redes sociais.

Corpo, Movimento e Expressão: Corpo e subjetividade. o corpo como lugar de segurança; como modo ser no mundo; respiração, voz e movimento; autopercepção, imaginação e expressão; os personagens constituintes da subjetividade; a percepção espacial; O espaço preenchido; o movimento como uma experiência compartilhada; o que move? O corpo; aonde se move? O espaço; com quem se move? Relacionamentos; como se move? Dinâmicas. O corpo que se apresenta ao mundo. Presentificação. As dinâmicas do movimento; a escolha da expressão em função do contexto. A interação com o público; a plateia que me vê. Avaliação contínua da situação interativa; O acolhimento do outro. Improvisação do repertório interativo.

Instrumento Musical:

Habilitação Violão:

Violão I: Acompanhamento de cantores; desenvolvimento da técnica para a performance no violão, envolvendo o estudo sobre aspectos do controle motor, da memória, da percepção, da análise, da interpretação, e de contextos de atuação violonístico de músicos.

Violão II: Desenvolvimento da técnica e da expressão para a performance no violão, envolvendo o estudo sobre aspectos do controle motor, da memória, da percepção, da análise, da interpretação, da improvisação, e de contextos de atuação violonístico de músicos.

Violão III: Desenvolvimento da técnica e da expressão para a performance no violão, envolvendo o estudo sobre aspectos do controle motor, da memória, da percepção, da análise, da interpretação, da improvisação, da criação, do arranjo e de contextos de atuação violonístico de músicos.

Habilitação Guitarra Elétrica:

Guitarra Elétrica I: Estrutura física e funcionamento da guitarra; Timbragem da guitarra e

amplificador; Escalas diatônicas: maior e menor, Escalas pentatônicas: maior e menor, Técnica

instrumental: Palhetada alternada, Hammer-on, Pull-off, Sweep, Salto de cordas, Bend; Formas de acordes: maior, menor, maior com sétima, menor com sétima, maior com sétima maior, menor com sétima menor, diminuto, meio diminuto e aumentado; Acompanhamento de canções, Cifras adaptadas.

Guitarra Elétrica II: O Funcionamento de pedais, pedaleiras, racks e amplificadores, Timbragem de pedais; Escalas menores, harmônica e melódica, Escala blue; Técnica instrumental: Harmônicos artificiais, Palm mute, Two Hands, Palhetada mista; Repertório de guitarra solo; Improvisação sobre campos harmônicos maiores e menores.

Guitarra Elétrica III: Modos gregos; Formação de acordes em toda extensão do braço da guitarra; Introdução à Improvisação jazzística aplicada ao repertório brasileiro; Repertório de guitarra solo; Técnica instrumental: uso da alavanca de trêmulo, glissando, Bend; criação de arranjo de guitarra solo; Técnica instrumental: Chord melody, Escalas exóticas: diminuta, cigana menor, cigana maior, nordestina, alterada, tons inteiros; Improvisação jazzística aplicada ao repertório brasileiro.

Habilitação Piano:

Piano I, II e III: Desenvolvimento da técnica e da expressão para a performance pianística, envolvendo o estudo sobre aspectos do controle motor, da memória, da percepção, da análise, da interpretação, da improvisação, da criação, do arranjo, da teoria, da história da música e de contextos de atuação pianística de músicos.

11.2. Componentes Curriculares Optativas

Braille I: Leitura e escrita dos principais conteúdos de Braille básico: alfabeto, acentuação, numerais e pontuação. Símbolos auxiliares da escrita: travessão, parênteses, colchetes, aspas, grifo, negrito, sublinhado, apóstrofo, asterisco, barras, & (e comercial), parágrafos, reticências, grau e arroba (revisão). Sinais matemáticos: valor monetário, ordinais, números romanos, representação de decimais, fração. Leitura e escrita de textos em Braille. Escrita de recados, cartas e cartazes.

Braille I: Leitura e escrita dos principais conteúdos de Braille intermediário. Sinais matemáticos: valor monetário, ordinais, números romanos, representação de decimais, fração (revisão). Citação direta e Citação indireta. Leitura e escrita de diversos gêneros textuais com fluência.

Flauta doce I e II: Estrutura física e funcionamento da flauta doce; Postura; Técnicas de Respiração; Dedilhado; Articulações; Escalas diatônicas maiores e menores; Arpejos; Repertório composto por música brasileira e/ou estrangeira.

Flauta Transversa I e II: Estrutura física e funcionamento da flauta transversa; Postura; Técnicas de Respiração; Dedilhado; Articulações; Escalas diatônicas maiores e menores; Arpejos; Repertório composto por música brasileira e/ou estrangeira.

Saxofone I e II: Estrutura física e funcionamento do saxofone; Postura; Técnicas de Respiração; Dedilhado; Articulações; Escalas diatônicas maiores e menores; Arpejos; Repertório composto por música brasileira e/ou estrangeira.

Acordeom I e II: Técnica no instrumento: fole; teclado – mão direita; baixos – mão esquerda; digitação de escalas, arpejos e acordes; acompanhamentos; levadas e repertório solo para o instrumento.

Harmonia de Teclado I e II: Estudo de harmonia funcional utilizando instrumentos de teclado.

Informática Aplicada à Deficiência Visual: Introdução a recursos informáticos do sistema

operacional Windows voltados à pessoa com deficiência visual: recursos de acessibilidade do sistema Windows (Central de Facilidade de Acesso: narrador, lupa e contraste); visão geral do sistema computacional Dosvox; leitor de telas NVDA; edição de textos e navegação na internet utilizando o Dosvox e o NVDA; magnificadores de tela; conversão de texto em voz; netiqueta (conjunto de recomendações para uso da internet).

Aplicativos para Sistema Android: Introdução a recursos de dispositivos móveis com sistema Android voltados à pessoa com deficiência visual: Introdução ao Talkback (Suite de Acessibilidade da Android); configuração do smartphone; aplicativos com uso da câmera; aplicativos de conversão de voz em texto e de texto em voz.

Inglês Aplicado à Área de Música: Desenvolvimento da competência comunicativa na língua inglesa, especialmente para o cantar em inglês; articulação e pronúncia das palavras; entonação e ritmo da fala; marcação e pausas.

Técnico Concomitante/Subsequente

O curso técnico de nível médio concomitante/subsequente é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do ensino Médio.

Revisão de Textos no Sistema Braille

A Revisão de Textos no Sistema Braille é a tarefa pela qual o profissional verifica possíveis incorreções no processo de adaptação e transcrição braille em qualquer meio de impressão física, como papel, alumínio, PVC, thermoform, etc. (BRASIL, 2017). Antes restrita aos grandes centros de produção de materiais impressos no Sistema Braille, a revisão braille é tarefa cada vez mais requisitada em espaços educacionais e em empresas que prestam serviços na confecção de materiais acessíveis.

Apesar da sua regulamentação ainda tramitar no poder legislativo, a prática da revisão braille é tão antiga quanto a chegada do braille ao Brasil. Desde 1857, quando foi instalada a primeira oficina tipográfica no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, já existiam pessoas que faziam tal trabalho ainda denominado copista (Lemos & Cerqueira, 1996).

A profissão de revisor braille é importante para cumprimento do objetivo estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão:

“Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
(...)

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;” (BRASIL, 2015).

A Revisão Braille é fundamental para proporcionar às pessoas cegas acesso à informação, ao ensino e à cidadania. Existem leis e decretos, em todas as esferas governamentais, que obrigam o fornecimento de materiais impressos em braille, portanto a profissão de revisor braille é fundamental nesse processo inclusivo.

Objetivo

Habilitar pessoas com deficiência visual para o exercício da profissão de Revisor de Textos no Sistema Braille, visando o atendimento da demanda crescente dos sistemas educacionais público e privado assim como outras demandas da sociedade civil.

Perfil do Egresso

O curso formará profissionais técnicos de nível médio no Eixo Desenvolvimento Educacional e Social, na habilitação Revisor de Textos no Sistema Braille. O Técnico Revisor de Textos no Sistema Braille é o profissional que revisa os materiais impressos no Sistema Braille, provendo sua correta grafia, tanto na Língua Portuguesa quanto nas notações científicas, apontando as inconsistências e discutindo soluções e melhorias na elaboração desses materiais.

O curso qualificará os alunos cegos, com baixa visão e surdocegos para sua inserção no mercado de trabalho, promovendo sua inclusão social. O aluno também será capacitado a empreender seu próprio negócio e atuar como colaborador em diferentes setores.

Componente Curricular

1º semestre:

REV01 COMPONENTE CURRICULAR: Ensino do Sistema Braille I

Breve histórico da educação das pessoas com deficiência visual. Surgimento do Sistema Braille e sua disseminação pelo mundo. Chega do braille ao Brasil. Criação do Instituto Benjamin Constant. Breve histórico da produção braille no Brasil. Reconhecimento de sinais simples e compostos. Leitura e Escrita braille

REV02 COMPONENTE CURRICULAR: Normas Técnicas I

Introdução às Normas Técnicas para Produção de Textos no Sistema Braille. Etapas da produção de materiais em braille. Breve histórico da produção de materiais didáticos, revistas e materiais especializados no Instituto Benjamin Constant. Legislação pertinente à transcrição de materiais em braille.

REV03 COMPONENTE CURRICULAR: CMU I

Prefixos alfabéticos e sinais unificadores. Índices e marcas. Números. Operações aritméticas fundamentais e relações numéricas elementares.

REV04 COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa para Revisão Braille I

Ortografia: Orientações ortográficas, alguns fonemas e algumas letras. Novo acordo Ortográfico Decreto Nº. 6583/set-2008, Novas regras. Acentuação, sílaba tônica e conceitos básicos. Interpretação de texto

REV05 COMPONENTE CURRICULAR: Grafia Braille para Informática

Braille de 6 pontos: princípios básicos, sinais e prefixos, sinais codificados e regras para utilização. Braille de 8 pontos: princípios básicos, tabela de correspondência, exceções e sinais codificados. Normas gerais de aplicação.

REV06 COMPONENTE CURRICULAR: Soroban I

Metodologia maior valor relativo (Metodologia Moraes). Utilização do soroban como ferramenta nas operações e atividades Matemáticas. Descrição e nomenclatura. Adição, subtração, multiplicação e divisão de números inteiros. Decomposição de números inteiros em fatores primos. Números decimais. Números fracionários. Raiz quadrada.

REV07 COMPONENTE CURRICULAR: Ensino do Sistema Braille II

Estruturação de textos no Sistema Braille. Observação e norma de aplicação.

Pontuação e sinais acessórios. Valor dos Sinais. Leitura e escrita Braille.

REV08 UNIDADE CURRICULAR: Normas Técnicas II

Normas práticas para a transcrição braille. Diferenças entre ponto e interponto. Normas para a transcrição de: capas, contracapas, ficha catalográfica, pré-textual, sumário/índice. Organização do texto dentro dos materiais impressos em braille.

60

REV09 COMPONENTE CURRICULAR: CMU II

Frações, potências e raízes. Teoria de-conjuntos e lógica. Aplicações (funções).

Geometria. Combinações de setas, traços e pontos. Sinais braille disponíveis.

REV10 COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa para Revisão Braille II

Noções de Morfologia: Conceitos básicos, classificação dos morfemas, Estudo dos morfemas ligados às flexões das palavras, processos de formação das palavras. Verbo e suas funções. Pontuações e uso adequado. Regras de Concordância nominal. Regras de Concordância Verbal. Interpretação de texto

REV11 COMPONENTE CURRICULAR: Técnicas de Revisão Braille I

Papel do revisor no processo de transcrição Braille. Etapas da revisão de textos em braille. Especificidades da revisão braille na produção do Instituto Benjamin Constant.

REV12 COMPONENTE CURRICULAR: Soroban II

Metodologia menor valor relativo (Metodologia da Bahia). Utilização do soroban como ferramenta nas operações e atividades Matemática. Descrição e nomenclatura. Adição, subtração, multiplicação e divisão de números inteiros. Decomposição de números inteiros em fatores primos. Números decimais. Números fracionários. Raiz quadrada.

REV13 COMPONENTE CURRICULAR: Ensino do Sistema Braille III

Estruturação de textos no Sistema Braille. Observação e norma de aplicação. Sinal de itálico e outras variantes tipográficas. Números e sinais com eles usados em contexto literário. Conjuntos de símbolos braille empregados em outros idiomas ou inexistentes na Língua Portuguesa.

REV14 COMPONENTE CURRICULAR: Normas Técnicas III

Códigos, estatutos e leis. Notas de rodapé. Notas de transcritor. Questões de prova e/ou exercícios. Paginação. Separação de capítulos. Poesia (versos). Glossário.

REV15 COMPONENTE CURRICULAR: Desenhos, gráficos e tabelas na matemática

Representação de desenhos nos diversos conteúdos da matemática. Figuras geométricas e suas aplicações. Quadros e tabelas. Gráficos: barras, colunas, setores e funções.

REV16 COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa para Revisão Braille III

Noções Básicas de Semântica. Figuras de linguagem. Funções de Linguagem. Gêneros textuais. Interpretação de texto

REV17 COMPONENTE CURRICULAR: Técnicas de Revisão Braille II

Revisão com leituras de confronto e silenciosa. Colocação e conferência de notas. Revisão de quebras de páginas. Revisão de sumário geral, sumários dos volumes e paginação. Revisão de estereotipia.

67

REV18 COMPONENTE CURRICULAR: Grafia Química Braille I

Origem da Grafia Química Braille. Simbologia e escrita em braille dos elementos químicos, moléculas, reações e íons. Notação de Lewis. Distribuição eletrônica em camadas e subcamadas. Reações químicas no software Braille Fácil.

REV19 COMPONENTE CURRICULAR: Grafia Química Braille II

Simbologia e escrita em Braille de ligações químicas. Cadeias de carbono. Estruturas tridimensionais. Translineação de estruturas químicas. Unidades de medidas e equações da Química. Reações químicas no software Braille Fácil.

REV20 COMPONENTE CURRICULAR: Estenografia

Apresentação. Abreviaturas. Abreviatura por representação inicial silábica parcial e total. Abreviaturas por contração apoiada, pura e de emergência. Abreviaturas por suspensão. Abreviatura por convenção relativa. Estenografia: sinais simples e compostos. Abreviaturas estenografadas. Observações e normas de aplicação.

REV21 COMPONENTE CURRICULAR: Técnicas de Revisão Braille III

Conceituação, classificação e função de recursos e materiais didáticos utilizados pela pessoa com deficiência visual. Conceituação e caracterização de texturização envolvendo materiais necessários e acessórios. Revisão de materiais adaptados impressos em thermoform.

REV22 COMPONENTE CURRICULAR: Critérios de Adaptações

Estudo dos critérios para adaptação de textos e livros em braille e aplicação das principais grafias Braille utilizadas no Brasil e das Normas Técnicas para a produção de textos em braille.

REV23 COMPONENTE CURRICULAR: Noções de Transcrição Braille

Processo de transcrição de textos em braille. Os softwares Braille Fácil e Monet: seus principais recursos na impressão de textos e gráficos. Instalação e configuração de impressora braille computadorizada.

REV24 COMPONENTE CURRICULAR: Exercícios de Leitura na Língua Inglesa

Noções de grafia braille utilizadas em textos em língua inglesa (Grade 1). Normas para utilização de alguns símbolos. Leitura e revisão de pequenos textos em língua Inglesa.

REV25 COMPONENTE CURRICULAR: Supervisão em Revisão Braille I

Estágio em revisão de textos no Sistema Braille.

REV26 COMPONENTE CURRICULAR: Supervisão em Revisão Braille II

Estágio em revisão de textos no Sistema Braille.

4) Curso Técnico em Massoterapia

O Curso Técnico em Massoterapia na modalidade concomitante/subsequente, terá a carga horária de 1.880 horas, de componentes curriculares obrigatórios, incluindo a carga horária de Estágio em Massoterapia com 320 horas, atendendo as especificações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (CNTC, 2012), promovendo a aquisição por parte do aluno de competências e habilidades e para:

Identificar e selecionar técnicas massoterápicas indicadas nas diferentes necessidades do cliente.

Aplicar manobras de massoterapia ocidental, de Shiatsu e de reflexologia podal, visando o bem-estar físico, o relaxamento de tensões e o alívio da dor.

Realizar procedimentos de massoterapia estética e desportiva.

Objetivo

Habilitar pessoas com deficiência visual para o exercício da profissão de Técnico em Massoterapia, visando o atendimento da demanda crescente dos sistemas público e privado de saúde.

Perfil do Egresso

O curso formará profissionais técnicos de nível médio no Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, na habilitação de Técnico em Massoterapia. O Técnico em Massoterapia é o profissional de Saúde que utiliza técnicas de massagem com o objetivo de promover a saúde e o bem-estar, visando o equilíbrio energético e fisiológico do ser humano.

O curso qualificará os alunos cegos, com baixa visão e surdocegos para sua inserção no mercado de trabalho, promovendo sua inclusão social. O egresso também será capacitado a empreender seu próprio negócio e atuar como colaborador em diferentes setores. O registro profissional deverá ser feito junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

COMPONENTE CURRICULAR:

COMPONENTE CURRICULAR: Anatomia Palpatória

I. Ementa:

Introdução ao estudo da anatomia humana. Sistemas esquelético, articular e muscular. Introdução a anatomia palpatória. Estudo e reconhecimento de estruturas dos sistemas osteomuscular e vascular através da palpação.

II. Bibliografia:

Básica:

OLÍMPIO, M. Anatomia Palpatória Funcional. 1 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

CHAITOW, L; FRYMANN, V. Técnicas de palpação: avaliação e diagnóstico pelo toque. Barueri, SP: Manole, 2001.

DANGELO JG e FATTINI CA. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. Atheneu, 2005.

JUNQUEIRA, L. Anatomia palpatória: tronco, pescoço, ombro e membros superiores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

JUNQUEIRA, L. Anatomia palpatória: pelve, e membros inferiores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

Complementar:

BYFIELD, D. Terapia manual: guia de anatomia de superficie e técnicas de palpação. São Paulo: Phorte, 2008

GILROY, AM.; MAC PHERSON, BR.; ROSS, LM. Atlas de Anatomia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

DRAKE, R; VOGL, W; MITCHELL, A. Gray's anatomia para estudantes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MOORE, KL.; AGUR, MR. Fundamentos de anatomia clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

TIXA, S. Atlas de anatomia palpatória do pescoço, do tronco e do membro superior: investigação manual de superficie. Barueri, SP: Manole, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: Bases Biológicas para a Massoterapia

I. Ementa:

Introdução a Biologia Celular. Introdução à bioquímica e biofísica. Introdução à histologia. Introdução à embriologia. Introdução à microbiologia e imunologia.

II. Bibliografia:

Básica:

JUNQUEIRA LC. CARNEIRO J. Biologia Celular e Molecular. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

LEVINSON W. Microbiologia Médica e Imunologia. 13ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

Complementar:

FILHO GB. Bogliolo - Patologia Geral. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

GUYTON AC. Fisiologia Humana. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

HENEINE I F. Biofísica Básica. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.

KAMOUN P. LAVOINNE A. VERNEUIL H. Bioquímica e Biologia Molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

LENT R. Cem bilhões de neurônios? conceitos fundamentais de neurociência. 2ª ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Introdução à Massoterapia

I. Ementa:

Histórico da massoterapia mundial e no Brasil. Classificação da massagem. Efeitos gerais e específicos da massagem em cada sistema. O toque terapêutico. Efeitos fisiológicos do toque. Desenvolvimento da manualidade. Técnicas básicas de massoterapia. Manobras aplicadas em cada região corporal. Sequências e práticas das manobras.

II. Bibliografia:

Básica:

BRAUN MB, SIMONSON SJ. Massoterapia. Barueri, SP: Manole, 2007.

CLAY JH, POUNDS, DM. Massoterapia Clínica – Integrando Anatomia e Tratamento. 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

Complementar:

GUIRRO E, GUIRRO R. Fisioterapia Dermato-Funcional. 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: Introdução à Massoterapia

II. Ementa:

Histórico da massoterapia mundial e no Brasil. Classificação da massagem. Efeitos gerais e específicos da massagem em cada sistema. O toque terapêutico. Efeitos fisiológicos do toque. Desenvolvimento da manualidade. Técnicas básicas de massoterapia. Manobras aplicadas em cada região corporal. Sequências e práticas das manobras.

II. Bibliografia:

Básica:

BRAUN MB, SIMONSON SJ. Massoterapia. Barueri, SP: Manole, 2007.

CLAY JH, POUNDS, DM. Massoterapia Clínica – Integrando Anatomia e Tratamento. 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

Complementar:

GUIRRO E, GUIRRO R. Fisioterapia Dermato-Funcional. 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: Movimento Humano

I. I.Ementa:

Noções do desenvolvimento embrionário do sistema músculo esquelético. Fases do Desenvolvimento psicomotor. Conceito de cinesiologia. Orientação do movimento no espaço. Tipos, classificação e função das articulações. Correlação dos sistemas osteoarticular, muscular e nervoso na função motora. Principais movimentos de cada articulação. Experimentação dos movimentos fisiológicos integrados dos diversos segmentos e articulações relacionados à função do massoterapeuta.

II. Bibliografia:

Básica:

PIRET S. BEZIERS MM. A Coordenação Motora: Aspecto Mecânico da Organização Psicomotora do Homem. Porto Alegre: Editora Summus Editorial, 1992.

Complementar:

CALAIS GB. Anatomia para o movimento. Volume 1. Barueri, SP: Manole, 1991.

KAPANDJI IA. Tópicos Especiais 5ª ed, volume 1. Barueri, SP: Manole, 1990.

KONIN JG. Cinesiologia: Prática para Fisioterapeutas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MOORE, K.L. Embriologia básica. 9ª Ed, Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR: Saúde Coletiva e Biossegurança

I. I.Ementa:

Conceito de Saúde e o Modelo Biopsicosocial. Níveis de atenção em Saúde. Formação de equipe multidisciplinar na área de saúde. Cuidados higiênico-sanitários de interesse do massoterapeuta. Principais doenças infectocontagiosas. Principais doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Biossegurança.

II. Bibliografia:

Básica:

MEDRONHO, R. Epidemiologia. Atheneu. Rio de Janeiro. 2009.

ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia & saúde. 6.ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

TEIXEIRA, P. VALLE, S. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

Complementar

FLETCHER, R.H., FLETCHER, S.W., WAGNER, E.H. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

ROSES M. O Futuro da Saúde Pública e os objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Rio de Janeiro: ENSP, 2004.

ANDRIOLO, A. Guia de medicina ambulatorial. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Fisiopatologia Humana

I. I.Ementa:

Mecanismos de lesão, inflamação e infecção. Diferenciação de disfunção e lesão. Efeitos fisiológicos do toque. Fisiopatologia da dor. Principais patologias de interesse para o Massoterapeuta.

II. Bibliografia:

Básica:

WERNER R. Guia de Patologias para Massoterapeutas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Complementar:

FILHO GB. Bogliolo - Patologia Geral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ROBBINS SL, COTRAN RS, KUMAR V. Fundamentos de Patologia Estrutural e Funcional. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

SÉRIE INCRIVELMENTE FÁCIL. Fisiopatologia. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: Massoterapia na Cadeira

I. I. Ementa:

Uso da cadeira de massagem. Principais diferenças entre a massagem sentada e a massagem de mesa. Indicações e contra-indicações. Técnicas de tratamento. Empreendedorismo e marketing pessoal.

II. Bibliografia:

Básica:

STEPHENS RR. Massagem Terapêutica na Cadeira. Barueri, SP: Manole, 2008.

Complementar

CLAY JH, POUNDS DM. Massoterapia Clínica – Integrando Anatomia e Tratamento. 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Massoterapia nas Disfunções do Sistema Neuromusculoesquelético I

I.Ementa:

Sistema nervoso e disfunção somática. O papel das fascias nos distúrbios do sistema neuromusculoesquelético. Síndromes dolorosas miofasciais. Histórico das abordagens miofasciais. Manobras miofasciais. Aprender os principais “pontos gatilhos” (trigger points) em cada região corporal e como tratá-los.

II. Bibliografia:

Básica:

DOMENICO, Giovanni. Técnicas de Massagem de Beard. 5ªed: Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOSTOPOULOS, Dimitrios; RIZOPOULOS, Konstantine. Pontos-gatilho miofasciais: teoria , diagnóstico, tratamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

SIMONS, David G.; TRAVELL, Janet G.; SIMONS, Lois S. Dor e disfunção miofascial: manual dos pontos-gatilho. Porto Alegre: ARTMED, 2005. v.1,2.

Complementar:

ANDRADE FILHO, Antônio Carlos de Camargo (Ed.). Dor: diagnóstico e tratamento. São Paulo: Roca, 2001.

BIENFAIT, Marcel. Fásia e pompages. Estudo e tratamento do esqueleto fibroso. Ed. Summus.

CLAY, James H. POUNDS, David M. Massoterapia Clínica: Integrando Anatomia e tratamento. 2ed. Barueri, SP: Manole, 2008. 443 p.

SIMONS, David G.; RUSSELL, I. John; MENSE, Siegfried. Dor muscular: natureza, diagnóstico e tratamento. Barueri, SP: Manole, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Massoterapia Oriental I

I. I. Ementa:

Principais Fundamentos da Medicina Oriental, suas manifestações e aplicabilidade. Conceito de Yin/Yang, Cinco Movimentos, Substâncias Vitais, Essências e os diversos tipos de Qi. Introdução à fisiologia energética. Função dos sistemas internos e substâncias vitais. Correlação dos órgãos com os órgãos dos sentidos, com as emoções e com o clima. Sistemas e interrelacionamentos Yin e Yang. Funções dos sistemas Yang extraordinários.

II. Bibliografia:

Básica:

BASTOS SRC. Shiatsu Tradicional. Sohaku In. Rio de Janeiro: Editora Gasho, 2000.

MACIOCIA G. Os Fundamentos da Medicina Chinesa. Rio de Janeiro: Editora Roca. 1996

Complementar:

MACIOCIA G. A Prática da Medicina Chinesa. Rio de Janeiro: Editora Roca. 1996.

MACIOCIA G. Diagnóstico na Medicina Chinesa: Um Guia Geral. Rio de Janeiro: Editora Roca. 1996.

COMPONENTE CURRICULAR: Práticas Assistidas I

I. I. Ementa:

Desenvolver a manualidade através da prática das manobras e técnicas já abordadas em disciplinas anteriores.

II. Bibliografia:

Básica:

BRAUN MB, SIMONSON SJ. Massoterapia. Barueri, SP: Manole, 2007.

Complementar:

CLAY JH, POUNDS, DM. Massoterapia Clínica – Integrando Anatomia e Tratamento. 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Ambiente, Bioética e Legislação Profissional

I. Ementa:

Ambiente; Conceitos de Ética e Bioética; Cidadania; Legislação profissional

II. Bibliografia:

Básica:

SANCHEZ VASQUEZ, A. Ética. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TEIXEIRA, P., VALLE, S. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

Complementar

FORTES, PC. Ética e saúde: Questões éticas, deontológicas e legais, autonomia e deveres do paciente, estudo de casos. São Paulo:APV, 2007.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, H. Ética e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR: Drenagem Linfática Manual

I. Ementa:

Histórico da Drenagem Linfática Manual (DLM). Anatomia do Sistema Linfático. Fisiologia do Sistema Linfático. Relação entre o Sistema Linfático e o Sistema Imunológico. Fisiopatologia do edema. Linfedema. Drenagem Linfática Manual. Ficha de Avaliação. Exame Físico. Técnicas de Drenagem Linfática Manual. Práticas em Drenagem Linfática Manual.

II. Bibliografia:

Básica:

ELWING A. SANCHES O. Drenagem Linfática Manual: Teoria e Prática. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

LEDUC A. LEDUC O. Drenagem Linfática: Teoria e Prática. Barueri, SP: Manole, 2007.

Complementar:

GARCIA NM. Passo a Passo da Drenagem Linfática Manual em Cirurgia Plástica. Brasília: Senac Distrito Federal, 2010.

GUIRRO E, GUIRRO R. Fisioterapia Dermato-Funcional. 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR: Massoterapia nas Disfunções do Sistema Neuromusculoesquelético II

I. I. Ementa:

Características funcionais da fáscia. Tecidos moles: viscosidade e resiliência. Tensegridade e fáscias. Técnicas para liberação miofascial.

II. Bibliografia:

Básica:

BIENFAIT, Marcel. Fáscia e pompages. Estudo e tratamento do esqueleto fibroso. Ed. Summus, 1999.

CLAY, James H. POUNDS, David M. Massoterapia Clínica: Integrando Anatomia e tratamento. 2ed. Barueri, SP: Manole, 2008. 443 p.

DOMENICO, Giovanni. Técnicas de Massagem de Beard. 5ªed: Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Complementar:

ANDRADE FILHO, ACC (Ed.). Dor: diagnóstico e tratamento. São Paulo: Roca, 2001.
KOSTOPOULOS, D; RIZOPOULOS, K. Pontos-gatilho miofasciais: teoria , diagnóstico, tratamento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
SIMONS, DG.; RUSSELL, I.J; MENSE, S. Dor muscular: natureza, diagnóstico e tratamento. Barueri, SP: Manole, 2008.
SIMONS, DG.; TRAVELL, JG.; SIMONS, LS. Dor e disfunção miofascial: manual dos pontos-gatilho. Porto Alegre: ARTMED, 2005. v.1,2.

COMPONENTE CURRICULAR: Massoterapia Oriental II

I. I.Ementa:

Noções de anatomia de canais e colaterais. Introdução à etiopatogenia oriental: localização do fator patogênico. Identificação dos padrões do QI, sangue e fluidos corpóreos. Etiopatogenia energética. Classificação dos fatores de desarmonia. Fatores exógenos e endógenos. Equivalentes internos dos fatores patogênicos, as cinco emoções e seus respectivos padrões patológicos. Padrões de desequilíbrio dos Zang-Fu. Introdução à semiologia oriental: diagnóstico pelos Oito Princípios. Anamnese dirigida à Massoterapia Oriental. Descrição e topografia da língua. Pulsologia: topografia e parâmetros básicos.

II. Bibliografia:

Básica:

AUTEROCHE B, NAVAILH P. O Diagnostico na Medicina Chinesa. Andrei. 1992.
MACIOCIA G. Os Fundamentos da Medicina Chinesa. Rio de Janeiro: Editora Roca, 1996.
MACIOCIA G. Diagnóstico na Medicina Chinesa: Um Guia Geral. Rio de Janeiro: Editora Roca, 1996.

Complementar:

FLAWS B. O Segredo do Diagnostico Chinês pelo Pulso. Rio de Janeiro: Editora Roca, 2005.
FREIRE M. Diagnóstico em Acupuntura Tradicional Chinesa. Livro Pronto. 2008.
MACIOCIA G. Diagnóstico pela Língua na Medicina Chinesa. Sohako-In. 2003.
MACIOCIA G. A Prática da Medicina Chinesa. Rio de Janeiro: Editora Roca, 1996.

COMPONENTE CURRICULAR: Práticas Assistidas II

I. I.Ementa:

Desenvolver a manualidade através da prática das manobras e técnicas já abordadas em disciplinas anteriores.

II. Bibliografia:

Básica:

BRAUN MB, SIMONSON SJ. Massoterapia. Barueri, SP: Manole, 2007.

Complementar:

CLAY JH, POUNDS, DM. Massoterapia Clínica – Integrando Anatomia e Tratamento. 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Gestão Empreendedora e Projeto Profissional

I. I.Ementa:

Planejamento da abertura de empresas. Definição das diretrizes estratégicas do empreendimento. Pesquisa e identificação das oportunidades de negócio. Marketing pessoal. Marketing profissional e gestão de negócios.

II. Bibliografia:

Básica

BIZZOTO CEN. Plano de Negócio para Empreendedores Inovadores. São Paulo: Atlas, 2008.

Complementar

MONTEIRO CMPS. Empreendedorismo em Fisioterapia: Da Visão Técnica Terapêutica a Fisioterapia do Futuro. [Dissertação]. UNISUAM, Rio de Janeiro, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Massoterapia Estética

I. I.Ementa:

Introdução à Massoterapia Estética. Princípios de cosmetologia. Distúrbios corporais estéticos. Avaliações e tratamentos de Massoterapia Estética. Técnicas e práticas de Massoterapia em estética e bambuterapia.

II. Bibliografia:

Básica:

BRAUN MB; SIMONSON SJ. Massoterapia. Barueri, SP: Manole, 2007.

GUIRRO E, GUIRRO R. Fisioterapia Dermato-Funcional. Barueri, SP: Manole, 3ª edição. 2004.

Complementar:

CLAY JH, POUNDS DM. Massoterapia Clínica – Integrando Anatomia e Tratamento. 2ª edição. São Paulo: Barueri, SP: Manole, 2008.

CALVI ENC, RODRIGUES PA, GELSI TA. Bambuterapia. São Paulo: Yendis Editora, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Massoterapia no Desporto

I. I.Ementa:

Introdução à fisiologia do exercício. Principais lesões e estruturas acometidas no esporte. Técnicas e práticas de massoterapia aplicadas ao esporte.

II. Bibliografia:

Básica:

WERNER R. Guia de Patologias para Massoterapeutas. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Complementar

CLAY JH, POUNDS DM. Massoterapia Clínica – Integrando Anatomia e Tratamento. Manole. 2ª ed. 2008.

GOMES E. Reabilitação Através da Massoterapia: Teoria e Prática. Insular, 2009.

PRENTICE, WE. Modalidades terapêuticas em medicina desportiva. 4. ed. São Paulo: Manole, 2002.

RIGGS A. Técnicas de Massagem Profunda: Um Guia Visual. São Paulo: Manole, 2009.

WOOD, E; DOMENICCO, G. Técnicas de Massagem de Beard. 5. ed. São Paulo: Elsevier, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Massoterapia Oriental Aplicada

I. I.Ementa:

Canais principais. Distribuição energética. Canais de ligação e tendíneo-musculares. Canais ou vasos extraordinários. Pontos cutâneos e sua localização. Métodos terapêuticos de estimulação. O emprego das mãos na prática do Shiatsu e noções básicas de Seitai. Tipos e formas de manipulação. Nível de intensidade de pressão. Acompanhamento terapêutico do cliente. Seleção e aplicação das técnicas mais adequadas na medicina oriental. Análise dos resultados obtidos.

II. Bibliografia:

Básica:

BASTOS SRC. Shiatsu Tradicional. Sohaku In. 2000.

NAMIKOSHI T. O Livro Completo da Terapia Shiatsu. Barueri, SP: Manole, 1992

Complementar:

SCILIPOTI D. Guia de Terapia Oriental. Ícone. 1998.

YICHENG J, JIAN P. Fundamentos da Massoterapia Chinesa. Andrei, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Práticas Assistidas III

I. I.Ementa:

Desenvolver a manualidade através da prática das manobras e técnicas já abordadas em disciplinas anteriores.

II. Bibliografia:

Básica:

BRAUN MB, SIMONSON SJ. Massoterapia. Barueri, SP: Manole, 2007.

Complementar

CLAY JH, POUNDS DM. Massoterapia Clínica – Integrando Anatomia e Tratamento. 2ª edição. Barueri, SP: Manole, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Reflexologia Podal

I. I.Ementa:

História da Reflexologia Podal. Conceito. Anatomia dos pés. Mecanismos de ação. Avaliação podal. Indicações e contra-indicações. Diagnóstico oriental. Patologias mais prevalentes encontradas nos pés. Manobras e manipulações. Níveis de pressão. Principais técnicas de manipulações.

II. Bibliografia:

Básica:

MACIOCIA G. Os Fundamentos da Medicina Chinesa. Rio de Janeiro: Editora Roca. 1996

Complementar

BASTOS SRC. Shiatsu Tradicional. Sohaku In. 2000.

XION WH. Reflexologia Podal. Ícone Editora, 2007.

ENSINO FUNDAMENTAL

Texto do PPP em construção

Introdução:

O IBC entende seu projeto político-pedagógico na perspectiva de ser referência nacional não apenas para educação de pessoas com deficiência visual, como também para pessoas com deficiência múltipla (associada a deficiência visual) e surdocegueira. Na abrangência desta perspectiva, pretende-se que o IBC amplie as práticas educativas e de reabilitação atravessando todos os departamentos que o compõem. As ações pedagógicas refletem seu posicionamento político visando a assegurar os direitos defendidos pelas políticas públicas para o público-alvo desta instituição.

Cabe pensar numa escola que dialogue com outros espaços educacionais proporcionando intercâmbio cultural e pedagógico, vivenciando diversas experiências. Para consolidar o vínculo da instituição com a sociedade é essencial repensar a sua dinâmica organizacional.

A educação, num contexto global, deve fomentar uma formação crítica e autônoma, com valores visando o respeito à individualidade e à diversidade, no intuito de proporcionar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. É preciso oportunizar a participação das pessoas com deficiência nessa discussão. Essa prática é consonante com a definição de cidadania estabelecida na constituição (citação).

É fundamental estimular a participação dos familiares dos discentes através da construção permanente de práticas educativas integradoras.

Desse modo, o IBC tem como objetivos:

- Uma educação crítica adaptada às necessidades do educando e não o inverso;
- Uma educação para a vida na qual o educando precisa de ter um mínimo de autonomia para exercer sua cidadania;
- A compreensão de que os sujeitos (educandos) apresentam múltiplas identidades (religiosas, sociais, culturais, de gênero) e que as mesmas dialogam com as diversidades presentes na sociedade.

Tais objetivos devem estar incorporados à prática docente e difundidos entre os educandos.

Do ensino Fundamental:

O Ensino Fundamental praticado no Instituto Benjamin Constant, está pautado na legislação vigente (lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, e a lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006) e abrange desde o 1º ano até o 9º ano. Em decorrência das especificidades dos discentes cegos, baixa visão, surdocegos e com deficiência múltipla, os três anos iniciais do Ensino Fundamental compõem o Ciclo de Alfabetização. Para que o aluno se desenvolva em seu tempo e que suas necessidades sejam respeitadas, durante os dois anos iniciais do Ciclo de Alfabetização, o educando somente será retido por baixa frequência, enquanto que ao término do 3º ano do Ciclo poderá ser retido por avaliação curricular.

O Ensino Fundamental em nove anos é organizado da seguinte forma: 1º segmento - anos iniciais, que abrange o ciclo de alfabetização, o 4º e 5º anos e o 2º segmento - anos finais, que engloba o 6º, 7º, 8º e 9º anos.

Para melhor atendimento dos alunos com deficiência múltipla, há a necessidade de ao menos um profissional de apoio (cuidador e ou mediador) em cada sala para contribuir no acesso, participação, aprendizado e permanência do estudante, além de auxiliar o professor regente nos atendimentos específicos.

O atendimento ao educando no ensino fundamental é realizado em horário integral perfazendo 7 horas de atividades diárias conforme explicita a Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 no seu art.36 “Considera-se como de período integral a jornada escolar que se organiza em 7 (sete) horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas.” Seguindo essa orientação o ensino fundamental é estruturado da seguinte forma:

Primeiro segmento - 30 tempos semanais e 6 tempos diários

Segundo segmento - 35 semanais e 7 tempos diários.

Ressaltando que cada tempo de ensino terá duração 50 minutos, sendo os mesmos distribuídos em atividade curricular e complementares.

Ainda segundo a mesma resolução em seu artigo Art. 37 “A proposta educacional da escola de tempo integral promoverá a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar e cuidar entre os profissionais da escola e de outras áreas, as famílias e outros atores sociais, sob a coordenação da escola e de seus professores, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso ao conhecimento e aos bens culturais, (...)” e em seu § 1º “O currículo da escola de tempo integral, concebido como um projeto educativo integrado, implica a ampliação da jornada escolar diária mediante o desenvolvimento de atividades como o acompanhamento pedagógico, o reforço e o aprofundamento da aprendizagem, a experimentação e a pesquisa científica, a cultura e as artes, o esporte e o lazer, as tecnologias da comunicação e informação, a afirmação da cultura dos direitos humanos, a preservação do meio ambiente, a promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, a vivências e práticas socioculturais.”

A princípio apresentamos um quadro inicial de distribuição curricular que ao longo do processo será discutido pelo corpo docente no intuito de atender as demandas educacionais. (ainda á ser discutido)

1º segmento:

Disciplina	Artes	Língua Portuguesa	Matemática	História	Geografia	Ciências	Educação física	Atividade complementar

Tempo	2	4	4	3	3	3	2	9
-------	---	---	---	---	---	---	---	---

semanal

Obs.: No 4º e 5º ano os alunos terão na sua grade curricular a disciplina Orientação e Mobilidade.

2º segmento:

Disciplina	Artes	Ciências	Geografia	História	Educação Física	Inglês	Língua portuguesa	Matemática	Atividade complementar
Tempo	2	3 ou	3 ou	3 ou	2	2	5	5	6
semanal		4	4	4					

refazer o quadro por anos de escolaridade

O aluno tem seu ingresso assegurado no Ensino Fundamental ao completar 6 anos de idade até o dia 31 de março no ano da matrícula e ter deficiência visual, podendo ter ainda, outras deficiências.

Atividades Educativas Complementares:

As atividades complementares visam ao enriquecimento da prática curricular na escola, complementando o trabalho realizado nas aulas. Seu principal objetivo é trazer aos alunos formas mais dinâmicas e interdisciplinares de lidar com o conhecimento curricular e a apropriação dos processos culturais implicados nesses conhecimentos, ampliando as possibilidades de o aluno agir e interagir com diversas ferramentas culturais da sociedade em que está inserido. As atividades complementares contemplam: visitas pedagógicas, festas temáticas (festa junina, halloween, carnaval etc.), palestras, gincanas e outros projetos que realizam o currículo escolar para além da aplicação de aulas. Essas atividades são propostas por docentes, individualmente ou em grupos/equipes, ou mesmo propostas pela equipe gestora do Departamento de Educação.

Além das citadas acima, as atividades complementares também se apresentam sob a forma de oficinas, essas estruturadas e com uma regularidade e aplicação pertinente ao sistema de aulas, porém se diferenciam destas ou por sua abertura à transversalidade de temas ou por se destinarem a reforçar conteúdos compreendidos pelo grupo docente como mais pertinentes ao cumprimento do programa curricular para diferentes necessidades dos alunos.

As oficinas têm realização semestral ou, em casos especiais, acompanham os períodos letivos estipulados (bimestre ou trimestre) ocorrendo no turno vespertino e com a duração de um ou mais tempos, de acordo com as especificidades do projeto.

As oficinas se dividem em duas modalidades: eletiva e obrigatória. O modo obrigatório é estabelecido ao aluno por encaminhamento do(s) docente(s) que o acompanha, não cabendo recusa do aluno, uma vez que o referido encaminhamento se dá por dificuldades que o aluno apresenta, e é previsto que a oficina indicada vá atuar em tal dificuldade. O aluno pode ser indicado em até uma oficina obrigatória por dia da semana. No modo eletivo, o aluno pode escolher de uma a cinco oficinas dentro das oferecidas naquele período letivo, contanto que não tenha sido encaminhado para nenhuma oficina obrigatória no dia da oficina escolhida. No entanto, é possível que uma oficina de natureza eletiva seja indicada para um determinado aluno, tornando-se obrigatória para ele. Também cabe ressaltar que as oficinas eletivas contam necessariamente com apresentação de projeto do(s) docente(s) que a oferece, constando desde objetivos e métodos a produto final e avaliação.

É relevante destacar que, o corpo docente do ensino fundamental, entende que na instituição deve ser oportunizado o ensino de Braille e Sorobã a todos os alunos que estão matriculados, assim como Orientação e Mobilidade e PEVI.

O uso de Novas tecnologias

O uso de novas tecnologias digitais serão utilizadas de maneira a perpassar todo o currículo do educando, pensando sempre na promoção da autonomia e acessibilidade . Essa aprendizagem para o uso poderá ocorrer durante as matérias curriculares como complemento, suporte e/ou apoio, ou ainda como promotor de uma atividade complementar que poderá ser de ensino sobre o uso da tecnologia ou poderá utilizá-la como suporte para a construção do conhecimento.

CURRÍCULO NO ENSINO FUNDAMENTAL:

O conhecimento escolar é entendido com uma constituição de saberes oriundos de diferentes fontes de conhecimentos sistematizados no âmbito das disciplinas e de outras formas de organização respaldadas na cultura, nas instituições e na ciência.

Cabe ressaltar, que pensar o currículo não significa apenas circunscrevê-lo a objetivos, conteúdo e métodos educacionais, formalizado por meio das tradições acumuladas das disciplinas. Pensar o currículo é assumir um projeto educacional, permeado de interesses e intencionalidades, no intuito de formar uma sociedade não excludente por vezes utópicos, mas que orientem nossos estudantes no caminho da crítica, da emancipação, do coletivo, da acolhida, da não discriminação e do desenvolvimento de uma sociedade mais justa, ética, ecológica e sustentável.

RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA

Cabe ressaltar que o processo educacional não é apenas uma responsabilidade da escola, visto que a Educação comporta uma dimensão maior do que propriamente ensinar e instruir. Ela deve ter como meta a emancipação do indivíduo e seu empoderamento por meio do conhecimento, a fim de que ele seja capaz de agir no mundo em que vive e transformá-lo

A participação dos pais na educação de seus filhos deve ser permanente e consciente. As esferas familiar e escolar se complementam.

Sempre procuramos estreitar estes laços, através de vários momentos onde, temos oportunidade de trocas de informações em nossos alunos. Através de Reuniões de pais, Fórum para debates, APAR - Associação de pais, amigos e reabilitandos do Instituto Benjamin Constant.

AVALIAÇÃO:

Em um ambiente educativo, é preciso ressaltar a necessidade da execução de uma avaliação no tempo, no espaço e nas condições possíveis. A avaliação deve buscar a precisão, o uso de instrumentos adequados, sintonizados com as informações que se deseja obter. É essencial que a avaliação se realize com base em valores, com transparência e respeito com todos que dela participam. (PENNA FIRME, 1994)

Ao tratar especificamente dos processos de avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento, é importante destacar que ela deve ter como funções apoiar a reflexão sobre as práticas pedagógicas, oferecer subsídios para o planejamento e gestão das atividades escolares bem como informar à comunidade escolar sobre o desempenho dos estudantes, seus avanços, conquistas e desafios a superar

A avaliação no Ensino Fundamental do Instituto Benjamin Constant, acontece conforme é apresentada no Documento Normativo de Avaliação no Ensino Fundamental do Departamento de Educação do Instituto Benjamin Constant. Publicada através da Portaria nº 118, de 25 de abril de 2017.

DOCUMENTO NORMATIVO DE AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO NOS NOVE ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A avaliação compreenderá o desenvolvimento global do aluno, tendo como elementos balizadores: aproveitamento no programa curricular; desenvolvimento da autonomia; relações interpessoais; participação nas atividades pedagógicas em sala de aula e nas atividades extraclasse, incluídos os eventos promovidos pela escola.

AVALIAÇÃO NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO/CICLO DA INFÂNCIA

O ciclo de alfabetização compreende os três primeiros anos do Ensino Fundamental, devendo haver a integração e a continuidade dos trabalhos nos anos implicados, o que indica a necessária integração do programa curricular nesses anos e a previsão da integração ao programa praticado nos anos seguintes. Deve-se atentar para que as turmas do Ciclo não sejam organizadas por nível de desenvolvimento dos alunos, privilegiando-se as trocas próprias a grupos heterogêneos.

Com relação à faixa etária dos alunos que ingressam no 1º ano, deve ser obedecida a idade indicada no Parecer CNE/CEB nº 04/2008, na qual a idade adequada para o ingresso no 1º ano é a de seis anos de idade; sendo o 2º ano indicado para alunos de 7 anos de idade e o 3º ano para alunos de 8 anos de idade.

Alunos que busquem matrícula nova e que estejam acima da faixa adequada ao ciclo de alfabetização terão, no primeiro mês de sua matrícula, sua situação analisada pelo grupo docente e gestor, que deverão pensar um programa de inclusão do aluno no currículo escolar, minimizando os prejuízos que este venha a apresentar em função da defasagem idade-série.

Não há retenção por rendimento escolar nos 1º e 2º anos. A partir do 3º ano, poderá haver retenção por rendimento escolar, tendo sido lançadas todas as avaliações recomendadas pelas diretrizes nacionais.

Durante os anos do Ciclo, poderá haver retenção por número de faltas, atendendo-se às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

As avaliações serão registradas na forma de relatórios qualitativamente descritivos, havendo, ainda, testes (sem quantificação dos resultados) e portfólios para os três anos do Ciclo. Haverá, no mínimo, três relatórios anuais para cada aluno, os quais devem se distribuir da seguinte forma: o primeiro, apresentar/caracterizar o desenvolvimento do aluno nos dois primeiros meses do ano letivo; o segundo relatório ao final do primeiro semestre, contemplando o desenvolvimento do aluno dentro dos trabalhos desenvolvidos no período; e o último ao final do ano, indicando todos os avanços e aspectos a serem investidos no ano seguinte. A critério do professor, relatórios suplementares poderão ser apresentados.

Os relatórios devem observar aspectos diversos pertinentes ao desenvolvimento global do aluno, de acordo com os objetivos lançados para cada ano do Ciclo e expondo as estratégias de ensino diferenciadas aplicadas no trabalho junto ao aluno.

O aluno terá cada um de seus relatórios elaborados conjuntamente por todos os profissionais que atendem o aluno na instituição, desde os docentes aos profissionais de atendimentos e mobilidade, mediador especialista).

Eventualmente, relatórios específicos poderão ser solicitados pela gestão do Departamento, em função de demandas não previstas neste Documento.

AVALIAÇÃO DO 4º AO 9º ANO

As avaliações serão expressas por notas e/ou relatórios, havendo a cada período letivo (bimestral/trimestre), no mínimo, duas avaliações formais diversificadas (prova escrita ou oral, trabalho, autoavaliação, pesquisa, teste etc.), escolhidas a critério do docente e devem seguir o plano curricular da disciplina.

Para as avaliações por nota, a média bimestral/trimestral é seis (6,0), praticando-se sistema de notas de 0 a 10 a cada período letivo e na média anual.

As notas e/ou médias bimestrais e finais serão expressas por números inteiros ou decimais com parte fracionária de 0,5 (cinco décimos). O docente deverá se basear nas seguintes aproximações, quando necessárias: a) Para ponto inteiro imediatamente inferior, os décimos ou centésimos compreendidos entre 0,01 (um centésimo) e 0,24 (vinte e quatro centésimos), inclusive; b) Para 0,5 (cinco décimos) acima, os décimos e centésimos compreendidos entre 0,25 (vinte e cinco centésimos) e 0,49 (quarenta e nove centésimos), inclusive; c) para 0,5 (cinco décimos) abaixo, os décimos e centésimos compreendidos entre 0,51 (cinquenta e um centésimos) e 0,74 (setenta e quatro centésimos), inclusive; d) Para ponto inteiro imediatamente superior, os décimos e centésimos compreendidos entre 0,75 (setenta e cinco centésimos) e 0,99 (noventa e nove centésimos), inclusive.

Relatórios deverão ser elaborados para alunos com deficiência intelectual ou quaisquer comprometimentos que afetem o desenvolvimento intelectual, também podendo ser aplicados em outros casos quando favoravelmente observados pelo grupo gestor do Departamento e pelos docentes envolvidos com o aluno. A critério de ambos, avaliações de cunho quantitativo poderão ser aplicadas.

Recuperação

Os estudos de recuperação serão proporcionados ao longo do processo ensino/aprendizagem, ao aluno que obtiver média inferior a 6 (seis) ao final de cada bimestre/trimestre, necessitando conseqüentemente de apoio pedagógico.

A verificação do aproveitamento na recuperação será efetuada através de avaliação formal (prova escrita ou oral, trabalho, autoavaliação, pesquisa, teste etc.), escolhida a critério do docente e seguindo o plano curricular da disciplina. O instrumento de avaliação a ser aplicado deverá ser apresentado por escrito em seus objetivos e resultados após aplicação com o aluno

A forma como acontecerá a recuperação (aulas presenciais ou programa de estudos) também será a critério do docente. No caso de programa de estudos, um plano será entregue ao aluno, composto pelas matérias a serem estudadas para a recuperação e, ainda,

com proposições de atividades. Uma semana antes das avaliações de recuperação, o aluno terá um dia previamente agendado de “plantão tira dúvidas” com o professor regente. Com relação à nota da recuperação, será considerada apenas a nota da avaliação de recuperação, não havendo média. Caso a nota obtida na avaliação de recuperação seja menor do que a média do bimestre, prevalecerá a nota da média do bimestre.

Avaliação Final

A Avaliação Final será aplicada aos alunos que não atingirem o rendimento escolar mínimo estabelecido na Instituição, considerando também a média anual estabelecida.

A avaliação será elaborada e aplicada pelo professor regente da disciplina, considerando-se, em sua elaboração, os conteúdos pré-selecionados que sejam pré-requisitos para cursar o ano escolar seguinte. Os conteúdos apontados como pré-requisitos serão construídos pelas equipes de área por segmento.

Com relação à nota da Avaliação Final, será considerada apenas a nota obtida por meio do instrumento aplicado, não havendo média. Caso o aluno não alcance a nota 6 (seis) na Avaliação Final, será considerado reprovado/retido, salvo casos em que se defina pela aprovação em Conselho de Classe.

Repetência/Retenção

Serão reprovados/retidos alunos que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis) na Avaliação Final, bem como alunos que não cumprirem 75% de frequência anual.

As retenções/reprovações serão registradas em Conselho de Classe, podendo este Conselho definir pela aprovação do aluno que não atender ao estabelecido no parágrafo acima, justificando-se a aprovação e estabelecendo medidas que corrijam o rendimento não alcançado.

O aluno que tiver a segunda reprovação no Ensino Fundamental será encaminhado por Conselho de Classe para Estudo de Caso, de modo que se elabore plano de estudos que promovam a correção da distorção idade-série, com a participação da família e dos docentes que atuam e atuaram diretamente com o aluno.

Segunda Chamada

O aluno e/ou o responsável deverá justificar à coordenação de segmento e ao docente a falta ocorrida em datas de avaliação, solicitando uma Avaliação de Segunda Chamada, a qual será agendada pelo docente. Casos não justificados devidamente poderão ter a solicitação negada.

O docente deverá apresentar, no início de cada período letivo, indicações quanto aos instrumentos de avaliação e datas previstas para aplicação das mesmas, atentando para o prazo de segunda chamada nos casos de faltas justificadas.

Não haverá período para segunda chamada na Avaliação Final. Casos de ausência de alunos na Avaliação Final serão analisados pelo grupo docente e gestor do Departamento.

Trancamento de matrícula:

O responsável pelo aluno poderá solicitar o trancamento da matrícula, mediante requerimento encaminhado através da Secretaria da Instituição, com o conhecimento do DED, anexando o motivo da solicitação, até o término do 3º Bimestre/2º Trimestre.

Os casos especiais, que excedam o prazo previsto, serão analisados conjuntamente pelo DED e Direção Geral.

Aceleração:

O aluno que apresentar desempenho, potencial cognitivo e faixa etária acima da série que está cursando, deverá ser avaliado pelo professor regente, pelo coordenador de área ou disciplina e por mais um professor da série seguinte, a fim de ser promovido.

Frequência:

O controle da frequência do aluno fica a cargo da Secretaria Geral da Instituição, conforme informação registrada nos diários de classe.

Será exigida do aluno a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para aprovação conforme LDB, Art. 24, inciso VI, Cap.II, seção I.

Avaliação de educando Transferido:

O educando será enturmado na série correspondente à documentação apresentada por ele no ato da matrícula. Caso haja, disparidade entre o ano indicado na documentação e o rendimento apresentado em suas atividades acadêmicas. O IBC

de acordo com a LDB, Cap. II, Seção I, poderá submetê-lo a testes para que a adequação aluno/ano de escolaridade aconteça. Além de um relatório sobre o seu estágio de desenvolvimento, tanto pessoal como escolar.

Esta testagem, também ocorrerá no caso do educando que não apresentar documentação de escolaridade, no ato da matrícula.

Tecnologias Educacionais e Tecnologia Assistiva no Instituto Benjamin Constant

É comum que tecnologia seja confundida com equipamentos, máquinas ou ferramentas, mas seu conceito engloba todas as coisas que o cérebro humano pode criar em todas as épocas, seus usos e aplicações (KENSKI, 2008). Ao considerarmos tecnologia como um conjunto de saberes envolvidos no desenvolvimento e produção de recursos e ferramentas criados pelo homem no curso da história, a fim de satisfazer suas necessidades individuais e coletivas (VERASZTO et al., 2008), percebemos que ela é tão antiga quanto a humanidade, e que se tornou indispensável em muitos aspectos de nossa vida. É por meio do conhecimento tecnológico que somos capazes de criar soluções para problemas, levando em conta o contexto em que tais problemas estão inseridos (VERASZTO et al., 2008).

Considerando as especificidades da instituição e o público atendido, não é possível pensar em nosso trabalho em pleno século XXI sem a utilização de diferentes recursos tecnológicos, pois quando estes são acessíveis podem contribuir para o enriquecimento não só das práticas pedagógicas como também das práticas sociais, oportunizando a discussão de situações cotidianas das pessoas com DV, surdocegueira e deficiência múltipla. Dessa forma, a tecnologia se constitui como um valioso recurso pedagógico e como ferramenta de inclusão social (SANTOS; PEQUENO, 2011).

Dentre as tecnologias disponíveis hoje, são de grande importância para o trabalho a ser desenvolvido nesta instituição a tecnologia assistiva (TA) e as tecnologias educacionais. A TA foi definida pelo Comitê de Ajudas Técnicas da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência como uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2009).

A TA pode ser entendida como auxiliar na ampliação de habilidades funcionais deficitárias ou na realização de uma função que esteja impedida por uma deficiência, pelo envelhecimento ou por uma situação temporária, proporcionando mais autonomia, qualidade de vida e inclusão social (BERSH, 2013). No entanto, os recursos tecnológicos se desenvolvem rapidamente e suas implicações para o processo educacional de pessoas com

deficiência estão em constante evolução (OKOULO, BOUCK, ?), o que exige pesquisa e experimentação igualmente constantes.

A tecnologia educacional está relacionada a solução de problemas que se apresentam nos contextos de aprendizagem. Ela não pode se restringir às técnicas e materiais, mas precisa também incluir os processos cognitivos de construção do conhecimento, que ocorrem de forma a adaptar-se às transformações que ocorrem no espaço-tempo, e as influências ambientais, sociais e intelectuais (LUPPICINI, 2005). Numa sociedade não apenas determinada pela tecnologia, mas em que a tecnologia é a própria sociedade (CASTELLS, 2006), e em que conhecimento e informação são peças-chave para a sobrevivência, a tecnologia educacional deve ser utilizada como ferramenta de empoderamento dos estudantes, ao promover situações de aprendizagem em que este estudante está no centro do processo, sendo responsável por ele (HOWLAND; JONASSEN; MARRA, 2012). Isso porque, quando utilizada adequadamente, a tecnologia favorece o desenvolvimento de habilidades e competências que permitem que o sujeito aprenda a aprender: ele busca informações necessárias à resolução de determinado problema; avalia a qualidade daquilo que encontra; escolhe as informações mais adequadas; e utiliza essas informações de acordo com suas necessidades. Essas situações de aprendizagem também favorecem o trabalho em equipe e a valorização da construção coletiva do conhecimento e a criatividade no desenvolvimento de soluções.

Atualmente, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), cujos expoentes são os computadores pessoais, tablets e smartphones com acesso à internet, têm um papel importante, e muitas vezes imprescindível, nas formas de comunicação e interação das pessoas (CASTELLS et al., 2007). Torna-se inevitável, então, que elas estejam presentes também nos contextos educacionais, e cabe aos educadores fazer com que as TIC possam funcionar também como tecnologias educacionais, contribuindo para a formação de um sujeito capaz de interagir adequadamente com as ferramentas de seu tempo.

No caso do nosso público-alvo, pensamos que as TIC, e em especial as tecnologias acessíveis e assistiva baseadas no computador e nos dispositivos móveis (incluindo diferentes periféricos e equipamentos complementares) com acesso à internet, podem não só contribuir para a apropriação das práticas pedagógicas das disciplinas escolares (GASPARETTO et al., 2012), como também favorecer a inserção das pessoas com deficiência visual na sociedade e o exercício pleno de sua cidadania (HOGETOP; SANTAROSA, 2002), considerando que pessoas com deficiência visual dependem em vários momentos da tecnologia, que promove sua autonomia e minimiza a dependência de outras pessoas, fator que os incomoda em grande medida (ALVES et al., 2013).

Embora as TIC estejam presentes em nosso cotidiano e seu uso pareça de tal forma naturalizado em nosso meio que tenhamos a impressão de que o acesso a elas, seja pela posse dos dispositivos ou pela habilidade de usá-los, se dá igualmente por todas as pessoas, isso não acontece em todos os contextos (MARTINIELLO et al., 2012; NUNES; DANDOLINI; SOUZA, 2014; OKOLO; DIEDRICH, 2014; SÖDERSTRÖM; YTTERHUS, 2010). Por isso, a incorporação dessas tecnologias no ambiente escolar não é trivial, sendo necessário um esforço conjunto de docentes, estudantes, instituições e políticas públicas para que o conhecimento tecnológico seja não um fim em si mesmo, mas um meio de se chegar a novos conhecimentos e a novas práticas de cidadania (NASCIMENTO, 2007).

Considerações do grupo de docentes do IBC

Foram sistematizadas as respostas do questionário, referentes às contribuições que o uso de tecnologias podem oferecer no processo de formação de um estudante do IBC, aplicado para os docentes da instituição, que consideram ser: a adaptação de materiais; facilitação e estimulação da aprendizagem; desenvolvimento cognitivo e socioafetivo; fomento à comunicação para pessoas com deficiência múltipla e estudantes sem fala articulada; desenvolvimento de habilidades e competências para o mundo laboral; inclusão social, digital e autonomia; acesso à informação, interação e comunicação com a sociedade e o desenvolvimento global do aluno.

Para a utilização dos recursos tecnológicos na prática pedagógica, de forma autônoma, os professores consideram necessária a formação acerca das tecnologias existentes e suas possibilidades de utilização. Capacitação esta que pode ocorrer como formação continuada, utilizando-se da carga horária destinada à extensão ou não, nas modalidades presencial ou à distância. Utilizaram-se das terminologias formação, capacitação e treinamento.

Atribuições

A Informática Educativa privilegia a utilização do computador como a ferramenta pedagógica que auxilia no processo de construção do conhecimento. Neste momento, o computador é um meio e não um fim, devendo ser usado considerando o desenvolvimento dos componentes curriculares. Nesse sentido, o computador transforma-se em um poderoso recurso de suporte à aprendizagem, com inúmeras possibilidades pedagógicas, desde que haja uma reformulação no currículo, que se crie novos modelos metodológicos e didáticos, e principalmente que se repense qual o verdadeiro significado da aprendizagem, para que o computador não se torne mais um adereço travestido de modernidade. (ROCHA, 2008)

Com base nos conceitos aqui apresentados e as demandas dos docentes da instituição, são atribuições dos profissionais que atuam com Tecnologias Educacionais ou Informática Educativa:

- 1) Manter-se atualizados acerca do uso de Novas Tecnologias Digitais em Educação;
- 2) Dominar o uso dos recursos de TE e TA disponíveis na instituição;
- 3) Trabalhar em co-regência com os professores regentes de turma e / ou disciplina através de projetos de curta ou longa duração (DED);
- 4) Realizar atividades complementares (DED);
- 5) Oferecer formação interna e externa (presencial e/ou à distância) para docentes e profissionais que atuem na área sobre o uso das TE e TA para pessoas com deficiência visual;
- 6) Proporcionar aos estudantes do IBC orientações e formações individualizadas envolvendo as principais ferramentas de TE e TA na área da deficiência visual, com o uso de recursos próprios ou dos disponíveis na instituição.

ROCHA, Sinara Socorro Duarte. O uso do Computador na Educação: a Informática Educativa. Revista espaço acadêmico, v. 85, 2008.

Ciências da Natureza no Ensino Fundamental

Através dos séculos, o homem discorreu sobre a natureza da matéria e foi adquirindo, pouco a pouco, conhecimentos aprofundados sobre a vida, o comportamento dos átomos, a eletrônica e a informática. Conhecer os passos da evolução, a experimentação das ciências e das técnicas do passado é a principal chave para compreender o mundo científico e tecnológico em torno do qual se gira. Numa sociedade em que se convive com a supervalorização do conhecimento científico e com a crescente intervenção da tecnologia no dia a dia, não é possível pensar na formação de um cidadão crítico à margem do saber científico.

Mostrar a ciência como instrumento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações, para reconhecer o homem como parte do universo e como indivíduo, é meta que se propõe para o ensino das Ciências da Natureza. Por isso, ao longo de todo o Ensino Fundamental, é essencial que a escola promova a Alfabetização Científica, de modo que os estudantes tenham autonomia para compreender e transformar o mundo em que vivem. A apropriação de seus conceitos e procedimentos pode contribuir para o questionamento do que se vê e ouve, para a ampliação das explicações acerca dos fenômenos da natureza, para a compreensão e valoração dos modos de intervir na natureza e de utilizar seus recursos, para a compreensão dos recursos tecnológicos que realizam essas mediações, para a reflexão sobre questões éticas implícitas nas relações entre ciência, sociedade e tecnologia.

Nessa perspectiva, a área de Ciências da Natureza, articulada às outras áreas de conhecimento, precisa assegurar o acesso à diversidade de conhecimentos científicos acumulados ao longo da história, bem como a familiarização aos principais processos da investigação científica. Espera-se, desse modo, possibilitar que os estudantes tenham um novo olhar sobre o mundo que os cerca, como também façam escolhas e intervenções conscientes e pautadas nos princípios da sustentabilidade e do bem comum. Além disso, a curiosidade em relação ao funcionamento e processos do mundo que os cerca deve ser estimulada e associada à investigação científica.

Para isso, é imprescindível a organização de situações de aprendizagem partindo de questões que sejam desafiadoras, estimulem o interesse e a curiosidade científica dos estudantes e possibilitem definir problemas, levantar, analisar e representar resultados; comunicar conclusões e propor intervenções. O processo investigativo deve ser entendido como elemento central na formação dos estudantes, em um sentido mais amplo, e cujo desenvolvimento deve ser atrelado a situações didáticas planejadas ao longo de toda a educação básica, de modo a possibilitar aos alunos revisitar de forma reflexiva seus conhecimentos e sua compreensão acerca do mundo em que vivem. Sendo assim, o ensino de Ciências da Natureza deve promover situações nas quais os alunos possam:

Observar o mundo a nossa volta e fazer perguntas.

Analisar demandas, delinear problemas e planejar investigações.

Propor hipóteses.

Realizar atividades de campo (experimentais, teóricas, leituras, visitas etc.).

Desenvolver e utilizar ferramentas adaptadas para análise e representação de dados (imagens, esquemas, tabelas, gráficos, quadros, diagramas, mapas, modelos, representações de sistemas, fluxogramas, mapas conceituais, simulações etc.).

Avaliar informação (validade, coerência e adequação ao problema formulado).

Elaborar explicações e/ou modelos.

Associar explicações e/ou modelos à evolução histórica dos conhecimentos científicos envolvidos.

Selecionar e construir argumentos com base em evidências, modelos e/ou conhecimentos científicos.

Aprimorar seus saberes e incorporar, gradualmente, e de modo significativo, o conhecimento científico.

Desenvolver soluções para problemas cotidianos, usando diferentes ferramentas.

Organizar e/ou extrapolar conclusões.

Relatar informações de forma oral, escrita ou multimodal.

Apresentar, de forma sistemática, dados e resultados de investigações.

Participar de discussões de caráter científico com colegas, professores, familiares e comunidade em geral.

Considerar contra-argumentos para rever processos investigativos e conclusões.

Implementar soluções e avaliar sua eficácia para resolver problemas cotidianos.

Desenvolver ações de intervenção para melhorar a qualidade de vida individual, coletiva e socioambiental.

Considerando o que foi descrito acima, o componente curricular Ciências da Natureza devem garantir aos estudantes as seguintes competências específicas:

1. Compreender as ciências como empreendimento humano, reconhecendo que o conhecimento científico é provisório, cultural e histórico.
2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas e socioambientais e do mundo do trabalho.
3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, tecnológico e social, como também às relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas e buscar respostas.
4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e da tecnologia e propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.
5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
6. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza.
7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para

tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Objetivos Específicos do 1º ano

Observar, pesquisar e descobrir os fenômenos relativos aos elementos do meio ambiente: a água, o ar e o solo;

Levar a criança a sentir através de experiências reiteradas, a íntima ligação existente entre os seres vivos e o meio: plantas, animais, o homem, a água, o ar e o sol;

Fazer a criança entender a influência das variações dos fatores do meio sobre os seres vivos: a temperatura, a umidade e as condições do solo;

Aplicar os princípios científicos às situações cotidianas: conservação de alimentos, higiene pessoal e do meio, visando a preservação da saúde.

Objetivos Específicos do 2º ao 5º ano

Identificar e compreender as relações entre solo, água, seres vivos nos fenômenos de escoamento da água, erosão e fertilidade dos solos, nos ambientes urbano e rural;

Caracterizar causas e consequências da poluição da água, ar e solo;

Caracterizar espaços do planeta possíveis de serem ocupados pelo homem, considerando as condições de qualidade de vida;

Compreender o corpo humano como um todo integrado e a saúde como bem-estar físico, social e psíquico do indivíduo;

Compreender o alimento como fonte de matéria e energia para o crescimento e manutenção do corpo, e a nutrição como conjunto de transformações sofridas pelos alimentos no corpo humano: a digestão, a absorção e o transporte de substâncias e a eliminação de resíduos;

Estabelecer relação entre a falta de asseio corporal, a higiene ambiental e a ocorrência de doenças no homem;

Identificar as defesas naturais e estimuladas (vacinas) do corpo;

Caracterizar o aparelho reprodutor masculino e feminino, e as mudanças no corpo durante a puberdade, respeitando as diferenças individuais do corpo e do comportamento nas várias fases da vida;

Identificar diferentes manifestações de energia – luz, calor, eletricidade e som – e conhecer alguns processos de transformação de energia na natureza e por meio de recursos tecnológicos;

Identificar os processos de captação, distribuição e armazenamento de água – fervura e adição de cloro, relacionando-os com as condições necessárias à preservação da saúde;

Compreender a importância dos modos adequados de destinação das águas servidas para a promoção e manutenção da saúde;

Caracterizar materiais recicláveis e processos de tratamento de alguns materiais do lixo – matéria orgânica, papel, plástico, etc.

Organizar e registrar as informações por meio de desenhos, quadros, tabelas, esquemas, gráficos, listas, textos e maquetes, de acordo com as exigências do assunto em estudo;

Responsabilizar-se no cuidado com os espaços que habita e com o próprio corpo, incorporando hábitos possíveis e necessários de alimentação e higiene no preparo dos alimentos, de repouso e lazer adequados;

Valorizar a vida em sua diversidade e a preservação dos ambientes.

Objetivos Específicos do 2º ao 5º ano

Compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive;

Identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica;

Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos das Ciências Naturais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar;

Saber utilizar conceitos básicos, associados à energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;

Saber combinar leituras, observações, experimentações, registros, etc., para coleta, organização, comunicação e discussão de fatos e informações;

Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperação para a construção coletiva do conhecimento;

Compreender a saúde como bem individual e comum que deve ser promovido pela ação coletiva;

Compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem.

Proposta Curricular Mínima de Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental

1º ano

1 – Esquema corporal

Distinção das partes do corpo

Localização (onde ficam: a cabeça, o tronco e os membros)

Distinção sexual

Valorização e acolhimento das diferentes características de cada pessoa

2 – Higiene e saúde:

Conceito de higiene;

Hábitos de higiene;

Como deve ser a água que bebemos;

A importância da água na higiene;

A higiene bucal;

A higiene do corpo, do vestuário, da casa como fator de saúde).

3 – Alimentação / Saúde

Utilização dos alimentos;

Diferenciar vários grupos de alimentos – origem: legumes, frutas e verduras.

Como devemos proceder com os alimentos que ingerimos.

4 – Os astros e as estações do ano:

Relações entre a Terra, o Sol e a Lua

Verão

Outono

Inverno

Primavera

5 – Os animais

Características dos animais

Animais selvagens e domésticos

6 – As plantas e o meio ambiente:

Características das plantas

Partes da planta

Importância do meio ambiente

2º ano

1 – Seres Humanos

Características

Ciclo de vida

Cuidados com a saúde

2 – Sentidos

Tato

Visão

Audição

Olfato

Gustação

3 – Meio Ambiente

Características e componentes

Relações no ambiente

Ar, água e solo

4 – Animais

Características e necessidades

Ciclo de vida e reprodução

5 – Plantas

Características e necessidades

Ciclo de vida e reprodução

6 – Céu e Terra

Dias e noites

Céu de dia

Céu de noite

7 – Materiais e Tecnologia

Materiais do dia a dia

Estados físicos e transformações

Materiais naturais e artificiais

3º ano

1 – Luz e Calor

Luz e os corpos

Calor e temperatura

2 – Matéria e suas transformações

Reconhecimento da matéria
Substâncias e transformações
3 – Rochas e Solo
Rochas e minerais
Solo
Importância das rochas e do solo
4 – Água
Água no planeta
Mudanças de estados físicos da água
Ciclo da água
Água como solvente universal
O uso da água e poluição
5 – Ar
Existência e características do ar
Atmosfera
Poluição do ar
6 – Plantas
Corpo das plantas
Flor, fruto e semente
7 – Animais
Classificação dos animais
Invertebrados
Vertebrados
8 – Metabolismo humano
Digestão
Respiração
Integração do metabolismo
9 – Sistema locomotor
Ossos e esqueleto
Músculos
Movimentos

4º ano

1 – Vida microscópica
Microscópio
Células
2 – Microrganismos
Bactérias
Fungos
Protozoários
Microrganismos e saúde
Decomposição
3 – Ecologia
Ecossistemas
Relações alimentares

Relações ecológicas
4 – Produção de energia
Alimentação e respiração dos animais e plantas
Fotossíntese
5 – Alimentação do ser humano
Alimentos e nutrientes
Digestão
Alimentação e saúde
Alimentos industrializados
6 – Sistemas respiratório, circulatório e excretor
Respiração
Circulação
Excreção
Integração entre essas funções
7 – Energia e suas transformações
Fontes de energia
Transformação da energia
8 – Movimento e força
Movimento dos corpos
Força
Máquinas
9 – Universo
Características do universo
Sistema Solar
Rotação e translação da Terra

5º ano
1 – Sistema Nervoso
Sistema nervoso
Sentidos
Coordenação nervosa
2 – Reprodução
Reprodução sexuada e assexuada nos seres vivos
Sistema reprodutor
Fecundação e gravidez
Métodos contraceptivos
Fases da vida
Sexualidade
3 – Evolução
Fósseis
História da vida na Terra
4 – Biomas Brasileiros
Floresta Amazônica
Mata Atlântica
Caatinga

Cerrado
Pantanal
Campos
5 – Recursos Naturais
Uso dos recursos naturais
Atividades humanas
Sustentabilidade
6 – Eletricidade e magnetismo
Eletricidade
Uso da energia elétrica
Magnetismo
Geração de energia elétrica
Usinas hidrelétricas e termelétricas
Aquecimento global
Fontes alternativas de energia

6º ano

1 – Astronomia e Terra
Universo: estrelas, constelações, galáxias, origem
Sistema Solar: sol, planetas
Movimentos da Terra e Lua: rotação, translação, fases da lua, eclipses
Estrutura da Terra: crosta terrestre, manto e núcleo
Placas litosféricas, terremotos, vulcões
Tempo geológico

2 – Solo
Rochas e minerais
Tipos, formação, horizontes
Degradação, contaminação, poluição, lixo

3 – Ar
Características e composição
Atmosfera, camadas, fenômenos meteorológicos, previsão do tempo
Degradação, contaminação, poluição, efeito estufa

4 – Água
Características e propriedades
Hidrosfera, ciclo da água
Degradação, contaminação, poluição
Tratamento de água, esgoto, saneamento básico

5 – Ecologia
Conceitos básicos
Energia nos ecossistemas

Relações ecológicas
Desequilíbrios ecológicos
Biomass

7º ano

1 – Organização dos Seres Vivos
Características dos seres vivos
Células e estruturas celulares
Tipos de células
2 – Evolução
Origem da vida
Teorias da evolução biológica
3 – Classificação dos Seres Vivos
Critérios de classificação
Taxionomia
Vírus
5 – Microrganismos
Reino Monera
Reino Protista
Reino Fungi
Microrganismos e saúde
6 – Reino Plantae
Características das plantas
Classificação das plantas
Órgãos vegetais
7 – Reino Animalia
Características dos animais
Animais invertebrados
Animais vertebrados

8º ano

1 – Organização celular
Células
Organelas celulares
Divisão celular
Tecidos
2 – Reprodução
Sistema reprodutor
Sexualidade humana
Herança genética
3 – Locomoção
Sistema locomotor
Ossos

Músculos

4 – Digestão

Digestão e alimentos

Sistema digestório

5 – Respiração, circulação e excreção

Oxigênio e energia

Sistema respiratório

Sangue e circulação

Sistema circulatório

Sistema linfático

Sistema excretor

Integração entre digestão respiração, circulação e excreção

6 – Coordenação

Sentidos

Sistema nervoso

Sistema endócrino

9º ano

Química:

1 – Matéria

Características e propriedades

Estados físicos

Mudanças de estados físicos

Fenômenos químicos e físicos

2 – Substâncias

Substâncias puras, misturas e combinações

Separação de misturas

3 – Átomo

Modelos atômicos

Estrutura atômica

Elementos químicos

Distribuição eletrônica

Classificação periódica

4 – Relações entre átomos e moléculas

Ligações químicas

Reações químicas

Física:

1 – Cinemática

Conceitos

Velocidade

Aceleração

Movimentos

2 – Dinâmica

Força

Trabalho
Potência
Leis de Newton
3 – Energia
Tipos de energia
4 – Termologia
Calor e temperatura
5 – Ondulatória
Ondas
Som
Óptica
6 – Eletricidade e magnetismo
Estática e dinâmica
Corrente elétrica
Circuito elétrico
Resistência elétrica
Potência elétrica
Magnetismo

História: a título de reflexão¹⁴

Quando pensamos nos sentidos que a História pode vir a ter devemos considerar, com todas as possíveis definições que cabem em sua conceituação, o quanto são etéreas e efêmeras quaisquer conceituações que se pretendam definitivas. Ou seja, o pensar e fazer História são próprios de uma determinada conjuntura, de um determinado momento social. Essa premissa se faz ainda mais necessária quando pensamos sobre o ensino de História.

Cabe recuperarmos uma das possibilidades de se entender a História a partir da reflexão feita por um de seus expoentes, o historiador medievalista Jacques Le Goff, que afirma ser “A História como conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica”. Mas o que seria essa cultura histórica senão as possibilidades de se pensar o passado a partir de diferentes referências que extrapolam o conhecimento puramente acadêmico? Em outras palavras, seriam os diversos suportes narrativos que permitem um diálogo com o passado: a memória, o saber da experiência, a literatura, registros materiais, as tradições orais, entre tantos outros. É, através da perspectiva de Helenice Rocha, adequar a linguagem do discurso histórico sem abrir mão do “rigor do conhecimento que lhe serve de base”

Partindo desse princípio, refletir sobre os sentidos da História em sala de aula requer considerar as contribuições e referências do entendimento sobre o passado oriundos das experiências individuais dos alunos que, em ampla medida, tomam ciência de discursos sobre o passado filtrados por outros meios que não aqueles pensados e elaborados no ambiente acadêmico e escolar. Assim, além de ampliar o diálogo com outras formas de interpretar e analisar o passado, cabe no meio escolar trazer à tona as questões que invocam o cotidiano, as diversidades e os anseios de grupos sociais que, até muito recentemente, se encontravam alijados das discussões em pauta na nossa sociedade. São os processos dialéticos do saber escolar em permanente transformação que moldam e são moldados pelas complexas dinâmicas do (s) tempo (s) histórico (s) em suas idas e vindas, ora reinterpretando os antigos fatos, ora apresentando e lançando novos desafios.

A defesa de uma História crítica deve estar ancorada, também, na crítica de seus conteúdos e de seus currículos, passíveis de escolhas, preferências e resistências. Diante disso, pensar e construir o currículo da disciplina de História no contexto institucional do IBC, considerando as suas especificidades, supõe incorporar no fazer pedagógico cotidiano uma constante retroalimentação entre o pensar e o fazer História.

Os momentos de crise e dos anseios de atores sociais que se desejam fazer ouvir nos permitem comparar, questionar e perceber que os desafios que constantemente fustigam os homens são inquietações de todas as pessoas em qualquer tempo histórico.

Currículo da disciplina de História para o ano letivo de 2020

6º ano do ensino fundamental (2ª Fase)

O que é História?

Os tipos diferentes de se estruturar o pensamento histórico e as fontes históricas;

¹⁴ MAGALHÃES, Marcelo et al (org.). Ensino de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 33-52. Texto de Helenice Rocha: A presença do passado na aula de História. Le Goff: A História como conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica. Adaptação do conhecimento acadêmico para fins escolares.

O tempo histórico: estrutura e duração;
As diferentes perspectivas de tempo;
Os ancestrais do homem em seus momentos: paleolítico e neolítico;
A necessidade de uma organização social: Os sentidos de cultura; como pensar a deficiência em sociedades antigas

As sociedades hidráulicas: organização social, proximidades e distanciamentos (cultura e religião na mesopotâmia, na África egípcia e Cuxita);
A América dos sambaquis As civilizações antes de Colombo;
Os povos hebreus, persas e fenícios;

Os mundos grego e do Oriente
A forte herança grega para o ocidente;

O formação do mundo romano e a abertura para os “bárbaros”;
Império e a formação do mundo cristão;

Considerações:

Os conteúdos selecionados para o 6º ano do ensino fundamental têm como princípio ambientar o aluno em espaços geográficos e temporais distintos daqueles a que o aluno já está familiarizado nos anos iniciais (1º ao 5º anos). Nesse sentido, percorrer diferentes organizações sociais se torna muito mais compreensível para o aluno.

As diferentes construções culturais, já desenvolvidas, entram em contato com outras que herdamos diretamente como no caso dos povos da África e da América. Procura-se, nesse sentido, perceber as heranças gregas e romanas não como as principais referências, mas duas entre outras possíveis. Pretende-se discutir através de referências da mitologia, o papel do deficiente no mundo antigo.

7º ano do ensino fundamental (2ª Fase)

Os impérios africanos;
O mundo árabe;
A Europa em formação a partir do fim de Roma;

O mundo feudal;
As cruzadas;
A crise do século XIV;

As descobertas marítimas e a formação do mundo globalizado;
A gestação de uma nova época (Renascimento/Reforma/Absolutismo);

A conquista do continente americano;
O início da supremacia ocidental;
O Brasil no contexto da época moderna.

Considerações:

Os conteúdos selecionados para o 7º ano do ensino fundamental têm como princípio permitir que o aluno identifique em espaços geográficos e temporais distintos, raízes de sociedades que estabeleceram contatos permanentes já na chamada Idade Média. Diante disso, os conflitos religiosos e culturais permitem compreender muitos dos estereótipos reproduzidos ainda em nossos dias sobre as sociedades africanas, ameríndias e árabes. Nesse contexto, o destaque de negros, índios e mulheres, não são exatamente iguais aos do mundo ocidental.

O modo como se estabeleceu a percepção da inferioridade de alguns povos em comparação com outros, têm suas raízes nesses mundos em transformações permanentes.

8º ano do ensino fundamental (2ª Fase)

A Colonização do Brasil: A implementação da cana-de-açúcar e os impactos da utilização da mão-de-obra escrava na formação da sociedade colonial;

O Brasil-Holandês: A presença holandesa em Pernambuco (1630-1654) e seus efeitos no plano cultural;

A mineração (século XVIII): Aspectos fundantes da sociedade mineradora; A transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763);

Revoltas Nativistas – do século XVII ao XVIII: Revolta de Beckman, Guerra dos Mascates e Emboabas; Revoltas Separatistas: Conjurações Mineira (1789) e Baiana (1798) – O caso do Rio de Janeiro;

A Revolução Industrial Inglesa;

O Iluminismo; A Carta aos cegos de Diderot

A Revolução Francesa.

Movimentos Sociais do Século XIX: a “questão social” e seu novo arcabouço teórico-ideológico.

Considerações:

Os conteúdos selecionados para o 8º ano do ensino fundamental têm por finalidade proporcionar ao aluno a identificação e o reconhecimento das relações de poder, mobilizando conceitos que seriam os pilares da sociedade moderna e contemporânea no Ocidente. A partir desse enquadramento teórico, os materiais (fontes históricas e textos filosóficos) permitem compreender muitas das situações de conflito e dos fenômenos rotinizados e reproduzidos ainda hoje.

Nesse contexto, a ênfase recai sobre o modo como se estabeleceu o capitalismo enquanto relação social de produção e também nas ideias que nortearam a formação do sistema jurídico-político da Modernidade, bem como nas críticas ao Antigo Regime, que pontuaram

essa obra e também, sua compatibilidade em relação ao mundo atual, em permanente transformação. Nesse período, busca-se discutir a cegueira a partir do pensamento iluminista e seus desdobramentos no discurso médico-científico da época.

9º ano do ensino fundamental (2ª Fase)

A Era Napoleônica e a crise do sistema colonial na América: A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil e as modificações no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro; A comparação entre as formas de governo pós-independência na América Espanhola e no Brasil.

A estrutura política e a questão nacional no Império brasileiro (1822-1889); A criação do Instituto Benjamin Constant (1854) cultural e seu contexto

A formação do Estado Republicano no Brasil: conflitos, enfrentamentos e questões envolvendo os diferentes projetos republicanos;

Cidadania e Direitos Humanos no Brasil: a relação entre o Estado e a Sociedade na implantação do regime republicano: a cultura política da Primeira República (1894-1930) – o poder oligárquico, o coronelismo e o voto; a história dos direitos sociais e políticos depois da Revolução de 30;

O mundo contemporâneo: A Grande Guerra e o descortinar do século XX, as consequências da guerra: a Revolução Social e a exemplaridade da Revolução Russa de 1917; os EUA e a cultura da afluência; a Crise do Liberalismo (político e econômico); a emergência da cultura de massas e o embate entre o(s) fascismo(s) e o(s) socialismo(s), com destaque para suas ressonâncias no Brasil;

A segunda Guerra Mundial e questão colonial: O pós-guerra e a questão das margens (relação centro-periferia) no contexto da guerra fria; o McArthismo e o nascimento da chamada contracultura; a escalada dos regimes militares no Brasil e na América Latina.

Considerações:

A seleção de conteúdos do 9º ano do ensino fundamental traz uma proposição aos alunos, qual seja, a de discutir as formas de desenvolvimento do Brasil e do Mundo contemporâneo, articulando história política e história cultural. Para tanto, o período analisado tem uma larga abrangência: se inicia com os impactos promovidos pelo Congresso de Viena (século XIX), passando pela constatação da fragilidade do Antigo Regime europeu na relação com as suas colônias. Em seguida, os movimentos de avanços e retrocessos, permanências e rupturas, na relação da sociedade brasileira com o Estado-nação recém forjado e também nas formas políticas que ele assumiria posteriormente. No ensino de História Geral, há um destaque para a Primeira Grande Guerra, que deve ser direcionado nitidamente para uma reconstituição de como foi experimentada a instabilidade do sistema geopolítico europeu após o conflito.

Num segundo momento, a crise do período entreguerras no Brasil e no contexto internacional, será analisada através do recurso a conceitos como direitos, cultura de massa, tradição e contemporaneidade. A abordagem deve se deter sobre os movimentos político-ideológicos e conflitos sociais, da terceira década do século XX em diante. Por fim, o corte cronológico se fecha com o debate sobre o cenário mundial e latinoamericano após a Segunda Grande Guerra. Ao longo das aulas, o discente terá contato com a cultura da Guerra Fria, os principais movimentos culturais de contestação e as novas alternativas

políticas formuladas no período compreendido as décadas de 1960 e 1970. Cada unidade do curso apresentará uma discussão teórico-conceitual que permeará os pontos a serem abordados na própria unidade e nas subseqüentes. A partir de materiais didáticos diversificados, desde o texto até os recursos audiovisuais, o programa pretende aproximar a reflexão sobre a História Contemporânea a certos debates conceituais que tem sido muito caros a sociedade brasileira contemporânea. Tomando a criação do IBC até os dias atuais, pretende-se destacar as discussões e lutas relacionadas à deficiência visual dentro de diferentes conjunturas.

2.1.4. GEOGRAFIA:¹⁵

As paisagens estão impregnadas de relações humanas. Quando se desloca na superfície terrestre, em um automóvel, em um trem ou em qualquer outro meio de transporte, percebe-se diferentes paisagens. Elas podem ser naturais, como as florestas, as montanhas, os campos, as costas litorâneas, ou resultantes do trabalho transformador do homem, como os campos agrícolas, as áreas industriais e as cidades. Observam-se diferenças sociais e econômicas nas paisagens: casas grandiosas ou prédios suntuosos ao lado de favelas e cortiços insalubres, por exemplo. Percebem-se também problemas ambientais, como os desmatamentos, a erosão e os vários tipos de poluição (do ar, da água, do solo, dentre outras) (CLAVAI, 2012).

Santos (1988) define a paisagem como tudo aquilo que a visão abarca/alcança. Pode também ser definida como o domínio do visível e está associada a todos os órgãos dos sentidos, adquirindo, então, características relacionadas a todos os outros sentidos como a audição, o olfato, o tato e o paladar. Ainda para este autor, também contempla aspectos do invisível, como as relações de amizade entre as pessoas, por exemplo. Por último, também ganha destaque ao ser diferenciada em natural (quando possui quase ou nenhuma intervenção humana) e artificial (quando se tem interferência humana).

Assim, a paisagem é somente a parte mais aparente da realidade, ou seja, aquilo que se percebe através dos sentidos. Ela é apenas um pequeno pedaço da realidade, que forma um todo interligado.

Embora as paisagens estejam impregnadas das relações sociais, econômicas, culturais e políticas travadas entre os homens, essas relações não são facilmente percebidas por todas as pessoas, sendo necessário desvendá-las para que a realidade geográfica possa ser apreendida em suas diversas nuances (BERQUE, 2004).

¹⁵ BERQUE, A. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (orgs.). Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CLAVAI, Paul. A paisagem dos geógrafos. Geografia cultural: uma antologia, v. 1, p. 245, 2012.

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.

MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica. Editora Contexto, 2010.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

Sendo assim, para se compreender as transformações do espaço geográfico, tem-se de analisar a forma com que os homens, organizados em sociedade, atuam sobre a configuração territorial, modelando as paisagens. Como essas transformações ocorreram de forma desigual ao longo do tempo, torna-se necessária uma retomada histórica para se entender o espaço geográfico.

Nesse sentido, a análise da paisagem deve focar as dinâmicas de suas transformações e não a descrição e o estudo de um mundo estático. A compreensão dessas dinâmicas requer movimentos constantes entre os processos sociais e os físicos e biológicos, inseridos em contextos particulares ou gerais. A preocupação básica deve ser abranger os modos de produção, de existir e de perceber os diferentes espaços geográficos (LEFEBVRE, 1991); como os fenômenos que constituem as paisagens permaneceram ou foram transformados, isto é, os elementos do passado e do presente que nela convivem e podem ser compreendidos mediante a análise do processo de produção/organização do espaço.

No que se refere ao ensino fundamental, é importante considerar quais são as categorias da Geografia mais adequadas para os alunos em relação à sua faixa etária ao momento da escolaridade em que se encontram e às capacidades que se espera que eles desenvolvam.

Embora o espaço geográfico deva ser o objeto central de estudo, as categorias paisagem, território e lugar devem também ser abordadas, principalmente nas séries iniciais, quando se mostram mais acessíveis aos alunos, tendo em vista suas características cognitivas, socioculturais e afetivas.

O estudo de Geografia possibilita aos alunos a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações, individuais ou coletivas, em relação aos valores humanos ou à natureza, têm conseqüências – tanto para si como para a sociedade. Permite também que adquiram conhecimentos para compreenderem as diferentes relações que são estabelecidas na construção do espaço geográfico no qual se encontram inseridas, tanto em nível local como mundial, e perceber a importância de uma atitude de solidariedade e de comprometimento com o destino das futuras gerações.

Desde as primeiras etapas da escolaridade, o ensino da Geografia pode e deve ter como objetivo compreender a lógica das localizações espaciais mostrando ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade na qual as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado – constantemente em transformação – do qual ele faz parte e, portanto, precisa conhecer e sentir-se como membro participante, afetivamente ligado, responsável e comprometido historicamente (MOREIRA, 2010).

1. OBJETIVOS:

Segundo orientações do PCN e da BNCC, ao terminar o 9º ano do Ensino Fundamental, o aluno deverá ter adquirido as seguintes competências:

1.1. OBJETIVOS DE GEOGRAFIA PARA 1º e 2º ANOS:

Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana.

Reconhecer, na paisagem local e no lugar em que se encontram inserida, as diferentes manifestações da natureza e a apropriação e transformação dela pela ação de sua coletividade, de seu grupo social;

Conhecer e comparar a presença da natureza expressa na paisagem local, com as manifestações da natureza presentes em outras paisagens;

Reconhecer semelhanças e diferenças nos modos que diferentes grupos sociais se apropriam da natureza e a transformam, identificando suas determinações nas relações de trabalho, nos hábitos cotidianos, nas formas de se expressar e no lazer;

Conhecer e começar a utilizar fontes de informação escritas e imagéticas utilizando, para tanto, alguns procedimentos básicos;

Saber utilizar a observação e a descrição na leitura direta ou indireta da paisagem, sobretudo por meio de ilustrações, percepções e da linguagem oral;

Reconhecer, no seu cotidiano, os referenciais espaciais de localização, orientação e distância de modo a deslocar-se com autonomia e representar os lugares onde vivem e se relacionam;

Reconhecer a importância de uma atitude responsável de cuidado com o meio em que vivem evitando o desperdício e percebendo os cuidados que se deve ter na preservação e na manutenção da natureza.

Desenvolver abordagens relacionando os conteúdos com a temática da deficiência visual explorando sua geografia.

1.2. OBJETIVOS DE GEOGRAFIA DE 3º à 5º ANOS:

Reconhecer e comparar o papel da sociedade e da natureza na construção de diferentes paisagens urbanas e rurais brasileiras;

Reconhecer semelhanças, complementaridades e diferenças entre os modos de vida das cidades e do campo, relativas ao trabalho, às construções e moradias, aos hábitos cotidianos, às expressões de lazer e de cultura;

Reconhecer no lugar no qual se encontra inserido as relações existentes entre o mundo urbano e o mundo rural, bem como as relações que sua coletividade estabelece com grupos sociais de outros lugares e regiões focando tanto o presente como o passado;

Conhecer e compreender algumas das consequências das transformações da natureza causadas pelas ações humanas, presentes nas paisagens urbanas e rurais; reconhecer o papel das tecnologias, da informação, da comunicação e dos transportes na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação de vida em sociedade;

Utilizar a linguagem cartográfica para representar e interpretar informações espaciais, observando a necessidade de indicações de direção, distância, orientação e proporção para garantir a legibilidade da informação;

Valorizar o uso refletido da técnica e da tecnologia em prol da preservação e conservação do meio ambiente e da manutenção da qualidade de vida;

Conhecer e valorizar os modos de vida de diferentes grupos sociais, como se relacionam e constituem o espaço e a paisagem no qual se encontram inseridos.

1.3. OBJETIVOS DE GEOGRAFIA DE 6º à 9º ANOS:

Conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel das sociedades em sua construção e na produção do território, da região, da paisagem e do lugar;

Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espacialidades e temporalidades, de modo a construir referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais;

Compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;

Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas decorrentes de conflitos e acordos, que ainda não são usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, devem-se empenhar em democratizá-las;

Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a região, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de (re) produção, identificando suas relações, problemas e contradições;

Fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico;

Saber utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos;

Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

2.1. CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA PARA 1º ANO:

Quem somos nós:

- a) Construção e percepção da identidade;
- b) Reconhecendo semelhanças e diferenças entre eu e o outro;
- c) Pontos comuns e diferentes entre os alunos e crianças de outros lugares;
- d) Construindo e interpretando gráficos a partir do próprio corpo para desenvolver as primeiras noções de escala, mapas, gráficos e legendas;
- e) Construção do conceito de direitos e deveres utilizando como base a “Declaração dos Direitos da Criança – princípio 3”.

Conhecendo a escola:

- a) Criar registros cartográficos a partir de contos literários, histórias inventadas e brincadeiras;

- b) orientando-se na sala de aula: reconhecendo o espaço físico da sala de aula (introduzir conceitos de em cima/embaixo, alto/baixo);
- d) explorando as outras dependências da escola;
- e) orientando-se na escola – na frente, atrás, à direita, à esquerda;
- f) conhecendo a maquete da escola;
- g) conhecendo as pessoas que trabalham na escola – professores, faxineira, cozinheira, secretária, bibliotecária, vigia, inspetores, coordenadores, diretor etc.;
- h) Construção do conceito de direitos e deveres utilizando como base a “Declaração dos Direitos da Criança – princípio 7”.

Conhecendo a diversidade de moradias:

- a) moradias e diferentes realidades (aspectos econômicos, socioculturais e políticos);
- b) descrição da sua casa e de outras construções;
 - identificando questões ambientais nos lugares de vivências.
- c) Construção do conceito de direitos e deveres utilizando como base a “Declaração dos Direitos da Criança – princípio 4”.

Minha família e de outras crianças:

- a) pesquisando sua própria família;
 - localizando a origem da sua família (primeiro conceito de migrante);
 - identificando no mapa do Brasil a localização de onde veio a família;
 - identificando elementos de culturas afro-brasileiras, indígenas, ciganas, mestiças e imigrantes.
- b) conhecendo outras famílias e seus diversos tipos e composições;
- c) a importância de um documento de identidade na vida social.

2.2. CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA PARA 2º ANO:

Paisagem e moradia:

- a) Os lugares e suas paisagens;
- b) Elementos da paisagem;
- c) Orientação geográfica através dos outros sentidos (paisagem olfativa, sonora, gustativa e tátil);
- d) Tipos de moradias (oca, casa de taipa ou pau-a-pique, palafita, prédio de apartamentos, casa de alvenaria, barraco, dentre outros);

Paisagem do trajeto casa x escola:

- a) Diferentes tipos de paisagem no percurso casa x escola;
- b) Construção de mapas do trajeto (desenho do aluno, descrição de mapas mentais);
- c) Os diferentes espaços da escola e suas características (sala de aula, biblioteca, refeitório, quadra de esportes, dentre outros);
- d) Visita guiada a “sala de maquetes”;
- e) Orientação e locomoção na escola.

O Bairro:

- a) As ruas do bairro (endereço e localização);
- b) Ruas, avenidas, cruzamentos, esquinas, pontes, viadutos – o que são e orientação;
- c) Bairros residenciais, comerciais, mistos, turísticos, históricos e industriais, entre outros (quais as características de cada um);
- d) Minha família e dos meus pais - de onde vieram? (localizar no mapa).
- e) Conhecendo os tipos de trabalho e atuação de trabalhadores existentes nos lugares de vivência.

Meios de Transporte e de Comunicação:

- a) Os tipos de meios de transportes e suas funções (terrestres, aquáticos, aéreos);
- b) O caminho de casa para escola – que transporte utiliza?
- c) Os meios de comunicação (telefone, impressos, televisão, rádio, carta, livro e eletrônicos).

1.3. CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA PARA 3º ANO:

Cartografia e análise de paisagens:

- a) Elementos cartográficos;
- b) Representações cartográficas;
- c) Tipos de mapas;
- d) A paisagem e seus elementos;
- e) Paisagens naturais x Paisagens humanizadas;
- f) Paisagens do bairro e do município.

O Município:

- a) Geohistória do município;
- b) A representação do município através de mapas, figuras e fotos;
- c) Orientando-se no município através dos pontos cardeais;
- d) A população do município: números e diversidade.

As atividades econômicas do município:

- a) A atividade agropecuária;
- b) O extrativismo;
- c) O trabalho na indústria;
- d) O comércio e os serviços;
- e) Pesquisa, conhecimento e informação.

Meio Ambiente:

- a) Tipos de recursos (renováveis e não renováveis).
- b) Cuidando do lugar e do município em que vivemos;
- c) A importância da água;
- d) Reduzir, reutilizar e reciclar o lixo;
- e) As atividades econômicas que alteram o meio ambiente.

1.4. CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA PARA 4º ANO:

O Estado do Rio de Janeiro

- a) Os municípios da Região Metropolitana
- b) As demais regiões do Estado

Quadro natural no estado do Rio de Janeiro:

- a) Clima;
- b) Vegetação;
- c) Relevo;
- d) Hidrografia.
- e) Transformação da natureza para adaptação dos seres humanos;
- f) Impactos urbano-rurais no meio ambiente;
- g) Importância e desafios da educação ambiental.

Setores da economia do estado do Rio de Janeiro:

- a) Setor primário;
- b) Setor secundário;
- c) Setor terciário.
- d) Setor quaternário.

Organização do território brasileiro:

- a) União;
- b) Unidades Federativas;
- c) Municípios;
- d) Distritos e bairros;
- e) O Brasil inserido no contexto da Globalização.

1.5. CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA PARA 5º ANO:

O planeta Terra:

- a) Sistema Solar;
- b) Tipos de satélites: naturais e artificiais;
- c) Funções dos satélites naturais e artificiais;
- d) Movimentos terrestres – Rotação e Translação: Aspectos etnoculturais;
- e) Linhas Imaginárias – Paralelos e Meridianos;
- f) Zonas Climáticas;
- g) Continentes e Oceanos.

Brasil:

- a) Relevo brasileiro;
- b) Bacias Hidrográficas;
- c) Clima e Vegetação;
- d) Biomas.

Divisão Regional do Brasil:

- a) Regiões Norte;

- b) Região Nordeste;
- c) Região Centro-Oeste;
- d) Região Sudeste;
- e) Região Sul.

O Brasil na América do Sul.

- a) Relações comerciais do Brasil na América do Sul;
- b) Amazônia internacional x Amazônia Legal.

1.6. HABILIDADES, COMPETÊNCIAS E CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA PARA O 6º ANO:

a) Geografia como ciência:

Através do estudo das paisagens e recursos naturais da Terra, o educando deverá ser levado a entender os diversos tipos de paisagens que existem, e que elas são organizadas de acordo com a cultura e o desenvolvimento tecnológico de cada sociedade.

- conceituando geografia;
- o espaço geográfico;
- o lugar e a paisagem.

b) Orientação e localização no espaço terrestre:

Levar o aluno à:

Valorizar os elementos referenciais para identificação dos lugares;

Reconhecer a importância da interpretação de mapas.

01. A Terra: ambientes naturais e ambientes produzidos:

- a organização do espaço;
- diferentes maneiras de se morar.

02. Localização e representação da Terra:

- os pontos de orientação;
- fusos horários;
- longitude e latitude;
- os movimentos de translação e rotação.

03. A cartografia como representação do espaço e a linguagem dos mapas:

- os mapas e o globo terrestre;
- elementos básicos de um mapa;
- cartografia tátil;
- introdução às geotecnologias (GPS, cartografia digital, sensoriamento remoto).

c) A superfície terrestre:

Levar o aluno a:

Compreender que o relevo atual é fruto da ação prolongada de forças internas e externas que atuam de maneira constante sobre as camadas rochosas;

Identificar as formas fundamentais do relevo;
Classificar o relevo do Brasil em suas grandes unidades geomorfológicas;
Diferenciar e identificar as formas continentais e oceânicas;
Relacionar a ação do homem sobre a natureza e suas conseqüências.

01. A crosta terrestre:

- a constituição da litosfera;
- as formas do relevo terrestre;
- os agentes do relevo;
- o relevo no Brasil;
- processo de formação dos continentes;
- continentes e ilhas.

02. Água:

- ciclo hidrológico;
- oceanos e mares;
- águas continentais;
- bacias hidrográficas.

03. A atmosfera, clima e suas implicações sociais:

- tempo x clima;
- fatores e elementos formadores do clima;
- fenômenos climáticos e suas implicações sociais.

04. Condição climática e biodiversidade

1.7. HABILIDADES, COMPETÊNCIAS E CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA PARA O 7º ANO

Compreender os processos de formação e transformação do território brasileiro, em seus diversos aspectos, escalas, atores e relações.

1. Formação territorial brasileira:

1.1. Território e territorialidade:

1.2. Localização do território brasileiro:

1.3. Formação territorial brasileira:

1.4. Organização e gestão do território brasileiro na atualidade:

2. Regionalização territorial brasileira:

2.1. Região e a importância de regionalizar o espaço;

2.2. Divisão regional oficial do Brasil;

2.3. As regiões geoeconômicas

3. Geografia do campo brasileiro

Conhecer os principais aspectos, características e dilemas presentes na geografia do campo no território brasileiro.

- 3.1. A distribuição da terra no Brasil;
- 3.2. Áreas produtivas e questões ambientais no campo;
- 3.3. Revolução Verde e condições de trabalho no campo;
- 4.4. A relação entre campo e cidade;

4 Urbanização e industrialização no Brasil

Compreender o processo de urbanização no Brasil associado ao processo de industrialização; Entender a relação entre as cidades e seus principais problemas sociais,

- 4.1. Industrialização, processo de urbanização e as cidades no Brasil;
- 4.2. Rede e hierarquia urbana;
- 4.3. As metrópoles brasileiras e seus problemas sociais e ambientais.

5. Território e população brasileira

Compreender a importância dos aspectos demográficos para a vida em sociedade; Conhecer a formação e evolução da população brasileira; Estabelecer relações entre o território e sua população.

- 5.1. Formação da população brasileira;
- 5.2. Aspectos demográficos;
- 5.3. Migração populacional;
- 5.4. População e trabalho no Brasil;

6. Geografia do Estado do Rio de Janeiro

Compreender o quadro natural, cultural, social e econômico do Rio de Janeiro.

- 6.1 Geohistória do Rio de Janeiro;
- 6.2 Divisão regional do Rio de Janeiro;
- 6.3 Aspectos sociais, econômicos, culturais e naturais do estado.

1.8. HABILIDADES, COMPETÊNCIAS E CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA PARA O 8º ANO

Analisar as diferentes formas de regionalização mundial;
Compreender o quadro socioespacial dos continentes americano e africano.

1. A formação do mundo contemporâneo

1.1. Desenvolvimento técnico e Divisão Internacional do Trabalho (DIT): a formação do centro e da periferia mundial;

1.2 A consolidação do capitalismo no processo econômico atual.

2. As formas de regionalização do mundo

2.1. Critério físico: Continentes;

2.2. Socioeconômico: norte-sul; centro e periferia; desenvolvido e subdesenvolvido; IDH.

3. Contexto histórico-regional da América:

3.1. Formas de colonização;

3.2. Critérios de regionalização;

3.2.1. As três Américas;

3.2.2. América Latina e América Anglo-Saxônica.

4. As paisagens naturais da América:

4.1 Formação e distribuição dos ecossistemas;

4.2. Relevo, hidrografia, clima e vegetação.

5. A América na economia mundial:

5.1. A América Latina no novo cenário Geopolítico e Econômico-Mundial;

5.2. Principais parceiros econômicos;

5.3. Blocos Econômicos Regionais;

5.4. O papel dos organismos financeiros internacionais.

6. População e desenvolvimento humano:

6.1. população – indicadores populacionais;

6.2. crescimento populacional e a política demográfica;

6.3. desenvolvimento desigual da América.

7. Países americanos e blocos econômicos:

7.1. A América Latina;

7.2. Políticas de integração econômica.

8. A América em regiões:

8.1. América do Norte: características físicas, divisão política e aspectos socioeconômicos;

8.2. América Central: características físicas, divisão política e aspectos socioeconômicos;

8.3. América do Sul: características físicas, divisão política e aspectos socioeconômicos.

- 9. O continente africano
 - 9.1. Aspectos físicos;
 - 9.1.1. Recursos naturais;
 - 9.1.2. Hidrografia;
 - 9.1.3. Clima e Vegetação;
 - 9.2. População;
 - 9.3. Divisão política atual;
 - 9.3.1. África Setentrional e África Subsaariana;
 - 9.4. África: aspectos culturais e socioeconômicos;
 - 9.4.1 Colonização e descolonização: a partilha territorial e seus reflexos;
 - 9.4.2 Os problemas atuais do continente africano;
 - 9.4.3 A importância das culturas africanas sobre a formação cultural brasileira.

1.9. HABILIDADES, COMPETÊNCIAS E CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA PARA 9º ANO:

Compreender o processo de desenvolvimento tecnológico e as consequências para a economia global; comparar diferentes visões sobre o fenômeno da globalização; observar e analisar as mudanças ocorridas na produção, no trabalho, nas mercadorias, na política e na cultura; compreender alguns dos principais conflitos da atualidade; entender a importância das relações em rede no mundo atual; dominar conceitos e procedimentos básicos com os quais a geografia opera e constitui suas teorias e explicações, para saber utilizar uma forma singular de pensar, ler e escrever geograficamente.

1.Globalização e produção do espaço geográfico contemporâneo, geografia das redes, globalização e regionalização

1,1. Reestruturação produtiva e econômica,

1.2. A revolução da informática;

1.3. Globalização e desafios contemporâneos;

1.4. Redes geográficas;

1.5. As redes, as cidades, as empresas e a vida cotidiana das pessoas;

1.6. Regionalização e classificação dos países.

2.Geografia econômica do mundo atual; conflitos e tensões no mundo contemporâneo; e 0 Continente europeu

2.1 Concentração e dispersão espacial da produção econômica;

2.2.Principais potências do comércio mundial

2.3. As firmas globais e o mercado mundial;

2.4. Setor de serviços;

2.5. A economia da informação;

2.6. Conflitos contemporâneos;

2.7. Divisão regional e política da Europa;

2.8 Aspectos humanos, políticos e econômicos da Europa.

3.Continente Asiático, Oceania e Regiões Polares; Governança e cooperação global

3.1. Regionalização da Ásia;

3.2. Quadro humano e físico asiático;

3.3. Economia, política e cultura asiática;

3.4. Aspectos regionais, humanos, econômicos e físicos da Oceania;

3.5. As regiões do Pólo Sul e Pólo Norte;

3.6. A governança global: cooperação entre povos e países.

GRADE CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA

O domínio da língua nas modalidades oral e escrita é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento.

Com a aprendizagem da Língua Portuguesa nos diferentes ciclos, espera-se que cada educando se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, literários ou não, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações. Cabe, portanto, à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos, que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Nesse sentido, a escola deve ser um espaço de incentivo à leitura e a sua apreciação, considerando-a fonte de conhecimento e prazer, contribuindo para uma formação humanística.

Essa capacidade permitirá o acesso à informação escrita com autonomia, que é condição para o aprendizado, pois dela depende a possibilidade de aprender os diferentes conteúdos. Por isso, todas as disciplinas têm a responsabilidade de ensinar a utilizar os textos que lhes servem de instrumento pedagógico, mas é a Língua Portuguesa que deve tomar para si o papel de fazê-lo de modo mais sistemático.

A proficiência em Língua Portuguesa é uma via para a construção de outros conhecimentos, por isso, deve ser trabalhada no que se refere à interpretação, à compreensão, à análise e à produção de uma pluralidade de gêneros textuais pertinentes às diversas esferas sociais.

Sabe-se que em Língua Portuguesa os conteúdos são desenvolvidos ao longo da escolaridade, de forma contínua e progressiva, visando ao aprofundamento de acordo com a maturidade linguística do aluno, conforme orientação dos PCNs. Outrossim, destaca-se a importância de aproveitar os conhecimentos prévios dos estudantes e considerar o contexto social em que estão inseridos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVOS GERAIS:

Alfabetizar e desenvolver habilidades referentes aos vários tipos de letramento, de modo a desenvolver a competência linguística do aluno, reconhecendo a relação entre língua e sociedade.

1º ANO

LEITURA ESCRITA ORALIDADE/SINALIZAÇÃO	Agenda e Diálogos em rodas
---	----------------------------

CONHECIMENTO SOBRE A
LÍNGUA E SOBRE A NORMA

- Vogais e encontros vocálicos

1. Discriminação auditiva, tátil e visual.
2. Apresentação de palavras que se iniciam com esses mesmos fonemas.

- Início do uso da letra maiúscula

- Fonemas

A até J + O; U; encontros vocálicos

1. Discriminação auditiva de cada um dos fonemas.
2. Discriminação tátil e visual.
3. Apresentação de palavras que se iniciam com esses mesmos fonemas.

- Uso da letra maiúscula:

1. Diferenciar entre si:

1.1 Nomes próprios;

1.2 Nomes comuns.

- Fonemas

K até Z

1. Discriminação auditiva de cada um dos fonemas.
2. Discriminação tátil e visual.
3. Apresentação de palavras que se iniciam com esses mesmo fonemas.

- Letras acentuadas.

- Silabação.

1. Entonação.

	<p>2. Divisão silábica.</p> <p>3. Contagem do número de sílabas de cada palavra.</p> <p>4. Sílabas tônicas.</p> <p>5. Uso de sílabas isoladas entrando na formação de novas palavras.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Noção de gênero: <ol style="list-style-type: none"> 1. Diferenciação entre masculino e feminino ● Introdução dos sinais de pontuação <ol style="list-style-type: none"> 1. Uso dos pontos (final, interrogação, exclamação, vírgula) ● LH / CH / NH / QUE / QUI / GUE / GUI / GUA / R (brando) / RR / S (com som de Z) / SS / BR / PL / PR / Dificuldades Ortográficas AS / ES / IS / OS / US / AL / EL / IL / OL / UL / GE / GI / AM / EM / IM / OM / UM / NA / EM / IN / ON / UM / AZ / EZ / IZ / OZ / UZ / Ç / CE / CI ; ● Encontros consonantais. <ol style="list-style-type: none"> 1. Discriminação auditiva de cada um dos fonemas 2. Discriminação tátil e visual 3. Apresentação de palavras que se iniciam com esses mesmo fonemas. ● Formação de frases. ● Observação: Verbo e adjetivo deverão ser usados, porém, sem nomenclatura.
--	--

2º ANO

LEITURA

ESCRITA

ORALIDADE/SINALIZAÇÃO

Agenda e Histórias infantis

- Leitura de palavras, frases, enunciados e pequenos textos.

- Escrita de frases, leitura e interpretação de texto.
Agenda e parlendas.

- Leitura de palavras, frases, enunciados e pequenos textos.

- Escrita de frases, leitura e interpretação de texto.

CONHECIMENTO
SOBRE A LÍNGUA E
SOBRE A NORMA

- Alfabeto maiúsculo e minúsculo (somente para os alunos com baixa visão).
- Nomes comuns e próprios.
- Separação de sílabas de palavras com dígrafo.
- Emprego do M antes de P e B.
- Diminutivo e aumentativo.
- Encontro vocálico.
- Encontro consonantal.
- Dígrafo.
- Fonemas (ce, ci, gue, gui, ch, oh, lh, qu, gu, r, rr, ss).
- Gênero do substantivo (masculino e feminino)
- Emprego do acento agudo e circunflexo.
- Emprego de S e Z.
- Número do substantivo.
- Adjetivo.

	<ul style="list-style-type: none"> - Pontuação: ponto final, vírgula, exclamação e interrogação. - Noção dos pronomes pessoais do caso reto. - Sinônimos e antônimos. - Ação (passado, presente e futuro) - Emprego do x (sons do x) - Introdução ao tempo verbal (passado, presente e futuro)
--	--

3º ANO	
<p>LEITURA</p> <p>ESCRITA</p> <p>ORALIDADE/ SINALIZAÇÃO</p>	<p>Agenda, receita, bilhete e carta</p>

CONHECIMENTO
SOBRE A LÍNGUA E
SOBRE A NORMA

- Grau do substantivo.
- Uso das letras L e U no final das palavras.
- Uso de M e N antes de consoantes.
- Uso de R e de RR nas palavras.
- Uso do CH e do X.
- Pontuação.
- Divisão silábica.
- Substantivo e adjetivo.
- Encontros vocálicos e consonantais.
- Gênero do substantivo
- Uso das letras G e J.
- Pontuação (incluindo ponto de exclamação e interrogação).

	-	Emprego do S. e Z.
	-	Número do
	substantivo.	
	-	Concordância entre
	substantivo e adjetivo.	
	-	Diferença entre LI e
	LH	
	-	Emprego da pontuação
	em frases e pequenos textos.	
	-Tempo	verbal.

4º ANO	
LEITURA ESCRITA ORALIDADE/SINALIZAÇÃO	Agenda, carta, regra de jogos e brincadeiras, poema

CONHECIMENTO
SOBRE A LÍNGUA E
SOBRE A NORMA

- Ordem alfabética.
- Encontro vocálico.
- Encontro consonantal.
- Classificação quanto ao número de sílabas.
- Dígrafo.
- Acentuação (noção).
- Sílabas tônicas (noção).
- Sinônimo e antônimo.
- Artigo definido e indefinido.
- Pontuação (incluindo dois pontos e travessão).
- Substantivo comum, próprio, simples, composto e coletivo.
- Grau do substantivo.
- Gênero do substantivo.
- Número do substantivo.

	<ul style="list-style-type: none"> - Adjetivo. - Grau do adjetivo (comparativo). - Numeral. - Pronomes pessoais do caso reto, oblíquo, tratamento possessivo e demonstrativo. - Verbos (Modo indicativo).
--	--

5º ANO	
<p>LEITURA</p> <p>ESCRITA</p> <p>ORALIDADE/ SINALIZAÇÃO</p>	Agenda, poema, fábula e contos de fada

CONHECIMENTO SOBRE A
LÍNGUA E SOBRE A
NORMA

Ordem alfabética.

- Encontro vocálico.

- Encontro consonantal.

- Sílaba tônica (classificação).

- Ditongo nasal e oral (crescente e decrescente).

- Tritongo.

- Hiato.

- Dígrafos.

- Substantivo (comum e próprio, concreto e abstrato, simples e composto, coletivo).

- Gênero do substantivo (comum de dois gêneros, sobrecomum e epiceno).

- Número do substantivo (composto).

- Grau do substantivo (analítico e sintético).

- Adjetivo.

	<ul style="list-style-type: none">- Locução adjetiva. - Grau do adjetivo. - Numerais. - Pronomes pessoais, reto, oblíquo e tratamento. - Pronomes demonstrativos, possessivos e indefinidos. - Advérbios. - Pontuação (incluindo reticências, aspas, ponto e vírgula e parênteses). - Verbo (modos: indicativo, subjuntivo, imperativo e formas nominais).
--	---

PLANEJAMENTO ANUAL DE MATEMÁTICA DO SEXTO AO NONO ANO

Introdução:

O Ensino da Matemática é visto pelos educadores como um desafio, dada a grande dificuldade encontrada pela maioria dos alunos em compreender os conteúdos abordados na grade curricular da disciplina ao longo dos anos escolares.

A despeito da Matemática se encontrar presente nas mais variadas atividades do cotidiano, da qual nossos estudantes são participantes, tal dificuldade de compreensão se deve, em muitos casos, a restrição do processo de ensino-aprendizagem à memorização de regras sem sentido e aplicação de algoritmos, sem que haja a devida compreensão dos processos envolvidos. A deficiência no aprendizado pode ser comprovada no fraco desempenho dos estudantes em avaliações oficiais internacionais, tais como o PISA, e nacionais como a Prova Brasil.

Como docentes desta Instituição, reconhecemos a importância do papel da Matemática na formação do nosso estudante, visto que o seu aprendizado é essencial para a sua formação plena como um cidadão. Entendemos que ela contribui não apenas para a formação intelectual, estimulando o desenvolvimento de um raciocínio lógico, mas também para a formação social do aluno, tornando-o apto a compreender de modo adequado a realidade do mundo em que vive, realizando intervenções nele quando necessário, sendo assim um ser crítico.

Sendo assim, desejamos contribuir para tal objetivo, dirimindo os eventuais obstáculos e apontando caminhos para que o aprendizado da Matemática possa se tornar mais efetivo em nossa Instituição, promovendo aos educandos os saberes matemáticos necessários para a vida. Dessa maneira, debruçamo-nos sobre documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum, bem como artigos e livros publicados por autores da área, de modo a buscar orientação acerca do conteúdo e das práticas pedagógicas relacionadas ao ensino da Matemática neste Instituto, levando em consideração as especificidades de nossos alunos.

SEXTO ANO

Números

Sistema de numeração decimal: características, leitura, escrita e comparação de números naturais

Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação) com números naturais

Múltiplos e divisores de um número natural

Crítérios de divisibilidade: 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10

Números primos e compostos

Frações: significados (parte/todo, quociente), equivalência, comparação, fração de um número natural; operações com mesmo denominador

Cálculo de porcentagens por meio de estratégias diversas

Geometria

Ângulos: noção, usos e medida (Conceitos primitivos – Ponto, reta e plano)

Construção de retas paralelas e perpendiculares, fazendo uso de geoplano

Prismas e pirâmides: planificações e relações entre seus elementos (vértices, faces e arestas)

Polígonos: classificações quanto ao número de vértices, às medidas de lados e ângulos e ao paralelismo e perpendicularismo dos lados

Plano cartesiano: associação dos vértices de um polígono a pares ordenados

Grandezas e medidas

Problemas sobre medidas envolvendo grandezas como comprimento, massa, tempo, temperatura.

Probabilidade e estatística

Cálculo de probabilidade como a razão entre o número de resultados favoráveis e o total de resultados possíveis em um espaço amostral equiprovável

Leitura e interpretação de tabelas e gráficos (de colunas ou barras simples ou múltiplas) referentes a variáveis categóricas e variáveis numéricas

SÉTIMO ANO

Números

Múltiplos e divisores de um número natural

Cálculo de porcentagens e de acréscimos e decréscimos simples

Números inteiros: usos, história, ordenação, associação com pontos da reta numérica e operações

Fração e seus significados: como parte de inteiros, resultado da divisão, razão e operador (Com denominadores diferentes)

Números racionais na representação fracionária e na decimal: usos, ordenação e associação com pontos da reta numérica e operações

Álgebra

Equivalência de expressões algébricas: identificação da regularidade de uma sequência numérica

Problemas envolvendo grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais

Regra de três simples

Linguagem algébrica: variável e incógnita

Equações polinomiais do primeiro grau

Geometria

Revisão do conceito de ponto, reta e plano

Triângulos: construção, condição de existência e soma das medidas dos ângulos internos

Polígonos regulares: quadrado e triângulo equilátero

Transformações geométricas de polígonos no plano cartesiano: multiplicação das coordenadas por um número inteiro e obtenção de simétricos em relação aos eixos e à origem

Simetrias de translação, rotação e reflexão com o auxílio do geoplano

Circunferência como lugar geométrico

Grandezas e medidas

Áreas de figuras planas como quadrados e triângulos

Cálculo de volume de blocos retangulares, utilizando unidades de medida convencionais mais usuais

Problemas sobre medidas envolvendo grandezas como comprimento, massa, tempo,

temperatura, área, capacidade e volume

Probabilidade e estatística

Experimentos aleatórios: espaço amostral e estimativa de probabilidade por meio de frequência de ocorrências

Estatística: médias e amplitude de um conjunto de dados

OITAVO ANO

Números

Números reais: números naturais, números inteiros, números racionais e números irracionais.

Dízimas periódicas: fração geratriz

Potenciação e radiciação de números reais: potenciação e radiciação.

Porcentagens

Variação de grandezas: diretamente proporcionais, inversamente proporcionais ou não proporcionais

Álgebra

Revisão de equações do 1º grau

Valor numérico de expressões algébricas;

Variação de grandezas: diretamente proporcionais, inversamente proporcionais ou não proporcionais

Produtos Notáveis

Geometria

Retas e suas partes: semirreta e segmento de reta.

Posições relativas entre duas retas coplanares.

Ângulos: classificação, complemento, suplemento e replemento; opostos pelo vértice.

Ângulos formados por retas paralelas e uma transversal

Triângulo: Classificação de triângulos, cevianas notáveis, Congruência de triângulos, Soma das medidas dos ângulos internos de um triângulo, propriedades dos triângulos isósceles, propriedades dos triângulos retângulos.

Mediatriz e bissetriz como lugares geométricos: construção e problemas

Transformações geométricas: simetrias de translação, reflexão e rotação no geoplano

Quadriláteros: Soma das medidas dos ângulos internos de um quadrilátero convexo;

Paralelogramos; Trapézios.

Polígonos, diagonais de um polígono, ângulos internos e ângulos externos de um polígono,

Polígonos regulares

Circunferência e Círculo

Grandezas e medidas

Área de figuras planas

Área do círculo e comprimento de sua circunferência

Probabilidade e estatística

O princípio multiplicativo da contagem

Soma das probabilidades de todos os elementos de um espaço amostral

Gráficos de barras, colunas, linhas ou setores e seus elementos constitutivos e adequação para determinado conjunto de dados

Organização dos dados de uma variável contínua em classes

Medidas de tendência central

Pesquisas censitária ou amostral
Planejamento e execução de pesquisa amostral
NONO ANO
Números
Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.
Números irracionais: reconhecimento e localização de alguns na reta numérica
Potenciação e radiciação: potência de número real com expoente inteiro, raiz enésima de um número real, simplificação de radicais, radicais semelhantes, adição, subtração, multiplicação e divisão com radicais; Potenciação e radiciação com radicais.
Números reais: notação científica e problemas;
Álgebra
Expressões algébricas: fatoração e produtos notáveis
Fatorações algébricas: fatoração comum em evidência, fatoração por agrupamento; trinômio quadrado perfeito; diferença de quadrados;
Resolução de equações polinomiais do 2º grau por meio de fatorações;
Funções: representações numéricas, algébrica e gráfica;
Geometria
Polígonos regulares
Diagonais do polígono
Semelhança de triângulos
Teorema de Tales
Relações métricas no triângulo retângulo
Teorema de Pitágoras: verificações experimentais e demonstração
Razões trigonométricas no triângulo Retângulo (Trigonometria)
Relação entre arcos e ângulos na circunferência
Grandezas e medidas
Unidades de medida para medir distâncias muito grandes e muito pequenas
Áreas e Volumes

PROGRAMA DE DISCIPLINA
6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
DISCIPLINA: LÍNGUA INGLESA

Carga Horária: 1 tempo semanal

OBJETIVOS:

GERAL: dar oportunidade para acessar, conhecer, compreender e usar informações sobre novas culturas, através da língua estrangeira, visando desenvolver e valorizar a diversidade de sua própria cultura

e de outros grupos sociais, dessa forma, ampliando uma visão plural do mundo.

ESPECÍFICOS: espera-se que o educando aproprie-se de conhecimentos linguístico-discursivos e culturais em língua estrangeira para participar de interações por meio de textos em diferentes práticas sociais

sobre diferentes temas relevantes à sua atuação no mundo em que vive, buscando lidar com os desafios de escuta, leitura, oralidade e escrita de textos em língua estrangeira, ampliando sua capacidade de aprender a aprender.

EMENTA: I. Reading: text messages, e-mails, small texts , lyrics of songs , making a photo album and dialogs.

II. Writing: e-mails, texts about places and people, posters about events.

III. Grammar: Simple Present of the Verbs to be, to have , there be , to like, can in the affirmative, interrogative and negative forms; personal, interrogative, demonstrative pronouns; possessive adjectives; prepositions of location and position; cardinal and ordinal numbers from zero to 100.

MATERIAL:

LIVRO : CONNECT 1 (Cambridge University Press-2015 + ÁUDIO)

PROGRAMA

UNIT 1

Lesson 1 Introducing yourself/What's your name?/ Ways to say hello.

Lesson 2 Greeting someone/ How are you? /Greetings.

Lesson 3 Introducing others/ This is (name)/ Ways to say good bye.

Lesson 4 Spelling names/ Making a personal info poster.

UNIT 2

Lesson 5 Talking about teachers and friends/ HIS -HER/ Who's and this?/teachers and classmates

Lesson 6 Talking about favorite stars/ He's -She's/ Stars and their Jobs

Lesson 7 Talking about age/How old? /He's not ; She's not/numbers (0-20)

Lesson 8 Talking about where someone is from/Where ...from?/ You're /I'm not/ countries or places in town

UNIT 3

Lesson 9 Describing who owns specific things/This is -That's + possessive

Lesson 10 Talking about interesting things/ What's this/that?/interesting objects

Lesson 11 Talking about favorite things/ What are these/those?/Things to collect

Lesson 12 Talking about where things are located/ where's/where are...?/It's not /They're not.../objects in a classroom

METODOLOGIA: Contextualização da língua através de práticas significativas do uso da língua, ou seja, através de situações reais de comunicação.

AVALIAÇÃO: Avaliação formativa e somativa através da observação da participação em projetos ao longo do ano, autoavaliação e desempenho nas testes/provas bimestrais.

PLANO DE ENSINO ANUAL DE 2019 - SEGMENTO DA EDUCAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL II -

7º ano

TEMAS
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
CONTEÚDOS
MÉTODOS
MATERIAIS
AVALIAÇÃO
Nº ESTIMADO DE HORAS-AULA: 210 AULAS
7 ano

- * Talking about where someone is from/Where ...from?/ You're /I'm not/ countries and places in the city
- * Describing who owns specific things/This is -That's + possessive
- * Talking about interesting things/ What's this/that?/interesting objects
- * Talking about favorite things/ What are these/those?/Things to collect
- * Talking about where things are located/ where's/where are...?/It's not /They're not.../objects in a classroom

Falar sobre de onde são as pessoas; países.
Descrever objetos específicos de alguém;
Falar sobre coisas interessantes e preferências
Falar sobre localização de coisas.

Grammar
Where... from?
I'm from...
Contracted form; this is/that's + possessive; a/an; What's this /that?
It's...; these/those;
* At the movies
* Downtown
* At the mall
* Suggestions

Perguntar onde alguém está.
Descrever lugares.
Conversar sobre onde as pessoas estão.
Fazer sugestões.

Grammar
* Are you...?
* Is it...?
* Is she/Are they...?
* Suggestions for others/Suggestions for you + others
Vocabulary

- * Places in town
- * More places in town/locations.
- * Places in the mall.
- * At the beach

Contextualização da língua inglesa através de práticas significativas do uso da língua, ou seja, através de reais situações de comunicação. Apropriação de recursos linguístico-discursivos e culturais através de atividades de uso-reflexão-uso da língua.

Livro Connect 1 & 2

CD player

Realia

Flashcards

Avaliação formativa e somativa através da observação da participação em projetos ao longo do ano, auto avaliação e desempenho nas provas trimestrais

- * Talking about Family Members
- * Describing what someone is like
- * Describing new neighborhood and friends
- * Describing a house

Grammar

Have/has

What's... like?

- * We're-they're / our-their;
- * It has

Vocabulary

Family members; numbers (21-100)

Appearance, personal traits

- * Adjectives to describe places and people
- * Areas of a house

Falar e descrever os membros da família.

Descrever nova vizinhança e amigos.

Descrever sua casa.

PLANO DE ENSINO ANUAL DE 2019 - SEGMENTO DA EDUCAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL II - 8º ano
DISCIPLINA: LÍNGUA INGLESA

8 ano

- * numbers 21-100
- * Places in town
- * Describing who owns specific things
- * Interesting things
- * More places in Town
- * At the movies

- *Números de 21-100;
- * Falar sobre de onde vem uma pessoa
- * Descrever objetos específicos de alguém
- * Conversar sobre coisas interessantes
- * Conversar sobre coisas preferidas
- Perguntar onde alguém está.

Grammar

Where... from? / You're / I'm not from...

This is - that's + possessive

- * What's this / that?
- * What are these/those

Vocabulary * Numbers 21-100

- * Places in Town
- Someone's specific things
- * Interesting things
- * Favorite things
- * Talking about where things are located.
- * Downtown
- * At the mall
- * Suggestions
- * Family

Descrever lugares.

Conversar sobre onde as pessoas e as estão.

Fazer sugestões.

- * Conversar sobre os membros da família

Grammar

Where's /where are...? / It's not / they're not...

- * Are you...?
- * Is it...?
- * Is she/Are they...?
- * Suggestions for others/Suggestions for you + others
- * Have/has

Vocabulary

- * Things in a classroom
- * Places in town
- * More places in town/locations.
- * Places in the mall.
- * At the beach
- * Numbers 21-100

- * Family members
- * New city
- * At home
- * New friends
- * Neighborhoods
- * Talents

Conversar sobre lugares favoritos.
 Identificar e descrever talentos.
 Perguntar sobre outras pessoas.
 Conversar sobre as preferências.
 Descrever a vizinhança
 Identificar e descrever o talento de outras pessoas.

Grammar

- * What's is it like?
 - * Can / can't
 - * What color is /are?
 - * love / like / don't like
 - * negative statements/ questions with the verb be
 - * There is / There are...
- Is there a / Are there any...?
- * Be good at

Vocabulary

- * Appearance and personality.
- * Adjectives to describe places and people
- * Areas of a home

Contextualização da língua inglesa através de práticas significativas do uso da língua, ou seja, através de reais situações de comunicação. Apropriação de recursos linguístico-discursivos e culturais através de atividades de uso-reflexão-uso da língua.

Livro Conect 1

CD player

Realia

Flashcards

Avaliação formativa e somativa através da observação da participação em projetos ao longo do ano, auto avaliação e desempenho nas provas bimestrais.

9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
 DISCIPLINA: LÍNGUA INGLESA

- * Our interests
- * In and out of school

Discutir regras

Conversar sobre suas atividades de lazer;

Grammar

- * like / don't like + to (verb)
- * adverbs of frequency

Vocabulary

- * Free time activities and interests
- * Habits and daily activities

Contextualização da língua inglesa através de práticas significativas do uso da língua, ou seja, através de reais situações de comunicação. Apropriação de recursos linguístico-discursivos e culturais

através de atividades de uso-reflexão-uso da língua.

Favorite activities and entertainment.

Descrever as atividades nas férias.

Discutir regras.

Perguntar o que alguém está fazendo.

Conversar sobre eventos especiais.

Conversar sobre diferentes gêneros de filmes

Perguntar e responder sobre a aparência de uma pessoa.

Grammar

- * Present Continuous affirmative statements
- * Present Continuous negative statements
- * Present Continuous Yes / No questions
- * Present Continuous What questions
- * Where + (be) ... going?
- * Simple present vs. present continuous
- * Want / don't want + to (verb)
- * What questions about people

Vocabulary

- * Beach activities
- * Rules at a park.
- * Entertainment events and adjectives to describe them
- * Types of movies
- * Adjectives to describe appearance.

Contextualização da língua inglesa através de práticas significativas do uso da língua, ou seja, através de reais situações de comunicação. Apropriação de recursos linguístico-discursivos e culturais através de atividades de uso-reflexão-uso da língua.

Livro Connect 2 & 3

CD player

Realia

Flashcards

Avaliação formativa e somativa através da observação da participação em projetos ao longo do ano, auto avaliação e desempenho nas provas bimestrais.

TEMAS

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

CONTEÚDOS

MÉTODOS

MATERIAIS

AValiação

Nº ESTIMADO DE HORAS-AULA: 30 AULAS

* Food

* Nature

* Friends around the world

Diferenciar substantivos contáveis de não contáveis.

Identificar e conversar sobre diferentes alimentos.

Planejar menus.

Fazer pedidos de um menu.

Conversar sobre o clima.

Conversar sobre atividades ao ar livre.

Perguntar informações pessoais.

Grammar

* Countable and uncountable nouns

* How much / How many...?

* some /any

* would like

* What's the weather like?

* Can (for possibility)

* Who + (verb)...?

* What + (noun)...?

Vocabulary

- * Food
- * Menu Items.
- * Adjectives to describe weather.
- * Language and countries.
- * Numbers 101 +.

Contextualização da língua inglesa através de práticas significativas do uso da língua, ou seja, através de reais situações de comunicação. Apropriação de recursos linguístico-discursivos e culturais

através

de atividades de uso-reflexão-uso da língua.

Livro Connect 2 & 3

CD player

Realia

Flashcards

Avaliação formativa e somativa através da observação da participação em projetos ao longo do ano, auto avaliação e desempenho nas provas bimestrais.

- OBSERVAÇÕES GERAIS NA CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTO -

Revisar discrepâncias durante o texto, observar informações que se contradizem (ex. conceituação de Mediador, período do ciclo de alfabetização, entre outros), corrigir as faltas de bibliografias que não estão citadas, adicionar partes e levantar discussão acerca de concepções filosóficas pertinentes a Instituição, relacionar os aspectos que impactam o trabalho da escola, mas que são oriundos de outros Departamentos, revisão gramatical e formatação do documento dentro das normas da ABNT.

